



DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território
e do Desenvolvimento Regional

CIDADES INOVADORAS E COMPETITIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Lisboa

Setembro de 2007



FICHA TÉCNICA

Título: Cidades Inovadoras e Competitivas para o Desenvolvimento Sustentável

Autores: Natalino Martins (coordenação)
Carlos Figueiredo
Fátima Azevedo
Félix Ribeiro
Manuela Proença
Maria José Abreu

Relatório correspondente ao Work Package 3 da parceria para o projecto Intelligent Cities, cofinanciado pelo Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG IIIC

Editor: Departamento de Prospectiva e Planeamento
e Relações Internacionais
Av. D. Carlos I, 126
1249-073 Lisboa
Fax: (351) 213935208
Telef: (351) 213935200
E-mail: dpp@dpp.pt
www.dpp.pt

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
1. INTRODUÇÃO: ELEMENTOS DE ENQUADRAMENTO DA EVOLUÇÃO DAS CIDADES E OBJECTIVOS DESTE RELATÓRIO	11
1.1. Dinâmicas tecnológicas, sociais e geo-económicas recentes e transformação das cidades	11
1.2. Evolução dos paradigmas do planeamento urbano	15
1.3. Objectivos do relatório de orientações de política urbana	18
2. CIDADES COMPETITIVAS E SUSTENTÁVEIS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO E DA ECONOMIA DO CONHECIMENTO	19
2.1. Os conceitos de cidade e a importância das cidades para a competitividade económica e para a sustentabilidade	19
2.1.1. Da cidade administrativa, à cidade económica e à cidade-região	19
2.1.2. A economia global e a competitividade e sustentabilidade urbanas	21
2.1.3. Factores de desempenho económico e social das cidades	23
2.2. As cidades, a globalização e a “Economia do Conhecimento”	25
2.2.1. A transformação recente das cidades	25
2.2.2. A “Economia do Conhecimento” e a atractividade futura das cidades	27
2.2.3. Diferenciação e tipologia das cidades na “Economia do Conhecimento”	32
2.3. “ <i>Intelligent Cities</i> ”: Em busca de um conceito operativo	37
2.3.1. Inteligência e criatividade urbanas e os conceitos de cidade	37
2.3.2. <i>Intelligent Cities</i> – apresentação do conceito	38
3. POLÍTICAS DE CIDADES PARA O SÉC. XXI	45
3.1. Paradigmas e bases estratégicas para uma política de cidades	45
3.2. As novas políticas de cidades na agenda europeia	54
3.3. Práticas recentes de revitalização urbana e orientações estratégicas para o futuro	56

4. ORIENTAÇÕES DE POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO URBANA GERADORA DE CIDADES INTELIGENTES	61
4.1. O <i>Innovation Hub</i> enquanto instrumento para as <i>Intelligent Cities</i>	61
4.2. Actividades inovadoras susceptíveis de integrar processos de revitalização urbana	66
4.2.1. Uma nova dinâmica da economia que favorece a “reinvenção” do espaço urbano	66
4.2.2. O <i>Innovation Hub</i> como pólo de atracção de actividades	69
4.3. Concretizando o conceito de <i>Innovation Hub</i> em três tipos de territórios de intervenção	71
4.4. Instrumentos para a concretização dos <i>Innovation Hubs</i> como pólos de atracção de actividades e de revitalização urbana	74
4.5. Princípios orientadores da elaboração e implementação de projectos de revitalização urbana	79
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
SIGLAS	95

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1.	Partindo dos Anos 80: Três Forças de Transformação da Dinâmica das Cidades	11
Figura 2.1.	Cidades Competitivas e Sustentáveis	21
Figura 2.2.	Elementos Determinantes do Desempenho Económico das Cidades	24
Figura 2.3.	As Cidades na Economia do Conhecimento	28
Figura 2.4.	A Escala Urbana na Definição das Cidades do Conhecimento	33
Figura 2.5.	Tipologias de Cidades na Economia do Conhecimento e Actividades Associadas	37
Figura 2.6.	A Cidade Digital	39
Figura 2.7.	A Arquitectura da Cidade Inteligente	42
Figura 3.1.	Instrumentos <i>Soft</i> da Política Urbana na Economia Globalizada e do Conhecimento	51
Figura 4.1.	Características do <i>Innovation Hub (iHub)</i>	64
Figura 4.2.	Multifuncionalidade, Atractividade, Coesão Social e Participação no <i>Innovation Hub (iHub)</i>	65
Figura 4.3.	Exemplos de Actividades e Infra-estruturas que podem contribuir para Atractividade dos <i>Innovation hubs</i>	70
Figura 4.4.	Princípios Organizacionais e de Participação	80
Figura 4.5.	O Ciclo da Criatividade Urbana	86

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.1.	Espaços de Intervenção, Factores Distintivos, Actividades e Concepção das Operações de Revitalização Urbana Inovadora	72
Quadro 4.2.	Instrumentos de Política para a Promoção da Revitalização Urbana de Base Produtiva Inovadora (<i>Innovation Hubs</i>)	76

ÍNDICE DE CAIXAS

Caixa 2.1.	Da Competitividade das Empresas à Atractividade das Cidades	22
Caixa 2.2.	As Diferentes Abordagens das Indústrias e Actividades Criativas	31
Caixa 4.1.	Globalização e Novas Oportunidades de Atracção de Actividades	68
Caixa 4.2.	Metodologia para uma Estratégia de Cidade Criativa	90

SUMÁRIO EXECUTIVO

- I. As mudanças demográficas e sociais, tecnológicas e geoeconómicas, mais influentes na estruturação das cidades dos países desenvolvidos, desde a década de 80, que informam as políticas urbanas neste início do séc. XXI.
 - A. As **mudanças demográficas e sociais** resultam do esgotamento dos êxodos de população rural, da quebra de natalidade e envelhecimento das populações, da emergência de fortes pressões imigratórias e do reforço da função económica das mulheres. Destas mudanças resultam importantes impactos ao nível dos recursos humanos disponíveis, dos mercados e da própria vivência das cidades, com um acentuar da diversidade urbana, com o que isso significa de potencial de criatividade, mas também de dualismo social.
 - B. A **mudança tecnológica** resultante dos desenvolvimentos registados nas tecnologias da informação e comunicação e da simulação e virtualidade, conduz ao crescimento abissal das capacidades de conectividade global em tempo real. Ao invés de retirar importância à cidade enquanto espaço de aglomeração de pessoas e actividades, esta mudança tecnológica confere-lhe nova importância com as possibilidades criativas e produtivas daí decorrentes, que apelam a interações mais intensas entre actores para as quais o face-a-face é muito relevante.
 - C. A **mudança geo-económica**, em consequência da globalização, em que muitas dessas cidades perdem actividades industriais, e algumas se reforçam no exercício de actividades ligadas à produção e uso do conhecimento, de actividades financeiras e imobiliárias, e passam a apostar numa imagem de diferenciação, promovendo o produto cidade e procurando atrair actividades orientadas para a oferta de bens e serviços, personalizados. Também esta mudança tende a gerar divisão social, aumentando as necessidades de emprego muito qualificado mas gerando libertação de emprego indiferenciado.
- II. Das cidades do conhecimento às cidades inteligentes.
 - A. Na economia do conhecimento, as **cidades tornam-se competitivas** se forem capazes de atrair trabalhadores do conhecimento, para criar e aplicar conhecimento no desenvolvimento de *clusters* de actividades que propiciem crescimento económico e gerem níveis de vida padronizados para os seus habitantes. Para isso, exige-se uma grande capacidade organizacional e de liderança.
 - B. A capacidade de **inserção de uma cidade na economia do conhecimento** define-se pela dimensão, excelência e diversidade das suas bases económica

(constituída pelas actividades transaccionáveis) e do conhecimento (constituída pelos níveis educacional e criativo da população e pelas instituições produtoras de conhecimento científico, cultural e artístico), pela sua conectividade (incluindo a digital), pela qualidade de vida que proporciona aos seus habitantes e visitantes, pela diversidade urbana e pela capacidade de integração social dos diferentes grupos populacionais que a habitam.

- C. A inserção da cidade na economia do conhecimento exige **escala urbana**. Isso não significa que todas as grandes cidades sejam do conhecimento, nem que pequenas cidades o não possam ser. No primeiro caso, exige-se o cumprimento das amenidades sintetizadas no parágrafo anterior. No segundo caso, exige-se a proximidade a, e articulação com, uma grande cidade que lhe permita aceder às amenidades que por si só não consegue assegurar.
- D. A grande cidade do conhecimento pode assentar a sua economia numa ampla **diversidade** de actividades, o que lhe confere maior sustentabilidade económica face à pequena cidade que precisa de maior **especialização**, ficando assim mais exposta a flutuações económicas de natureza sectorial. A amplitude e diversidade da base económica é ainda um importante elemento de retenção dos quadros formados nas estruturas de ensino superior da cidade, que a pequena cidade tem mais dificuldade em conseguir. Coloca-se, assim, à pequena cidade uma maior necessidade de **colaboração e inserção em rede** para poder vingar na economia do conhecimento e da criatividade.
- E. Os **conceitos de cidade do conhecimento** procuram combinar as capacidades de atracção e de fixação de trabalhadores do conhecimento, de estudantes internacionais e de outros grupos populacionais ligados ao conhecimento e à criatividade, com a oferta de condições de bem-estar atractivas e com o exercício competitivo, mais diversificado ou mais especializado, de actividades do conhecimento.
- F. A **cidade digital** define-se como “espaço comunitário digital que é usado para facilitar e aumentar as actividades e funções que ocorrem no espaço físico da cidade” (Komninos, 2006).
- G. Do cruzamento da cidade do conhecimento com a cidade digital, surge a noção de **cidade inteligente** que é definida por Komninos (2006) como território “com elevada capacidade de aprendizagem e inovação, que é construída pela criatividade da sua população, pelas suas instituições de criação de conhecimento e pela sua infra-estrutura digital de comunicação e de gestão do conhecimento”.
- H. No presente relatório entende-se a **cidade inteligente** como “cidade do conhecimento apostada na inovação tecnológica e na criatividade dos seus habitantes, com uma forte liderança institucional e capacidade organizacional,

na procura de soluções para aumentar a sua competitividade e sustentabilidade”, considerando-se que pode abranger um leque de actividades mais vasto do que o normalmente referido para as cidades do conhecimento. Nesta acepção, por exemplo, as cidades em declínio industrial podem redefinir o seu núcleo de competências competitivas com base no estabelecimento de pontes entre as suas indústrias em declínio e as indústrias criativas ou novas áreas tecnológicas, mais propícias para essa mudança.

III. Do crescimento urbano extensivo ao crescimento urbano intensivo; novos paradigmas para as políticas urbanas no séc. XXI.

- A. O **crescimento extensivo das cidades** no passado veio contra a *raison d'être* da cidade, como espaço de proximidade entre pessoas e actividades, e gerou toda uma série de problemas de sustentabilidade da própria cidade – em termos económicos, sociais e ambientais – mas também de sustentabilidade global. Maior extensão urbana significa maiores necessidades de comutação e mais congestionamento, com os consequentes impactos nos usos da energia e no ambiente.
- B. No início do século XXI exige-se às cidades que ofereçam condições de competitividade às suas actividades produtivas, o que implica que elas próprias **sejam também competitivas na atracção de actividades e de talentos, mas exige-se também sustentabilidade ecológica** (redução da pegada ecológica, através de maior compacidade, soluções de mobilidade e de uso dos recursos, protectoras do meio ambiente), e **sustentabilidade social** (acesso mais equitativo ao bem-estar e redução de tensões sociais).
- C. A obtenção de competitividade e de sustentabilidade exige soluções de **governança democrática** (fluida, consultiva, participada e participativa), conducentes a processos, multidisciplinares e multi-institucionais, de planeamento espacial visto como instrumento flexível de articulação de políticas e projectos aos vários níveis territoriais da cidade (o bairro, a cidade e a cidade-região) e não como instrumento de rígida regulação de usos dos solos (lógica do plano director).
- D. Neste contexto de **mudança de paradigma das políticas urbanas**, cabe enfatizar a distinção entre os instrumentos *hard* – orientados para a infra-estrutura física da cidade – e os instrumentos *soft* – que visam reforçar a sua capacidade de iniciativa, de criatividade e de organização. Nos primeiros são fundamentais as infra-estruturas determinantes da qualidade urbana e os meios de transporte e de conexão digital. Nos segundos são fundamentais as competências humanas, a singularidade, a liderança e a colaboração com outras cidades e entre a cidade e outros níveis de administração pública e os actores privados.

- E.** A **sustentabilidade deve determinar a reorientação das políticas urbanas** para o interior da própria cidade, o que conduz às políticas de **revitalização urbana**. Tais políticas visam conferir novas utilizações e dinâmicas aos espaços que anteriormente ficaram devolutos, devido às migrações de actividades e de pessoas para fora da cidade quando, no dealbar do 3º quartel do século XX, se iniciaram as transformações acima referidas e os problemas energético e ambiental começaram a ganhar força na opinião pública e nas preocupações das políticas públicas.
- F.** A **revitalização** tem sido dominada essencialmente pelas preocupações de sustentabilidade social (os bairros críticos) e, mais recentemente, de estabelecimento de novas centralidades ainda muito baseadas na habitação e actividades associadas, pouco influenciando nas estratégias de implantação territorial dos investimentos que visavam conferir às cidades novas dinâmicas tecnológicas e produtivas. Deste modo, assistiu-se à prática generalizada da localização de parques de ciência e tecnologia e similares nas periferias urbanas da cidade ou mesmo nas zonas rurais envolventes.
- G.** Nestes primeiros anos do século XXI começa a assistir-se a uma **reorientação das concepções de revitalização urbana**, que visam aproveitar os espaços devolutos para a implantação de projectos integrados de habitação e de actividades baseadas no conhecimento e na criatividade, gerando núcleos urbanos propícios à inserção competitiva e sustentável das cidades na economia do conhecimento e na globalização.
- IV.** O conceito de *Innovation Hub (iHub)* como instrumento de integração das políticas de inovação tecnológica e produtiva e de revitalização urbana.
- A.** O ***Innovation Hub*** surge como um instrumento de política urbana em que se procura conjugar as medidas de revitalização das zonas degradadas e sub-utilizadas da cidade com o lançamento de projectos de dinamização económica de base científica, tecnológica e / ou cultural.
- B.** O ***iHub*** constitui, no limite, um projecto colectivo envolvendo múltiplas valências científicas, técnicas, económicas, institucionais e humanas, integradas numa comunidade, dentro da cidade e com ela imbricado, que visa fins produtivos especializados.
- C.** O ***iHub*** visa conjugar num mesmo espaço da cidade, actividades de habitação, produção, lazer e comércio, com elevados níveis de atractividade, formando um ambiente propício à criatividade e ao conhecimento – o espírito do lugar ou *genius loci*. Para a formação desse ambiente contribuem as actividades de

base científica, tecnológica e cultural, a qualificação e diversidade da sua população trabalhadora e residente, e a qualidade do espaço público e edificado.

- D.** O *iHub surge* assim como um espaço de inovação nas soluções urbanas e nas actividades produtivas e de lazer, compacto e multifuncional, atractivo de talentos e socialmente integrador, o que lhe confere uma dimensão de sustentabilidade ambiental, económica e social, contagiante do conjunto da cidade e da cidade-região.
 - E.** Pela sua ambição, *iHub é necessariamente um espaço de participação* de uma multiplicidade de actores, através das respectivas estruturas de governança, ancorado numa infra-estrutura digital de conexão interna e externa e numa forte liderança.
 - F.** A *individualidade do iHub* constrói-se com o seu produto-urbano, com a sua "carteira" de actividades e com os eventos que lhe conferem imagem. As soluções não-de depender da história da cidade, das suas circunstâncias actuais e do contexto geo-económico em que se insere.
- V.** Factores distintivos, actividades e soluções urbanas a privilegiar na aplicação do *iHub* a territórios periféricos.
- A.** As *soluções urbanas e de actividades para o iHub* não-de depender do tipo de espaço a revitalizar, das circunstâncias concretas da cidade e do seu enquadramento económico e geográfico, à escala regional, nacional e internacional. O recurso a actividades de maior pendor científico e tecnológico exige massas críticas de conhecimento de que os espaços europeus em condição mais periférica, porventura não dispõem. Pode, assim, preconizar-se um maior recurso a actividades culturais e artísticas, nomeadamente as baseadas em identidades e patrimónios históricos e geográficos, articuladas com alguns nichos de ciência e tecnologia.
 - B.** Para a implementação de projectos de *iHub* distinguimos **três tipos de espaços urbanos devolutos ou subaproveitados** que, para além de um conjunto de características aproximadamente comuns a suscitarem também soluções comuns, apresentam também características próprias a exigirem soluções específicas: centros históricos, antigas zonas industriais e/ou logísticas e frentes ribeirinhas.
 - C.** *Estas zonas distinguem-se entre si* pelas funções anteriormente exercidas (representando diferentes camadas históricas) e pelas densidades actuais de uso efectivo do espaço. As frentes ribeirinhas são na sua maior parte também antigas zonas industriais ou logísticas, mas apresentam a característica

adicional de serem espaços paisagisticamente abertos e mais sujeitos aos efeitos das alterações climáticas e de *tsunamis*. Nas cidades mais pequenas, podem encarar-se soluções de *iHub* mais disseminadas pela cidade, aproveitando espaços devolutos dispersos (*infills*).

D. No caso dos centros históricos:

1. Os factores distintivos residem no património histórico e monumental e nas possibilidades da sua conexão com outras cidades europeias e de outros continentes;
2. As actividades a privilegiar incidem sobretudo na utilização das tecnologias digitais e do ciberespaço para projectos museológicos, espectáculos, ensino das artes, produção audiovisual e multimédia, moda, *design*, restauro, etc.; e,
3. Na concepção das intervenções urbanas aponta-se para soluções de imobiliário e espaço público de natureza multifuncional, em condições de favorecer a instalação das actividades referidas combinada com fortes componentes de hotelaria, restauração, comércio de arte e antiguidades e habitação, designadamente *premium*.

E. Nas antigas zonas industriais:

1. Os factores distintivos residem na disponibilidade de vastas extensões de espaço, sujeitas ou sujeitáveis a propriedade unificada, com condições de urbanização em grande diversidade arquitectónica, e na eventual proximidade de instituições de ensino superior tecnológico;
2. Privilegiam-se as actividades com maior conteúdo de conhecimento, do tipo ensino superior, centros de I&D ou centros de competência de grandes empresas, pólos de informática, serviços partilhados para o mercado europeu e centros de formação de nível europeu; e,
3. Na concepção das intervenções urbanas, para além da necessária descontaminação prévia dos solos, é possível avançar com soluções globais de uso do espaço e da sua infra-estruturação mais amigas do ambiente e mais propícias ao acolhimento das novas actividades, incluindo-se aí a disponibilidade de espaços de residência temporária.

F. As zonas ribeirinhas:

1. Distinguem-se pela sua beleza paisagística mas também pela sua maior vulnerabilidade ambiental e sísmica;

2. Preconizam-se aqui actividades mais orientadas para a diversão, com soluções inovadoras no domínio do virtual, e o desporto em modalidades associadas à náutica, combinadas com actividades de I&D especializadas; e,
3. Com características semelhantes às das zonas industriais e logísticas, as opções urbanas devem, no entanto, neste caso considerar as previsíveis consequências das alterações climáticas na subida das águas e dos sismos na formação de ondas sísmicas.

VI. Instrumentos de política para o *iHub*.

- A. **A configuração da estratégia de desenvolvimento de um *iHub* deve ser casuística**, quer **na escolha dos instrumentos e soluções** a adoptar, quer **na sua combinação temporal**, tendo em conta que o sucesso do *iHub* depende muito do realismo das suas opções e também da sua singularidade.
- B. Para além do conjunto de instrumentos que se apresentam nos parágrafos seguintes, **a cidade deve dispor de uma série de infra-estruturas do conhecimento e de conectividade externa, entre outras** já referidas anteriormente, cuja existência é condição necessária para um projecto de *iHub*, mas que se situam muito para além do projecto. Entenda-se também que **um projecto de *iHub* deve enquadrar-se numa estratégia** para a cidade e para a cidade-região, quando não mesmo para o país.
- C. **Edificado e espaço público**: incentivos relativos ao património edificado; espaços públicos para lazer e realização de eventos distintivos; programas de disseminação de arte pública; licenciamentos e outros incentivos à disponibilização de espaços para actividades de base económica e do conhecimento e para a combinação de habitação *premium* com habitação temporária e de custo controlado (para fixação dos vários tipos de populações indispensáveis à vivência urbana criativa e ao funcionamento do *iHub*); incentivos à aplicação de soluções optimizadoras dos usos da água e energia nos edifícios e na organização do espaço urbano.
- D. **Base do conhecimento e da criatividade**: incentivos à fixação local de departamentos de instituições de ensino superior e de C&T, de instituições de formação artística; incentivos à fixação de talentos e à sua intervenção como elementos de dinamização de forças criativas endógenas; apoio aos espaços e eventos de divulgação cultural, científica e tecnológica.
- E. **Base económica**: incentivos à fixação de actividades intensivas em conhecimento, nomeadamente através da captação selectiva de investimentos âncora, capital de risco para o investimento inovador, incubadoras e outros

instrumentos de apoio a *start-ups* e outras PME em actividades eleitas para o *iHub* e apoios à constituição de empresas de suporte local.

- F. Conectividade digital:** disponibilização de infra-estruturas de banda larga e *wireless* em condições de uso universal e sustentando serviços *on line* orientados para a interacção local e com o exterior.
- G. Distinção e *marketing* urbano:** realização de eventos distintivos visando residentes e não residentes, e de programas de *marketing* e *branding* do projecto visando a sua projecção externa.
- H. Capital social:** apoios ao lançamento e participação em redes sociais e em redes do conhecimento, abrangendo especialmente as actividades do *iHub*, à realização de espaços de debate e de reflexão e a programas de divulgação de boas práticas em revitalização urbana e inovação produtiva.
- I. Capital humano:** programas de atracção e apoio à fixação de recursos humanos altamente qualificados, de formação e empreendedorismo, de reforço da empregabilidade e de reforço das competências profissionais em urbanismo.
- J. Organização e liderança:** Promover a criação de estruturas aptas a gerir a elevada exigência técnica e empreendedora do projecto de *iHub*, bem como de estruturas orientadas para a colaboração e a mediação.
- K. Financiamento:** promoção da constituição de fundos orientados para a revitalização urbana, incentivos aos municípios para a aposta na criatividade urbana e mobilização de financiamentos comunitários e do BEI.

VII. Organização do projecto de *iHub*.

- A. Princípios organizacionais e de participação** em revitalização urbana: adequação do modelo de governança às especificidades de cada projecto; autonomia da entidade responsável pelo projecto; reunião de competências profissionais, nomeadamente na animação, comunicação, mediação e negociação; comunicação interna e externa e sustentabilidade financeira que reduza as necessidades de fundos públicos a algumas componentes específicas do projecto.
- B. A natureza, funções e mandato** da entidade gestora do projecto dependem da dimensão da cidade e do próprio projecto, admitindo-se que tenha funções para além da fase de investimento e, embora resulte de uma parceria envolvendo múltiplos actores, o município desempenhe aí um papel central.

- C.** A instituição de **mecanismos de parceria**, envolvendo actores públicos e privados, que pode revestir apenas a forma de órgãos de aconselhamento estratégico ou envolver a participação nas decisões executivas. A parceria para além de envolver os agentes privados responsáveis pelas actividades âncora do projecto, deve também preconizar formas de envolvimento dos vários segmentos da população por forma a criar-se o sentimento de partilha dos objectivos e de envolvimento nas acções do projecto.
- D.** O **planeamento do projecto** deve ser entendido como um instrumento de criatividade, para o qual a noção de **ciclo de criatividade urbana** pode ser útil. A noção de ciclo de criatividade urbana assenta num círculo de cinco etapas, que se inicia com a identificação de ideias, que se concretizam em projectos reais, que circulam em redes de *marketing* e para cuja implementação são disponibilizados mecanismos adequados; a divulgação de resultados pode originar novas ideias.
- E.** A **concepção do projecto** inicia-se com as consultas aos *stakeholders* relevantes, a definição de conceitos-chave, a avaliação de potencialidades e constrangimentos e a instituição de mecanismos de auditoria criativa. A construção de cenários segue as metodologias usuais, nomeadamente a colheita de ideias e a reflexão, com que se pretende articular uma visão que servirá de base à elaboração do programa de desenvolvimento do projecto.

1. INTRODUÇÃO: ELEMENTOS DE ENQUADRAMENTO DA EVOLUÇÃO DAS CIDADES E OBJECTIVOS DESTE RELATÓRIO

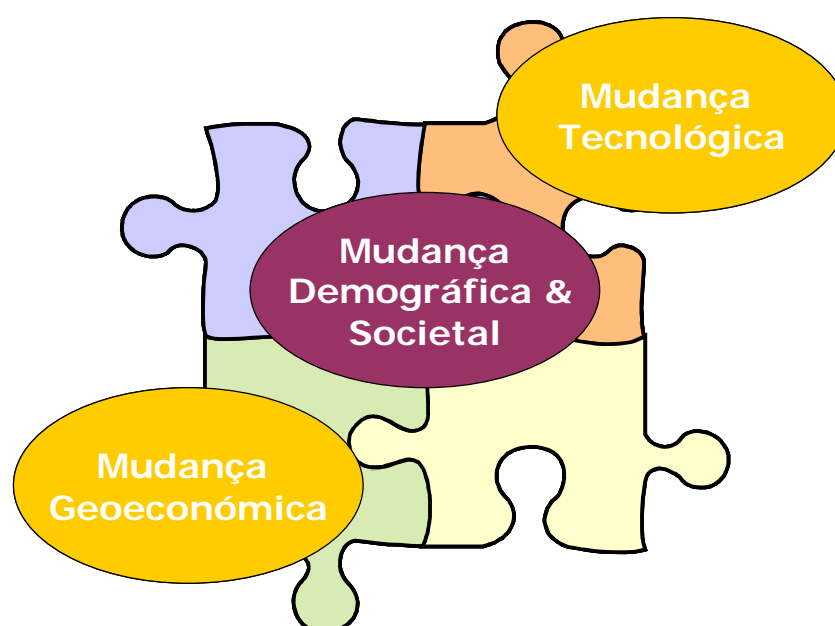
1.1. Dinâmicas Tecnológicas, Sociais e Geo-Económicas Recentes e Transformação das Cidades

Muitas das cidades de maior dimensão dos países desenvolvidos foram ao longo das décadas de 60 e 70 duramente atingidas por um processo de reestruturação sectorial marcado pela crise das actividades industriais e dos modos de organização que haviam constituído motores de crescimento nas décadas anteriores. Esta crise resultou de uma queda pronunciada nos ritmos de crescimento, por saturação de mercados, em sectores de bens de consumo como o automóvel, os electrodomésticos, a primeira vaga de produtos da electrónica de consumo (centrados na TV), ou os artigos em plástico, bem como em sectores de bens de equipamento para a electricidade e para as comunicações telefónicas e respectivas indústrias fornecedoras (siderurgias, metalúrgicas, petroquímicas e químicas derivadas).

Simultaneamente, tais sectores experimentavam um choque de preços na energia, de que todos eram muito dependentes. As grandes organizações verticalmente hierarquizadas entram em crise por dificuldades de adaptação a uma nova fase em que o crescimento dos sectores de bens finais de consumo duradouro e de bens de equipamento, teria de estar assente na renovação de *stocks* com base em processos intensos de inovação que acelerassem essa mesma renovação.

Naquele sentido, as décadas de 80 e 90 colocaram as cidades sob a poderosa influência de três grandes **mudanças** que colocam grandes **desafios**, em termos de capital a acumular pelas cidades num contexto que é de crescente competitividade, de forma simbiótica, entre actividades e entre cidades.

Figura 1.1. Partindo dos Anos 80: Três Forças de Transformação da Dinâmica das Cidades



Uma **mudança demográfica e societal** de que ressaltaram elementos como:

- ◆ O fim dos êxodos de população rural para os centros urbanos dos países desenvolvidos;
- ◆ A quebra de natalidade nos países desenvolvidos, facilitada pelos novos meios tecnológicos de controlo de nascimentos e impulsionada pelos níveis crescentes de urbanização da população e pelo reforço do papel das mulheres a que alude o parágrafo seguinte, e o início de um acelerado processo de envelhecimento das sociedades, embora de forma distinta conforme as regiões do mundo desenvolvido;
- ◆ A emergência de um movimento imigratório sem precedentes, que transformou muitas cidades em “turbilhões de variedade cultural, racial e étnica”¹, com efeitos contraditórios de reforço da criatividade, mas também com o aprofundamento acentuado da desigualdade social;
- ◆ O prosseguimento do reforço do papel das mulheres nas sociedades que, após a sua entrada maciça no mercado de trabalho nas décadas anteriores, se traduziu num intenso processo de qualificação evidenciado, pelo seu peso e níveis de aproveitamento crescentes no ensino superior;
- ◆ A instabilidade e diversificação das estruturas familiares, acompanhadas por um crescimento das famílias unipessoais, que naturalmente se traduz numa maior procura de espaços de convivência, nomeadamente do espaço público urbano; e,
- ◆ Apesar dos extraordinários avanços nas possibilidades do “virtual” há uma crescente necessidade de simbolismos potenciadores de vivências e identidades colectivas, que leva à participação social “ao vivo” em eventos de natureza variada que conferem também novas dinâmicas ao espaço público e constituem novos elementos de afirmação de singularidades criativas das cidades.

Uma **mudança tecnológica** que revolucionou os modos de trabalhar, de comunicar e de interagir, e, ao mesmo tempo, abriu áreas inteiramente novas de actividade:

- ◆ O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, permitindo ampliar de forma radical as capacidades de computação e de interacção ao dispor de indivíduos e organizações;
- ◆ O desenvolvimento das tecnologias de simulação e de virtualidade;
- ◆ O desenvolvimento e diversificação das telecomunicações (desde as móveis às de fibra óptica);

¹ Ratcliffe, www.chforum.org

- ◆ A conectividade global em tempo real permitida pelo *networking* e pela *internet* com as suas implicações no crescimento das capacidades de interacção;
- ◆ O desenvolvimento assente no crescimento das indústrias da micro electrónica e opto electrónica e dos respectivos materiais funcionais; e,
- ◆ Uma revolução nas tecnologias biomédicas e biotecnológicas, que vai assegurar uma segunda vaga de actividades dinâmicas para além das associadas à informação, ao mesmo tempo que se apoia nestas para o seu próprio desenvolvimento (vd. instrumentação, micro-engenharia, simulação computacional etc).

Uma profunda **mudança geo-económica** apreendida pelo conceito unificador de Globalização e em que se podem incluir:

- ◆ A deslocalização de actividades industriais e de serviços para mercados emergentes, como forma de neles penetrar, e o *outsourcing* de abastecimento e de serviços nesses mesmos mercados, como forma de reduzir custos, sobretudo de mão-de-obra, o que, em muitos casos, se traduziu na contracção de sectores inteiros nos países desenvolvidos;
- ◆ O forte crescimento das operações financeiras e comerciais necessárias à gestão de operações à escala mundial e à permanente recomposição das carteiras de activos físicos e financeiros que a globalização permite e exige, traduzindo-se no reforço dos sectores de serviços financeiros e de serviços às empresas nos países desenvolvidos;
- ◆ A internacionalização das actividades do imobiliário, que replicam à escala mundial um conjunto de conceitos relativamente uniformizado, desde centros comerciais a parques tecnológicos, a parques de escritórios e a projectos de *resorts* turísticos residenciais; e,
- ◆ O papel central do *branding* e do *marketing* como meios de assegurar uma presença à escala mundial, que assegure uma diferenciação geradora de competitividade, num mercado muito marcado por consumidores que valorizam os bens e serviços personalizados numa perspectiva de auto-determinação psicológica – os *apex consumers*² (Hutton, 2007) e em que se verifica um “desvio do consumo do valor de uso para o valor simbólico” (O’Connor, 1999, pág. 90).

² Para cujo crescimento tem contribuído o *up-grading* de qualificação escolar e profissional da população.

Face àquelas mudanças colocam-se às cidades **desafios** em termos de:

- ◆ **Capital social e intelectual** – Para competir na economia internacional do conhecimento há que garantir pessoas com qualificações e competências adequadas;
- ◆ **Capital democrático** – Assente num diálogo transparente e permanente entre as administrações públicas com jurisdição sobre as cidades e as respectivas comunidades;
- ◆ **Capital de cultura e lazer** – Uma forte “marca” assegura visibilidade aos elementos de singularidade da cidade;
- ◆ **Capital de ambiente** – As cidades têm de fornecer um ambiente limpo, verde e seguro;
- ◆ **Capital tecnológico** – A tecnologia tem de suportar as necessidades dos cidadãos, desde transportes, habitação, água e energia, bem como novas exigências em termos de comunicação, como a banda larga, o *wireless* e as redes electrónicas; e,
- ◆ **Capital financeiro** – Num contexto de margens reduzidas, são necessárias estratégias criativas e flexíveis do ponto de vista financeiro e um reforço das alianças entre os sectores público e privado.

Nesta era da informação e do conhecimento, em que nos encontramos, e que alguns apontaram já como tendo já evoluído para uma era da criatividade³, para sublinhar a importância das transformações em curso e das suas implicações para a concepção das estratégias de desenvolvimento das cidades, cabe aqui evocar três leis que seriam fundamentais para explicar a capacidade actual de lidar com informação e de a transformar em criatividade (Mulgan, 1999): a primeira relacionada com o progresso no poder de computação que gera diminuições contínuas e profundas nos respectivos custos (a lei de Moore); a segunda que estipula que o valor de uma rede cresce exponencialmente com o número dos seus utilizadores (lei de Metcalfe); e a terceira, que estabelece que o poder da criatividade cresce exponencialmente com a diversidade e a divergência dos utilizadores da rede (lei de Kao).

Se onde está “rede”, colocarmos “cidade”, na medida em que cada cidade pode configurar em si diversas redes, e entre as cidades várias redes se estabelecem, então podemos encontrar nesta mudança de paradigma alguns dos elementos chave para a

³ Numa identificação de três grandes eras da actividade económica: a agrícola, a industrial e a informacional, a que o Instituto Nomura do Japão acrescentou a criativa. Estaríamos já na era da criatividade no sentido em que o que interessa já não é tanto a informação em si, mas o “novo” que pode surgir, de forma inesperada e imprevisível, das combinações de informação. De modo similar, considera-se também que um “meio criativo” reúne transmissão de informação, acumulação de conhecimento e competências em certas actividades, mas como jogo de soma positiva (Wu, 2004).

criatividade urbana enquanto veículo de relançamento urbano e de afirmação competitiva de cada cidade. Deste modo, na era da informação (ou da criatividade) a cidade, ao contrário do que preconizavam os defensores da “morte da distância”, continua a ganhar relevância como espaço de aglomeração de actividades inovadoras, devido à importância do “face-a-face” dos protagonistas da criatividade, e também devido ao facto, já observado em ciclos de inovação anteriores, de que maior possibilidade de comunicação à distância gera a necessidade e o interesse de maior intensidade de contactos presenciais⁴.

A esses factores pode ainda acrescentar-se que as cidades mais relevantes são apelativas à fixação dos consumidores de maior poder de compra e sofisticação, atraindo também as actividades criativas ligadas à geração desses produtos (Hall, 1999). As cidades que beneficiam daquelas dinâmicas poderão não ser as mesmas. Novas oportunidades se abrem para as cidades que conseguem inserir-se na fronteira da inovação, mas a deslocalização das actividades mais banais pode gerar graves problemas de polarização – “ilhas de prosperidade podem ver-se rodeadas de mares de pobreza e mal-estar social persistentes” (Hall, 1999, pág. 56).

1.2. Evolução dos Paradigmas do Planeamento Urbano

A multiplicação de conceitos que pretendem identificar factores chave para competitividade e atractividade futura das cidades num contexto de economia global, sejam eles o de “cidades inteligentes”, “cidades do conhecimento” ou “cidades criativas” insere-se numa profunda mudança de abordagem no que respeita aos objectivos, instrumentos e actores do planeamento urbano. Num estudo recente da OCDE⁵ são identificadas três fases distintas na evolução das concepções associadas a esse planeamento.

Numa **primeira fase**, correspondente aos anos 50 e 60 do século XX, o planeamento urbano fez face a um crescimento urbano exponencial e as suas preocupações principais foram a oferta de habitação em termos acessíveis às populações, a expansão dos grandes sistemas de infra estruturas de mobilidade, de energia, de abastecimento de água e de gestão de resíduos, e a oferta de serviços básicos fundamentais como a educação e a saúde. Nesta fase adoptou-se uma abordagem fortemente interventora dos poderes públicos centrais e locais no uso da terra, com o zonamento funcional do espaço a presidir ao planeamento da cidade através do estabelecimento de regras de uso dos espaços, e com o financiamento de investimentos pesados, sendo as forças de mercado olhadas com alguma circunspecção.

⁴ As possibilidades de conhecimento virtual de outros espaços e pessoas estimulam o interesse pelo contacto geográfico. A própria conjugação de factores de interesse num local, gera uma atmosfera não substituível pelo contacto virtual.

⁵ OCDE, 2007.

Numa **segunda fase**, que correspondeu no essencial aos anos 70 e parte dos anos 80 do século XX, vários factores levaram a uma crise do paradigma anterior de planeamento urbano:

- ◆ Por um lado o crescimento urbano abrandou e a motorização individual facilitou uma dispersão urbana que atingiu o dinamismo de muitos centros históricos de grandes cidades que se tornaram zonas de abandono e marginalidade;
- ◆ Os anos de *estagflação* desencadearam um primeira vaga de reestruturação industrial que atingiu em pleno cidades cujo crescimento se fizera em torno de actividades da indústria pesada e que entraram em declínio;
- ◆ As finanças de muitas cidades entraram por sua vez em colapso, levando a um corte no investimento público, enquanto nalguns países o lançamento de programas de desregulamentação e privatização fez recuar o poder das administrações públicas em sectores cujo controlo até então lhes pertencia; e,
- ◆ No plano social as políticas urbanas visavam os bairros críticos procurando soluções de realojamento e integração social dos grupos mais atingidos pela crise, que permitissem reduzir tensões e salvaguardar a segurança nas cidades.

Nesta fase começa a surgir uma nova visão do planeamento urbano, centrada em grandes operações de requalificação de espaços urbanos mais atingidos pela conjugação de alguns daqueles factores. A renovação de zonas portuárias em declínio ou de quarteirões industriais abandonados, na década de 80 com continuidade na de 90, ganhou visibilidade e envolveu os poderes públicos e o sector privado, quebrando a separação típica dos anos anteriores. Projectos como os de Baltimore, Boston, Manchester ou Bilbao foram pioneiros nesta nova abordagem, em que as referidas áreas são renovadas, segundo uma filosofia de “aburguesamento” / nobilitação, para habitação, comércio e cultura / lazer. Tratou-se de processos de renovação com orientação cultural, assentes na disponibilização de equipamentos culturais e de recreio (centros de congressos, aquários, etc.). A EXPO98 de Lisboa insere-se nesta perspectiva de renovação urbana assente em actividades culturais e de consumo.

Finalmente, numa **terceira fase**, que é a actual, o planeamento urbano passa a ser dominado por preocupações de sustentabilidade ambiental e de inserção das cidades e metrópoles na economia global sob o lema da competitividade das cidades e com a preocupação de atrair actividades em crescimento a nível mundial, centros de conhecimento, talentos e eventos mobilizadores de interesse em espaços de dimensões muito superiores às das próprias cidades. É um período em que as cidades se concebem como actores na globalização e desta procuram tirar partido, inspirando-se mais na gestão empresarial e concebendo-se menos como destinatárias da intervenção determinante dos Estados. Nesta fase:

- ◆ Reconhece-se um papel muito mais significativo aos activos culturais e ao estilo de vida como factores de atractividade e diferenciação das cidades e, mais recentemente, às questões da sustentabilidade como factores também distintivos;
- ◆ Predominam as parcerias público privadas para realização daquelas operações e os poderes públicos, mais do que restringir as forças de mercado, procuram utilizá-las para fins de melhoria do posicionamento das cidades na globalização, “trazendo-se” para as cidades os princípios da gestão empresarial;
- ◆ A sustentabilidade ambiental ganha estatuto de objectivo nuclear com a procura de soluções de transportes mais amigáveis do ambiente e a evolução para estratégias de maior compacidade do espaço urbano, que visam também proporcionar maior proximidade entre pessoas / actividades;
- ◆ As políticas de coesão social ganham novas dimensões procurando conferir aos próprios grupos alvo a iniciativa de soluções criativas para a sua integração na economia das cidades, e criar condições para que alguns estratos populacionais de menor rendimento, mas indispensáveis para o bom funcionamento das cidades, aí possam permanecer, evitando a sua periferização excessiva; e,
- ◆ Progressivamente vai-se entendendo que as políticas urbanas devem exercer-se também a uma escala superior à da própria cidade, a cidade-região, o que impõe a cooperação entre diversos níveis de administração.

Ainda nesta fase multiplicam-se algumas operações estilizadas com impacto espacial urbano relevante:

- ◆ A requalificação de zonas do casco urbano fortemente atingidas por processos de abandono e que são alvos de empreendimentos que procuram trazer novas fontes de vitalidade urbana a esses espaços;
- ◆ A edificação de obras arquitectónicas de grande valor, frequentemente da responsabilidade de gabinetes de arquitectura, que têm o mundo como mercado, muitas vezes para funções de fruição colectiva (museus, centros de exposição, estádios, etc.) e que passam a ser vistas como símbolos de modernização e vitória sobre o declínio das cidades;
- ◆ A construção de Parques de Ciência e Tecnologia nas periferias das cidades como forma de apoiar a consolidação de centros de conhecimento e de favorecer estreita articulação destes com as empresas; e,
- ◆ A realização de eventos, nalguns casos únicos, noutros recorrentes, que se tornam símbolos das cidades e em torno dos quais se procede à requalificação urbana selectiva.

No entanto, nesta nova fase, que é também a da globalização do sector imobiliário, assistiu-se a uma **replicação de modelos** semelhantes em todo o mundo, favorecida pela acção de fundos de investimento, promotores imobiliários e gabinetes de urbanismo e arquitectura com escala de operação global. Desse modo, intervenções que pretendiam ser distintivas das cidades, acabaram por encontrar semelhanças cada vez maiores noutros pontos do mundo.

1.3. Objectivos do Relatório de Orientações de Política Urbana

O presente estudo tem como objectivo propor orientações de política urbana que visem o desenvolvimento das cidades em bases competitivas e sustentáveis na economia global e do conhecimento.

- ◆ No plano da sustentabilidade, procura-se assim encontrar soluções que possam maximizar os usos dos espaços já urbanizados, gerando espaços de proximidade entre pessoas / actividades e evitando a continuação dos processos de expansão horizontal consumidores de espaço e geradores de crescentes necessidades de comutação.
- ◆ No plano da competitividade, a reafectação de espaços urbanos deverá privilegiar a sua utilização por actividades económicas inovadoras capazes de competir nos novos contextos económicos internacionais, e que confirmem às cidades nova atractividade, em especial dos talentos. Simultaneamente, as soluções a encontrar devem também ser integradoras dos diferentes grupos populacionais, conferindo sustentabilidade social às cidades.

Desse modo, o relatório estrutura-se em três partes de substância fundamentais:

- ◆ Tendo em conta a diversidade de conceitos (e de entendimentos de um mesmo conceito) de cidade na economia do conhecimento, na primeira parte – Secção 2 – procura-se afinar um conceito de “cidade inteligente”, que possa servir de base às propostas de orientação urbana e produtiva das cidades;
- ◆ Na segunda parte – Secção 3 – estabelece-se uma resenha das grandes orientações de política urbana (e dos respectivos instrumentos) e das evoluções perspectiváveis, em termos das agendas políticas que têm vindo a estabelecer-se ao nível da União Europeia, com especial enfoque nas políticas de revitalização urbana de que se faz uma resenha de experiências recentes; e,
- ◆ Na terceira parte – Secção 4 – procura-se estabelecer um conjunto de orientações de política de revitalização urbana assentes no aproveitamento da figura do *Innovation Hub* como instrumento de política que visa conjugar a revitalização urbana com a inovação científica, tecnológica e cultural.

2. CIDADES COMPETITIVAS E SUSTENTÁVEIS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO E DA ECONOMIA DO CONHECIMENTO

2.1. Os Conceitos de Cidade e a Importância das Cidades para a Competitividade Económica e para a Sustentabilidade

2.1.1. *Da Cidade Administrativa, à Cidade Económica e à Cidade-Região*

A política urbana pode reportar-se a três níveis territoriais distintos. Em sentido ascendente, temos o bairro, o município e a cidade-região⁶. Tratando-se o presente relatório de um estudo sobre política urbana para o desenvolvimento inovador e sustentável, com grande incidência intra-urbana, não deixam todavia de ser relevantes aqueles três níveis territoriais, pelo que importa precisar melhor os conceitos de cidade que lhe estão subjacentes.

Vista como entidade política e administrativa municipal, a cidade, que poderemos designar como cidade municipal⁷, tem fronteiras precisas e ligação directa a uma entidade política local, o que constitui uma vantagem do ponto de vista das intervenções de políticas públicas locais e lhe confere importância imediata. Todavia, tem o inconveniente de poder não abarcar as dinâmicas económicas e sociais urbanas relevantes para a realização de determinados objectivos de política urbana e, sobretudo no caso da grande cidade, tem o inconveniente de suplantar amplamente a escala da vida quotidiana – o bairro, onde no âmbito da proximidade pedonal se desenvolve um conjunto de actividades propiciadoras do bem-estar e dos sentimentos de pertença urbana.

Para abarcar essas dinâmicas o conceito de cidade deve ser simultaneamente contraído e expandido. Deve ser contraído, de modo abarcar a diversidade intra-urbana e diversificar os objectivos e instrumentos de política, nomeadamente os da participação cívica, e aí surge o bairro. Deve ser expandido, de modo a abarcar um espaço, mais amplo, de natureza funcional económica (a cidade económica), envolvendo a “cidade construída”⁸ (espaço construído mais ou menos contínuo, dedicado a usos urbanos, tais como habitação, actividades produtivas, transportes e espaços públicos, com uma dimensão populacional mínima a nível de cidade média e podendo envolver mais do que uma cidade municipal) e pequenos centros urbanos, espaços rurbanos⁹ e rurais de influência. Trata-se, neste caso, da cidade-região que envolve os espaços de continuidade com os quais a cidade estabelece “um complexo e inter-relacionado conjunto de interacções económicas e sociais”¹⁰, formando uma unidade económica, não apenas dos pontos de

⁶ Friedmann, 2007.

⁷ Jones et al, 2006b.

⁸ Parr, 2005.

⁹ Espaços de habitação e de actividades produtivas, próprias da cidade, mas com características que os colocam entre o espaço rural e o espaço sub-urbano. Cavaco e Moreno, 2006.

¹⁰ Parr, 2005.

vista do emprego e do acesso ao consumo (espaço de comutação), mas também das interacções entre actividades e recursos, que conferem escala e competitividade à cidade.

Todavia, na medida em que a “cidade construída” nem sempre se contém dentro dos limites de uma autoridade municipal única, a par da cidade municipal, devem considerar-se outros tipos de cidade envolvendo várias municipalidades e processos de cooperação inter-municipal ou mesmo níveis de poder supra-municipal. Estaremos assim perante:

- ◆ A cidade metropolitana (ou área metropolitana)¹¹, comportando uma cidade núcleo e um conjunto de cidades vizinhas e subúrbios, resultantes em grande medida da expansão do núcleo inicial de uma cidade, em sucessivas coroas de espaço construído, para dimensões com relevância económica nacional e internacional; ou,
- ◆ A conurbação¹², resultante de uma continuidade geográfica de cidades e outros tipos de centros urbanos, gerada pelo seu crescimento, assumindo uma estrutura do tipo policêntrico, isto é, sem a predominância clara de um centro polarizador.

Trata-se de conceitos em que a cidade pode assumir uma dimensão espacial difusa, mas que se tornam relevantes para se perceber como é que a cidade funciona e como é que as políticas respondem às suas necessidades de desenvolvimento. Por isso, no contexto deste relatório, assumimos que todos os citados níveis de intervenção urbana são relevantes para a prossecução dos objectivos de competitividade e sustentabilidade urbanas, embora seja dado relevo particular à dimensão intra-urbana, como veremos adiante.

Economicamente as cidades são muito relevantes pelos benefícios que trazem, quer para os produtores quer para os consumidores, e que se traduzem em elementos de eficiência e de eficácia. De forma que, à primeira vista, poderia parecer paradoxal, as cidades ganharam novas dinâmicas ao longo do tempo com a introdução de novos elementos de mobilidade das pessoas, dos bens e da informação, que aparentemente reduziriam a necessidade de aglomeração de actividades e de pessoas. Concretamente as cidades geram economias de aglomeração que estão na origem dos tais benefícios para produtores e consumidores, embora do crescimento das cidades resultem também externalidades negativas associadas às pressões nos usos do espaço e no ambiente.

As cidades têm sustentado a urbanização da população, processo que, desde 1800, não tem parado de ganhar importância, situando-se hoje a população urbana, pela primeira vez, acima dos 50% a nível mundial¹³, embora com níveis de incidência geograficamente muito diferenciados (as macro-regiões mais urbanizadas são em geral as

¹¹ Parr, 2005, e Jones et al, 2006b.

¹² Geddes, 1915, referido por Parr, 2005.

¹³ Num processo de crescimento da população urbana que deve prolongar-se até final deste século e em que, parte significativa dos 20% de população que permanecerá rural, assumirá modos de vida ligados à cultura e práticas urbanas (Friedmann, 2007).

economicamente mais prósperas) e segundo ciclos de crescimento também diferenciados (depois de um período de estagnação das maiores cidades metropolitanas nas macro-regiões desenvolvidas, assiste-se a uma nova emergência da sua importância económica e científica e técnica, embora as cidades que mais têm crescido nos últimos anos, em termos populacionais, sejam as de segunda importância).

2.1.2. A Economia Global e a Competitividade e Sustentabilidade Urbanas

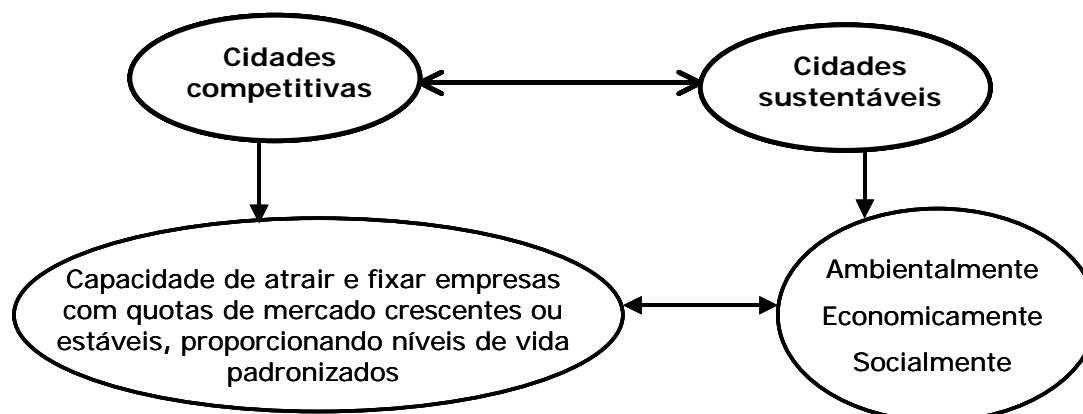
Com a globalização, a economia do conhecimento e as problemáticas de sustentabilidade ambiental e social, as cidades enfrentam novos desafios, que impõem a sua reformulação e um papel decisivo na construção da competitividade das economias. Deste modo, competitividade e sustentabilidade passam a ser duas dimensões nucleares da estruturação das cidades (veja-se figura 2.1).

As cidades serão socialmente sustentáveis, se forem capazes de integrar todos os seus grupos sociais nos benefícios do crescimento económico, evitando a formação e crescimento de fenómenos de exclusão que se traduzem em focos de insegurança e perda de qualidade e de competitividade urbanas.

As cidades serão ambientalmente sustentáveis se forem capazes de desenhar soluções de ordenamento do espaço urbano, de mobilidade, de construção, de fornecimento de *utilities* e de utilização e recuperação / reciclagem de recursos materiais, que permitam a redução do, e aumentem a eficiência no, uso de energia, com a consequente redução de emissões poluentes, e também uma maior conservação de recursos não energéticos. Sendo ambientalmente sustentáveis, as cidades são também económica e socialmente mais sustentáveis pois minimizam-se as externalidades negativas geradoras de custos para as empresas, para as famílias e para as administrações públicas.

As cidades competitivas apresentam bons desempenhos económicos, os quais dependem das suas formas de organização (nomeadamente dos usos do espaço e do seu desenho urbano), mas também da sua dotação em factores produtivos e das suas capacidades institucionais de organização e de utilização desses factores.

Figura 2.1. Cidades Competitivas e Sustentáveis



As cidades serão tanto mais competitivas quanto mais forem capazes de atrair / gerar e fixar actividades competitivas (sustentabilidade económica), cujo dinamismo assenta em factores de inovação susceptíveis de produzir elevados níveis de rendimento e de nível de vida para os seus habitantes. A competitividade das cidades passa assim pela competitividade das suas actividades, mas não se esgota aí, já que na sua competitividade joga cada uma das suas empresas e instituições, mas jogam também as externalidades que a cidade deve propiciar e que a tornam atractiva. Na caixa seguinte estabelece-se a ponte entre a competitividade das empresas e a atractividade das cidades.

Caixa 2.1. Da Competitividade das Empresas à Atractividade das Cidades

A compreensão do papel das cidades no crescimento económico torna-se mais fácil se distinguirmos três conceitos.

- **A Competitividade das empresas**, que resulta de um conjunto de características das empresas como sejam: o seu controlo sobre os custos de produção dos bens ou serviços com que estão presentes nos mercados; a qualidade e inovação que conseguem transmitir a esses bens e serviços; a capacidade de fornecer aos clientes nos prazos mais adequados; o *branding* e o *marketing* que lhes permitem apresentar os seus bens ou serviços como dispendo de características únicas permitindo com a diferenciação obtida ganhar “rendimentos diferenciais”.
- **O Dinamismo dos *clusters* territoriais**. Muitas actividades tendem a aglomerar-se em *clusters* espaciais, marcados pela competição entre empresas dos mesmos sectores; pela presença de fornecedores de bens ou serviços indispensáveis à actividade das empresas presentes nos mercados finais; pela existência de plataformas e instituições que estão ao serviço de todas as empresas; pela existência de mecanismos de cooperação formal ou informal entre empresas competidoras etc.. A formação de *clusters* contribui decisivamente para que: se formem pools de recursos humanos qualificados numa extensa gama de ocupações; para que a competição entre empresas intensifique a busca de inovação; para que se acelere o ritmo de difusão de inovações; para que ganhe visibilidade mundial o conjunto de conhecimentos e competências existentes nas empresas e outras instituições dos *clusters*.
- **A Atractividade das cidades**. As cidades geram um conjunto de externalidades para as empresas que reforçam a sua capacidade competitiva e beneficiam da existência de *clusters* territoriais que lhes ofereçam potencial de crescimento e traços distintivos na economia global. As cidades podem, por sua vez, contribuir para o próprio dinamismo desses *clusters* com intervenções em áreas relevantes para a criação de externalidades positivas como: acessibilidades e conectividade; disponibilidade de espaço com custos controlados, instalação de centros de formação e ensino, oferta residencial em condições competitivas, etc. Mas simultaneamente as cidades – a partir dos activos que dispõem – necessitam de ampliar e diversificar permanentemente a “carteira de actividades”, ganhando desse modo maior resiliência às flutuações de actividade dos *clusters* já aí localizados ou à inevitabilidade do seu declínio.

Numa visão mais ampla da sustentabilidade urbana, Rogers, 1997, define a cidade sustentável como um “organismo dinâmico tão complexo quanto a própria sociedade e suficientemente ágil para reagir rapidamente às mudanças”, explicitando a sustentabilidade na combinação de sete facetas da cidade:

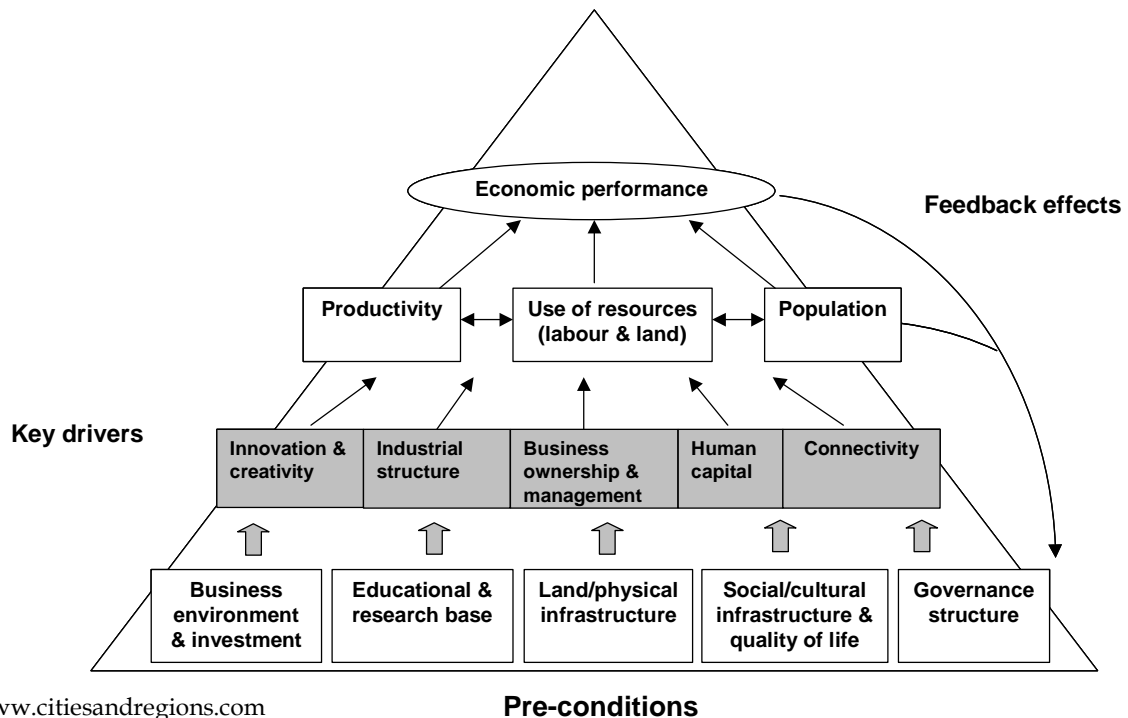
1. Justa, no sentido em que proporciona a satisfação das necessidades essenciais e a participação cívica a todas as pessoas;
2. Bonita, porque promove arte, arquitectura e paisagem tocantes;
3. Criativa, porque estimula a visão e experimentação mobilizadoras dos seus recursos humanos para respostas rápidas;
4. Ecológica, no sentido em que minimiza o seu impacto ambiental;
5. Fácil, onde a organização urbana estimula os habitantes à mobilidade e à comunicação pessoal e electrónica;
6. Compacta e policêntrica, no sentido em que maximiza a proximidade e integre as comunidades e proteja a envolvente rural; e,
7. Diversificada por uma gama de actividades que gerem vitalidade e vida pública.

2.1.3. Factores de Desempenho Económico e Social das Cidades

De acordo com Clark (2006b), é possível definir um conjunto de **pré-condições** para um bom desempenho económico das cidades – nomeadamente das metrópoles – de que se destacariam (ver figura 2.2):

- ◆ Um ambiente favorável ao investimento e à actividade das empresas;
- ◆ Uma sólida e diversificada base educativa e de I&D;
- ◆ Características do território e das infra-estruturas físicas que o valorizam;
- ◆ Infra-estruturas sociais e culturais que permitam uma elevada qualidade de vida; e,
- ◆ Um quadro institucional e de governação adequado à gestão da cidade.

Figura 2.2. Elementos Determinantes do Desempenho Económico das Cidades



www.citiesandregions.com

Mas entre a existência destas pré condições e o desempenho económico final das cidades intervêm um conjunto de factores chave, ou *drivers*, do bom desempenho económico, que são aqueles que mais estreitamente determinam o desempenho urbano na economia global e do conhecimento:

- ◆ A conectividade externa e interna das cidades, quer na sua vertente de transportes, quer na digital;
- ◆ O capital humano existente, a diversidade do *pool* de recursos humanos qualificados e o potencial de atracção de recursos humanos altamente qualificados;
- ◆ A estrutura de actividades, mais ou menos diversificada, de preferência com pólos de especialização distintivos no mercado internacional;
- ◆ A estrutura empresarial e os padrões de gestão dominantes que condicionam o dinamismo de inovação; e,
- ◆ O potencial de inovação e criatividade.

Na economia global e do conhecimento, em que as fronteiras nacionais e a escala nacional perdem importância enquanto elementos estruturantes das economias, as cidades adquirem nova importância nessas funções. Nesse sentido assumem-se como espaços nucleares de aglutinação de pessoas e de actividades, propiciando ambientes de

criatividade, de interacção, de aproveitamento de complementaridades e de geração de sinergias.

Surgindo novas potencialidades, surgem também novos problemas e a cidade tem de adaptar-se. No passado, a expansão urbana em extensão (*urban sprawl*) resultou numa dinâmica de crescimento urbano devoradora de espaço e geradora de ineficiências e de factores de insustentabilidade ambiental (nomeadamente o aumento da intensidade e da distância – físicas e temporais – das comutações diárias, implicando perdas de tempo e importantes impactos ambientais dos transportes, apesar da expansão contínua, mas sempre insuficiente, das redes de transportes). Destruuiu-se assim uma das principais *raisons d'être* da cidade: a proximidade entre pessoas / actividades. Daí a necessidade do retorno ao intra-urbano.

Vimos já na Introdução que com a globalização mudou a natureza das actividades produtivas exercidas nas cidades do Ocidente, com a deslocalização de grande número de indústrias transformadoras e de serviços. Em resultado, a competitividade das economias desenvolvidas exige actividades de maior conteúdo de informação e recursos humanos de outro tipo, gerando simultaneamente tendências para maiores níveis de dualização económica. Simultaneamente acentuaram-se as correntes imigratórias com efeitos aparentemente paradoxais: surgimento de novas comunidades criativas e também de novos focos de tensão; surgimento de populações qualificadas e também de populações dispostas a exercer tarefas que os naturais querem evitar.

Com o envelhecimento surgem novos problemas, incluindo desde logo a sustentabilidade dos mecanismos de segurança social e a maior valorização da segurança e da estabilidade social urbanas. Mas surgem também novas possibilidades de estruturação produtiva urbana. Com novos problemas, colocam-se também novos modos de governação das cidades, essenciais para o seu desempenho económico e social e para a sua atractividade e competitividade.

Em suma, no contexto da globalização, da procura de sustentabilidade ambiental e da revolução tecnológica dos meios de comunicação, em período de maior incerteza na oferta de petróleo e de insuficiência de alternativas, a competitividade das cidades assume-se cada vez mais como capacidade de afirmação na economia do conhecimento, pois é aí que se encontram as actividades com mais futuro, maior compatibilidade ambiental e maior mobilidade, embora também com maior potencial de dualismo económico e consequente exclusão social. Importa, assim, sistematizar, as principais características das cidades inseridas na economia do conhecimento.

2.2. As Cidades, a Globalização e a “Economia do Conhecimento”

2.2.1. A Transformação Recente das Cidades

O conjunto de transformações demográficas, sociais, tecnológicas e geoeconómicas referidas na Introdução, teve um forte impacto no “cenário” urbano dos países

desenvolvidos. Centrando-se mais na questão das transformações nas **atividades motoras do crescimento das cidades**, Scott (2007) defende que no início dos anos 80 – quando se faziam ainda ecoar as visões mais pessimistas sobre o declínio de muitas cidades e metrópoles dos EUA – um novo modelo de organização económica e de desenvolvimento começou a surgir em torno da dinâmica de crescimento de um conjunto de actividades intensivas em conhecimento, informação e criatividade, que estariam subjacentes a novas lógicas de aglomeração e a um ressurgimento urbano, iniciado em locais que tinham tido um papel menor nos períodos de industrialização associados à 2ª revolução industrial.

Para aquele autor, aquele grupo de actividades incluía a indústria altamente intensiva em tecnologia (de que se podem dar como exemplo as actividades associadas à informação e à biomedicina e biotecnologia), alguns serviços (nomeadamente os serviços financeiros, os serviços às empresas e os serviços pessoais), bem como indústrias de produtos culturais (tais como as indústrias dos *media*, do cinema, da música e do turismo cultural) e ainda novas formas artesanais de produção com forte componente de moda e *design* (em áreas como o vestuário, a joalheria ou mesmo o mobiliário).

Para o autor, aquele tipo de actividades ultrapassou em muito as tradicionais indústrias de fabrico de massa como motores do crescimento e inovação, no que designa como **economia cognitiva-cultural**. O núcleo central desta nova economia seria constituído por uma camada de profissionais com elevadas remunerações, com ocupações nas áreas da investigação científica e tecnológica, administração e gestão de operações entre empresas, representação e transacções, gestão de projectos, concepção e *design*, criação de imagem e entretenimento, etc.. Este núcleo seria completado por um outro estrato constituído por ocupações pouco remuneradas envolvidas, quer em trabalho manual, quer em funções de serviços pouco qualificadas, muitas vezes preenchidas por imigrantes. O rápido crescimento desta “nova economia” seria assim acompanhado por uma crescente desigualdade de rendimentos individuais entre estes dois estratos sociais, geradora do forte dualismo social a que aludimos já neste relatório.

A economia cognitiva cultural seria um fenómeno essencialmente urbano, tendo os seus segmentos mais dinâmicos uma atracção pelas principais cidades e regiões globais. Sendo que *clusters* específicos de empresas desta “nova economia”, se tendiam a aglomerar em zonas específicas do tecido urbano, onde se localizava também uma variedade de fornecedores de serviços e subcontratadas dessas empresas. O autor coloca como hipótese que as actividades que dinamizam esta “nova economia”, tendo tendência para se aglomerar (*clusterizar*), o fazem em locais distintos desse tecido urbano: as actividades mais dependentes da criatividade e do *design* encontrar-se-iam com maior frequência em quarteirões especializados próximos do, ou no, centro das cidades, enquanto as actividades mais intensivas em tecnologia teriam tendência a concentrar-se em aglomerações ou tecnopólos nas periferias urbanas.

2.2.2. A “Economia do Conhecimento” e a Atractividade Futura das Cidades

As economias dos países mais desenvolvidos têm vindo a experimentar ao longo das últimas décadas um processo de crescimento em que se destacam duas tendências pesadas:

- ◆ Aumento do peso económico, do emprego e do investimento nas actividades intensivas em conhecimento; e,
- ◆ Ocorrência de uma revolução tecnológica que modificou radicalmente as condições de produção e transmissão, quer do conhecimento, quer da informação.

Na economia global, na qual as empresas têm cada vez mais acesso a matérias-primas baratas e a baixos salários, a criação de alto valor acrescentado depende cada vez mais dos processos de inovação que têm o conhecimento como principal *input*. O conceito de “Economia baseada no conhecimento” emergiu do crescente reconhecimento da necessidade de produção, distribuição e utilização do conhecimento nas economias modernas. Segundo a Nova Teoria do Crescimento, (Romer, 1990 e Romer, 1996), o conhecimento é o 3º factor de produção, ao lado do trabalho e do capital. Por outras palavras, o conhecimento é o “ingrediente” subjacente à competitividade das nações, regiões e empresas.

Nas “Economias do Conhecimento” a ciência e a tecnologia tenderiam a ocupar um papel central nas dinâmicas, quer dos novos sectores e actividades que mais contribuem para o crescimento (vejam-se os casos das indústrias farmacêutica, instrumentação científica, tecnologias da informação e comunicação, aeronáutica, novos materiais, etc.), quer de outras actividades que são impulsionadas por inovações geradas nos novos sectores. Refira-se, no entanto, que o conceito de “Economia do Conhecimento” não é pacífico. Podem, pelo menos referir-se duas abordagens diferentes do mesmo:

- ◆ A **restrita**, segundo a qual a “Economia Baseada no Conhecimento” é entendida como uma “secção” autónoma da economia, em que seria gerado o novo conhecimento tecnológico e onde se incluíam as actividades avançadas nas áreas da ciência, tecnologia e inovação, tendo como actores principais as universidades e as outras instituições de I&D que realizam investigação fundamental e aplicada, produzindo o conhecimento que dá origem a novos bens, serviços e processos; e,
- ◆ A **abrangente**, que encara a “Economia Baseada no Conhecimento” como aquela em que o conhecimento se está a tornar um factor de produção predominante em toda a economia.

Poder-se-ia nesta última abordagem referir a definição de Dahlman e Anderson (2007) para os quais, “Economia Baseada no Conhecimento” é a que “..encoraja as organizações e as pessoas a adquirir, criar, disseminar e usar, de forma mais efectiva, conhecimento (codificado ou tácito), para obter um maior desenvolvimento económico e social”. Nesta abordagem não é só a produção de novo conhecimento que seria o factor de crescimento,

mas também o uso e valorização do conhecimento nos processos económicos, bem como a aquisição de novas competências pelos indivíduos.

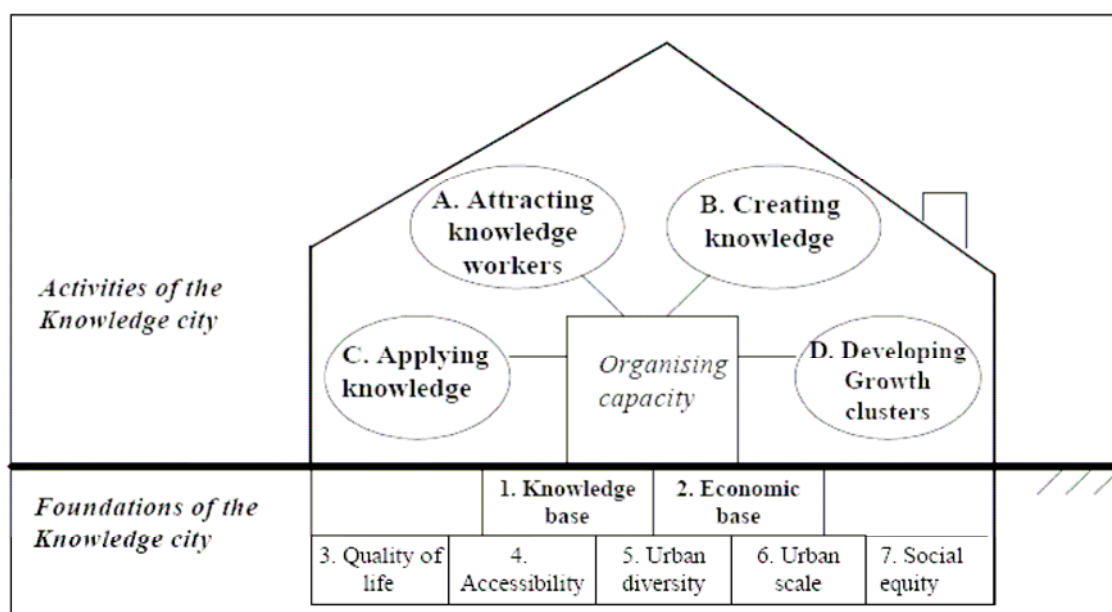
As **Cidades do Conhecimento** à luz da abordagem mais restrita seriam apenas as cidades cujas instituições de ensino, centros de I&D e empresas mais dinâmicas, se tornaram internacionalmente notadas pelos conhecimentos que geram e pelo potencial de inovação que detêm, pelo modo como se relacionam e pelos recursos humanos que lhes dão vida.

Na abordagem mais abrangente, ter-se-iam que considerar também como **Cidades do Conhecimento** aquelas que, podendo não estar na liderança da produção de inovações tecnológicas, são capazes de utilizar as inovações tecnológicas geradas noutros locais, quer para dinamizar uma multiplicidade de Indústrias Criativas, quer para renovar o modo de funcionamento da cidade e do conjunto das suas actividades.

No presente relatório tomamos a interpretação mista de Windem e Berg (figura 2.3) em que as cidades do conhecimento podem ser entendidas como espaços urbanos onde se cria e aplica conhecimento, na base da atracção de trabalhadores do conhecimento, conduzindo à formação de *clusters* de actividades produtoras de bens e / ou serviços inovadores e competitivos (andar superior da figura). As actividades do conhecimento devem conferir singularidade a cada cidade do conhecimento, no sentido em que lhe transmitem uma “imagem de marca” distintiva.

Windem e Berg (2004), focam também a sua atenção no que consideram ser os processos chave que se desenvolvem nas Cidades do Conhecimento e as fundações que viabilizam a sua concretização, que hierarquizam em dois níveis, conforme se ilustra na figura seguinte.

Figura 2.3. As Cidades na Economia do Conhecimento



Fonte: Windem and Berg (2004)

1º Nível – Os Pilares da Estrutura

- ◆ A **Base de conhecimento**, em que se destacam os níveis educacional e criativo do conjunto da população e a qualidade e reconhecimento internacional das suas universidades, institutos politécnicos e centros de I&D. Convém referir que a base de conhecimento não se resume ao conhecimento científico e tecnológico, mas também ao conhecimento em gestão e organização e à criatividade artística e cultural. Florida¹⁴ refere-se em particular ao papel de ignição desempenhado na cidade por uma “classe criativa” que é capaz de escrever *software*, compor canções, produzir *design* ou inovar pela combinação de elementos antes não experimentada.
- ◆ A **Base económica** que inclui as actividades, frequentemente organizadas em *clusters*, que a cidade tem para oferecer ao exterior e que a distinguem das restantes. As cidades com uma base económica mais diversificada são menos vulneráveis à mudança rápida de condições e as cidades com uma economia assente nos serviços têm, com frequência, um ponto de partida mais favorável para competir na “Economia do Conhecimento”, se tiverem obviamente as bases de conhecimento necessárias.

2º Nível – Os restantes fundamentos das cidades que prosperam na “Economia do Conhecimento”

- ◆ A **qualidade de vida** é um atributo fundamental para a atracção de trabalhadores do conhecimento e criativos, e inclui a qualidade do *stock* habitacional, a estética urbana, as amenidades da própria cidade e da sua região, a qualidade dos cuidados de saúde, a existência de escolas acessíveis a nacionais de vários países, a vitalidade das instituições culturais e a multiplicidade de eventos culturais, artísticos e desportivos, a qualidade dos espaços cívicos, etc., condensando-se em algo de imaterial que constitui o ambiente propício à criatividade – o espírito do lugar (*genius loci*).
- ◆ A **conectividade e acessibilidades**. A “Economia do Conhecimento” é uma economia de redes, pelo que um elevado nível de acessibilidades físicas e digitais é fundamental, incluindo a excelência dos serviços das telecomunicações e o acesso a aeroportos internacionais e excelentes soluções de mobilidade no seu interior e de conectividade digital generalizada para os seus habitantes.
- ◆ A **diversidade urbana**, resultante da diversidade da população em vários aspectos (cultural, étnica, nacional, de estilos de vida, etc.), bem como a diversidade de funções e ocupações, podem contribuir quer para o enriquecimento do *pool* de competências que a cidade pode oferecer, quer para um maior potencial de inovação e criatividade. Estudos realizados mostram que a “classe criativa” prefere cidades com uma vida cultural pujante, uma orientação cosmopolita e elevados níveis de diversidade humana e social.

¹⁴ Florida (2002), referido por Windem e Berg (2004).

- ◆ A **escala urbana** significa que, como veremos adiante, a dimensão da cidade conta para as suas possibilidades na “Economia do Conhecimento”. Nem todas as cidades podem ser cidades do conhecimento, e essa impossibilidade é tanto mais provável quanto menor for a dimensão da cidade, embora não se possa desta afirmação deduzir que todas as grandes cidades são cidades do conhecimento, ou que médias cidades o não possam ser, sobretudo se podem beneficiar de externalidades geradas em grandes cidades desse tipo.
- ◆ A **equidade social** resulta da criação de condições que permitam minimizar os riscos de dualização social que, como vimos antes, constituem um sub-produto da “Economia do Conhecimento”. A inclusão social constitui uma condição necessária para a mobilização do capital humano existente na cidade, além de contribuir para a qualidade de vida, pois evita a insegurança associada aos espaços de grande exclusão social, e os impactos que um ambiente de insegurança social e civil teria na criatividade.

A **capacidade organizacional** insere-se nas actividades da cidade do conhecimento (parte superior da figura) e reporta-se à capacidade de articular os fundamentos tendo em vista as actividades. Coloca a questão fundamental da governança da cidade, que passa pelas lideranças da cidade e das suas diversas instituições, e pela participação cívica enquanto meio de fazer sentir aos cidadãos que são elementos activos e influentes na cidade.

Sublinhe-se que alguns daqueles **fundamentos** são mais sensíveis à dimensão da cidade, sendo mais exigentes em termos de escala urbana. Assim, por exemplo, quer a base do conhecimento, quer a base económica, deverão ser de qualidade excelente e diversificadas, pelo que exigem escala urbana adequada para reunir as massas críticas necessárias. No entanto, uma cidade de menor dimensão pode reunir bases do conhecimento e económicas pujantes (embora mais especializadas) e ser atractiva para os trabalhadores do conhecimento, se se articular estreitamente com uma grande cidade próxima.

A própria diversidade urbana exige escala (a necessária para o cosmopolitismo da cidade), com escala nos diversos grupos suficientemente ampla para propiciar energias criativas capazes de moldar a cidade e lhe conferir imagem competitiva. As acessibilidades, sendo necessárias para a sua conectividade externa (em termos materiais e virtuais), exigem escala para gerar mercados com dimensão suficiente para viabilizar as infra-estruturas e cativar os respectivos operadores.

Em consequência, a questão da cidade do conhecimento colocar-se-á de modos diferenciados quando estamos perante uma grande cidade ou uma pequena / média cidade, o que leva à distinção entre metrópoles e não metrópoles. Neste último caso, a cidade para ser do conhecimento, para além de necessitar de valorizar os seus activos, precisa de se articular com a região envolvente e com outras cidades de fora dessa região, estabelecendo redes para o aproveitamento de complementaridades e sinergias, que não poderia obter isoladamente.

Caixa 2.2. As Diferentes Abordagens das Indústrias e Actividades Criativas

As Indústrias Criativas são actualmente definidas de vários modos. Salienciamos a definição contida no *Creative Industries Mapping Document* (do Reino Unido)¹⁵, segundo a qual se trata de indústrias que, tendo a sua origem na criatividade, talento e habilidade individuais, apresentam um elevado potencial de criação de riqueza e de emprego através da geração e exploração da propriedade intelectual. A União Europeia distingue no seio destas indústrias dois vectores:

- Um fortemente industrializado em que se incluem a indústria cinematográfica, a indústria da música, a indústria dos videojogos e jogos de computador, os conteúdos para Radio & TV, os conteúdos para telecomunicações móveis, publicidade & *marketing*, serviços na internet, edição gráfica e electrónica; e,
- Um sector muito amplo em que se incluem actividades mais tradicionais e menos “industrializadas” como as artes visuais, as artes & espectáculo, a arquitectura, o *design*, a moda, os museus e serviços documentais, o turismo cultural e a indústria dos eventos desportivos.

Há que, a este propósito, distinguir entre actividades e ocupações, sendo o conceito de indústrias criativas bastante mais estreito do que o das ocupações que, para Florida, compõem a “**classe criativa**”. As ocupações criativas podem exercer-se em indústrias não criativas.

Refira-se que o conjunto de indústrias criativas que produzem “bens culturais” – incluindo produção de televisão e cinema, os media, jogos electrónicos, publicidade, edição, *design*, música e artes visuais representa um peso crescente no comércio internacional, emprego e valor acrescentado, nos planos local, regional e nacional.

Nesta acepção mais restrita, as cidades em que se concentram **indústrias criativas** são aquelas que fazem amplo uso da criatividade dos seus recursos humanos, quer seja directamente em actividades culturais e artísticas, quer no cruzamento da criação artística com a competência tecnológica, quer na capacidade de exploração das novas formas de comunicação digital e interactiva, quer ainda na funções de concepção de novos produtos e serviços ou de integração de sistemas.

Os espaços onde as artes florescem, com eventos vibrantes de música, literatura, teatro e artes, acolhem tradições culturais de todo o mundo, recebendo de “mãos abertas” várias etnias e origens, propiciando oportunidades de integração social e económica. Muitas cidades no mundo reconhecem os benefícios económicos e sociais da economia criativa, e estão a implementar políticas agressivas de promoção das indústrias criativas. Nova Iorque, Berlim ou Barcelona são símbolos deste conceito, tal como centros urbanos mais pequenos como Austin e Newcastle, em que o desenvolvimento da economia criativa se tornou uma prioridade estratégica. As actividades criativas reforçam a qualidade de vida das cidades, facilitando a revitalização do espaço urbano e a modelação da identidade da cidade em termos de competição pelos talentos e investimentos.

¹⁵ *Creative Industries Mapping Document*, Department for Culture, Media and Sports of British Government, www.culture.gov.uk/

Por sua vez a criatividade é favorecida por contextos territoriais específicos, que consubstanciam o chamado **genius loci** (espírito do lugar) que constitui a “atmosfera” que gera a atractividade dos lugares sobre os indivíduos que incorporam as comunidades criativas locais. Para essa atmosfera contribui a presença de trabalhadores e instituições do conhecimento impondo-se uma organização do espaço, propiciadora do estabelecimento de redes sociais e de conhecimento. Exige-se também um clima atractivo de talentos, que não se mede pelos indicadores tradicionais (por ex., níveis de escolaridade), mas por um “ambiente aberto e experimental: no clima académico, na cultura urbana, e na forma e uso do tecido da cidade” (Modder, J., Saris, J., 2005, pág. 60).

2.2.3. Diferenciação e Tipologia das Cidades na “Economia do Conhecimento”

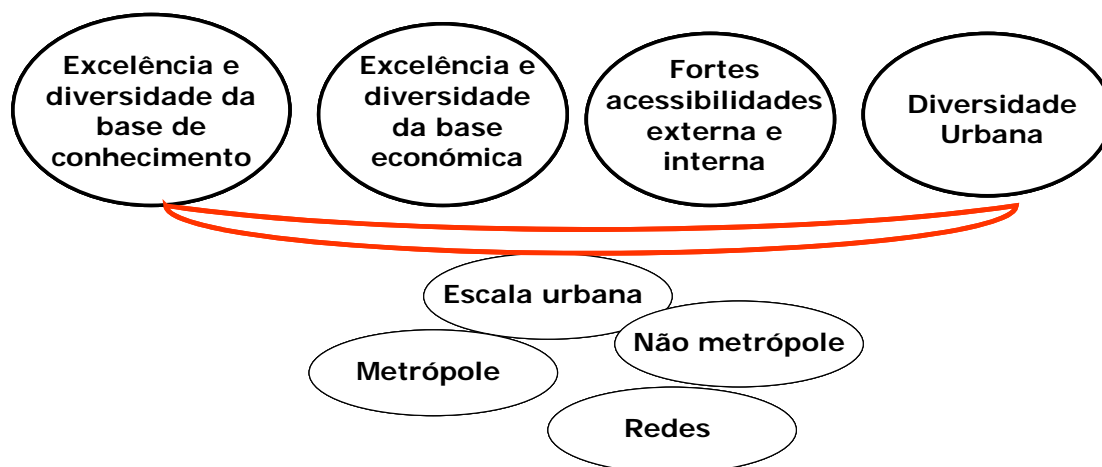
Considerando os pilares da estrutura, os fundamentos e as actividades principais para a competitividade das cidades na “Economia do Conhecimento”, que referimos atrás, Windem e Den Berg (2004) elaboraram uma tipologia de classificação das cidades na perspectiva da sua inserção na economia do conhecimento, estruturada a dois níveis:

- ◆ O da escala urbana, em que se estabelece a distinção entre as metrópoles e as não metrópoles; e,
- ◆ O da intensidade de conhecimento das actividades exercidas localmente em cada um daqueles níveis.

A consideração do 1º nível afigura-se importante dadas as exigências das actividades do conhecimento em termos de escala urbana. Nas metrópoles consideram-se as grandes cidades ou as cidades mais pequenas mas que beneficiam da proximidade a uma grande cidade. As não metrópoles são cidades que não têm dimensão suficiente para se integrarem no primeiro grupo nem se localizam em proximidade de uma metrópole.

A dimensão e localização das cidades não são, todavia, critérios suficientes para lhes conferir a qualidade de Cidade do Conhecimento, mas pesam fortemente na confeição dessa qualidade. Na figura 2.4 sintetizamos os quatro fundamentos das cidades do conhecimento, referidos anteriormente, que se nos afiguram mais sensíveis à dimensão da cidade – a excelência e a diversidade das bases económica e do conhecimento, as acessibilidades e a diversidade. A insuficiência de escala urbana impõe às não metrópoles uma maior dependência do estabelecimento de redes, mas a articulação em rede também se pode colocar em relação às metrópoles.

Figura 2.4. A Escala Urbana na Definição das Cidades do Conhecimento



A definição da posição das cidades perante a economia do conhecimento, não pode todavia dissociar-se da definição da sua posição perante a globalização. Desse modo, combinando a abordagem de van Winden e van den Berg com as de Sassen (2007) e do grupo de GaWC¹⁶, chegou-se à seguinte tipologia de cidades na “Economia do Conhecimento”. Teremos assim as cidades globais e as cidades que em graus diversos se podem considerar como cidades do conhecimento, independentemente de serem ou não globais.

GLOBAL CITIES

CASOS EUROPEUS: LONDRES E PARIS

São grande metrópoles que desempenham um papel fundamental na economia global pelo destaque das funções de serviços internacionais - serviços financeiros, serviços às empresas, telecomunicações, etc. - bem como de indústrias criativas e centros de conhecimento. A presença de actividades industriais nem sempre se verifica, embora nelas se possam localizar as sedes de grandes empresas multinacionais, os seus centros de I&D e funções chave de concepção e *marketing*. Constituindo espaços de cruzamento de culturas, nacionalidades e etnias, apresentam uma oferta excepcional de cultura e criatividade. São muito atractivas de talentos, embora o custo de viver nelas possa ser limitativo. Londres e Paris são as únicas cidades europeias a que tem sido atribuída a qualidade de cidades globais.

KNOWLEDGE STARS

EXEMPLOS EUROPEUS: MUNIQUE, AMSTERDÃO, ESTOCOLMO E HELSINQUIA

Estas cidades apresentam economias dinâmicas e diversificadas, com forte presença de sectores tecnologicamente intensivos, bases do conhecimentos fortes e também

¹⁶ “Globalization and World Cities – Study Group and Network”, www.lboro.ac.uk/gawc

diversificadas, assentes em Universidades e centros de I&D de prestígio mundial, com excelentes articulações com o tecido empresarial, gerando ambientes inovadores (*milieux innovateurs*). São cidades com elevados níveis educacionais, boas acessibilidades internacionais, nomeadamente aeroportuárias, e excelentes níveis de qualidade de vida e de diversidade urbana. Apresentam-se como atractivas de talentos, o que constitui um factor crucial para o seu crescimento futuro. A sua diversidade é um terreno fértil para a inovação; e a “massa crítica” que atingiram gera muitas vantagens na “Economia do Conhecimento”. Tendem a apresentar dificuldades de retenção de qualificações cruciais e de estudantes, devido aos elevados valores das rendas imobiliárias gerados pela forte pressão de uma procura de elevado nível de rendimento sobre a oferta, o que as leva a assumir políticas de habitação adequadas.

METROPOLES IN TRANSITION

EXEMPLOS EUROPEUS: MANCHESTER, DORTMUND E ROTERDÃO

Estas cidades têm a sua imagem tradicional intimamente associada a funções industriais ou logísticas e apresentam uma base económica mais problemática devido à presença de sectores fortemente atingidos pela quebra de dinamismo e pela forte competição internacional. Apresentam problemas de desemprego estrutural e de exclusão social e os níveis educacionais são, no conjunto, relativamente baixos. Apresentam também problemas de qualidade do *stock* habitacional, e em geral de qualidade de vida, mas têm boa conectividade internacional. Dispõe de uma base de conhecimentos importante, materializada em universidades, tendo no entanto mais dificuldades do que as anteriores em atrair talentos. Realizaram esforços significativos nos últimos anos no sentido de diversificarem as suas bases económicas “reinventando” a sua base industrial para sectores ou segmentos com maior potencial de crescimento, reforçando o peso dos serviços e das indústrias criativas e, nalguns casos, procurando atrair eventos culturais ou desportivos mundiais. Procederam a grandes operações de renovação e qualificação o tecido urbano. A sua evolução para cidades do conhecimento pode ser fortemente dualizadora da sociedade, dada a existência de largos estratos da população sem qualificação para aceder às necessidades das empresas.

KNOWLEDGE PEARLS

EXEMPLOS EUROPEUS: OXFORD, CAMBRIDGE, LEUVEN E LEIDEN

Estas cidades apresentam bases de conhecimento fortes e diversificadas, assentes em Universidades e centros de I&D de prestígio mundial, e que contribuem para bases económicas intensivas em tecnologia e inovação, que lhes trazem prosperidade. São cidades com elevados níveis educacionais, no seu conjunto e elevada qualidade de vida, apresentando fracos níveis de exclusão social. Dispõe de boas acessibilidades

internacionais, devido á proximidade de grandes metrópoles com excelente conectividade internacional. Apresentam-se como atractivas, a nível mundial, dos melhores estudantes e de talentos, nomeadamente nas áreas do ensino universitário e da investigação, proficuas na geração de *start-up's*, bem como de laboratórios de I&D de grandes empresas, o que, no seu conjunto, constitui um factor crucial para o seu crescimento futuro. A elevada qualidade de vida (nomeadamente a ausência de problemas de congestionamento e de segurança, comuns nas cidades globais e nas metrópoles) e a inserção em redes metropolitanas organizadas em torno de metrópoles florescentes, constituem activos preciosos para o seu crescimento futuro.

STAR TECHNOTOWNS / STAR NICHEPLAYERS

EXEMPLOS EUROPEUS: EINDHOVEN (*PHILIPS*) E OULU (*NOKIA*)

Estas cidades de dimensão média e afastadas de metrópoles, apresentam bases económicas assentes em actividades intensivas em tecnologia, em que um papel central é desempenhado por uma ou poucas empresas multinacionais dominantes que aqui têm sede ou grandes instalações de I&D e produção. A sua base de conhecimento é forte mas especializada em áreas tecnológicas centrais para as empresas que estruturam o tecido económico da cidade. São caracterizadas por fortes ligações universidade/empresa e por um forte potencial de inovação, embora focalizado. São cidades com menor conectividade internacional do que qualquer das anteriores. Gozam com frequência de atractivos de qualidade de vida – disponibilidade de espaços verdes, ausência de congestionamento e estilo de vida mais “calmo”. São cidades vulneráveis pela sua fraca diversidade económica. E geralmente com presença menos significativa do que as anteriores nas indústrias criativas e/ou nos serviços internacionais, atraindo talentos nas áreas específicas de engenharia em que se distinguem a nível mundial. Procuram diversificar actividades a partir da sua “carteira” de competências e/ou da inserção em redes estratégicas com outras cidades que sendo complementares podem em conjunto tentar “entrar” em novas actividades. Desenvolvem com frequência projectos de animação nas áreas da cultura e lazer.

TECHNOTOWNS IN TRANSITION / NICHEPLAYERS IN TRANSITION

EXEMPLOS EUROPEUS: ENSCHEDE E AACHEN

Estas cidades de dimensão média apresentam uma estrutura económica marcada pela tradição em sectores industriais em declínio, com os problemas sociais associados, bem como uma herança urbana que introduz limitações em termos de qualidade de vida e de imagem da cidade. O seu tecido económico é dominado por PME, não contando com grandes empresas âncora em sectores tecnologicamente intensivos. Dispõem, no entanto, de bases de conhecimento especializadas em certas áreas tecnologicamente

avanzadas e nelas existe uma tradição de colaboração universidades/empresas, procurando desenvolver novos *clusters* de crescimento a partir dos centros e grupos de I&D com maior excelência, sendo que a combinação de conhecimentos em certas áreas high tech com a tradição industrial pode ajudar a entrar em mercados de nicho. Algumas apresentam limitações sérias em termos de conectividade internacional. Têm óbvias dificuldades de retenção de talentos, especialmente no que se convencionou designar por Classe Criativa, devido à debilidade da sua estrutura industrial. Tiram vantagens da criação de redes e parcerias com outras cidades para tentar compensar as suas desvantagens de escala e diversidade.

UNIVERSITY TOWNS / INTELLECTUALS

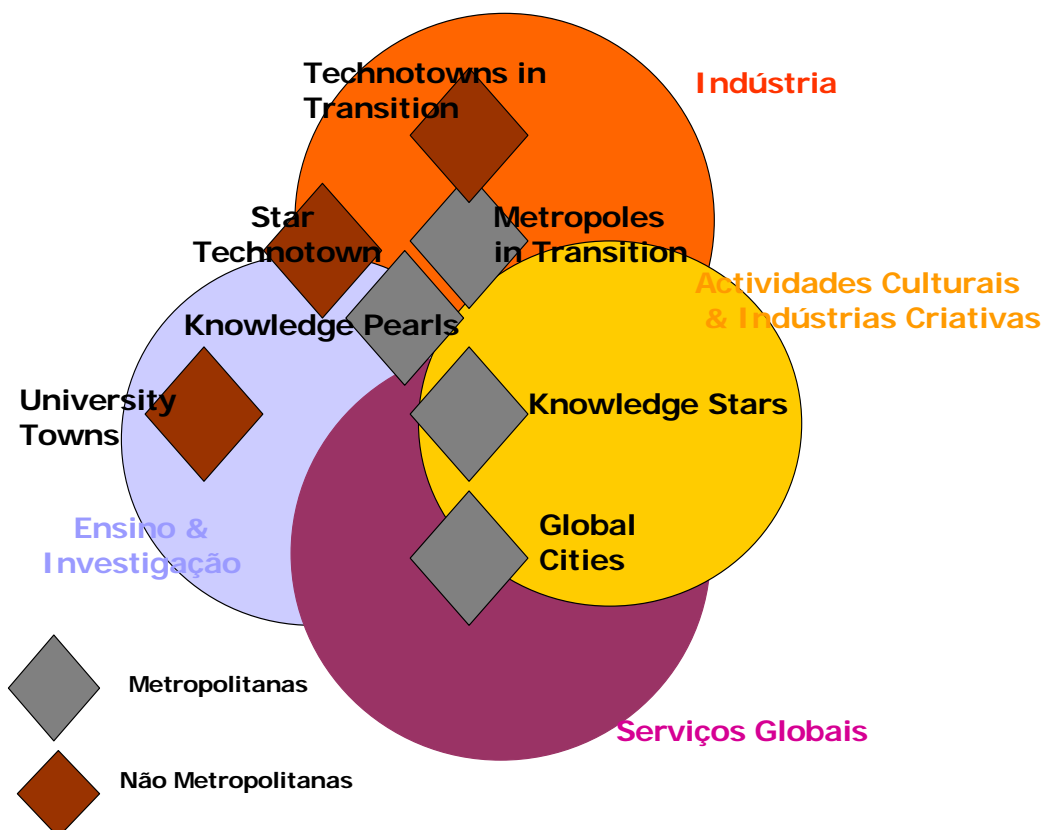
EXEMPLOS EUROPEUS: MUNSTER E GRONIINGEN

São cidades médias e pequenas em que existe uma grande Universidade “generalista”, com elevado peso da população estudantil¹⁷, mas sem que possam contar com grandes empresas para dinamizar a economia e estimular inovação a partir da base de conhecimentos existente, pelo que têm dificuldade de fixação dos estudantes após a graduação. A base económica caracteriza-se pela fraca dinâmica industrial e limitada presença de empresas em sectores tecnologicamente intensivos, o que limita as oportunidades de colaboração universidades/empresas. A qualidade de vida é frequentemente elevada – disponibilidade de espaços verdes, ausência de congestionamento, estilo de vida mais “calmo” que resulta em parte do seu relativo afastamento de grandes metrópoles. Dispõe de fraca conectividade internacional, quando comparadas com as primeiros tipos de cidades. São capazes de atrair talentos na área universitária, mas são prejudicadas pela falta de escala – Os seus centros de I&D de maior qualidade podem ser encarados como factores de atracção de actividades de I&D de empresas de outras regiões. A inserção em redes de cidades pode também contribuir para entrarem em novas actividades.

Na figura 2.5 procura-se situar os sete tipos de cidades referidas face a quatro tipos de actividades, embora se reconheça que a arrumação é muito simplificada.

¹⁷ Embora com baixa percentagem de estudantes estrangeiros.

Figura 2.5. Tipologias de Cidades na Economia do Conhecimento e Actividades Associadas



Legenda:

- **Indústria** – Sectores de forte ou média intensidade tecnológica
- **Actividades culturais & indústrias criativas** – Artes, Espectáculo, Museus, Edição, *Design*, Publicidade, Audiovisual, Jogos de computador, Multimedia, *Media*
- **Serviços Globais** – Serviços financeiros, Serviços de consultoria, Engenharia, Auditoria, Serviços jurídicos, Serviços de telecomunicações globais,
- **Ensino & Investigação** – Universidades, Hospitais universitários, Centros de I&D Universitários, Laboratórios de *Big Science*; Laboratórios de I&D de grandes empresas

2.3. "Intelligent Cities"- Em Busca de um Conceito Operativo

2.3.1. Inteligência e Criatividade Urbanas e os Conceitos de Cidade

Analisando a competitividade das actividades e empresas num contexto de atractividade das cidades, verificamos um consenso alargado relativamente aos elementos determinantes das cidades do conhecimento a partir de sólidas bases de conhecimento e económica, nomeadamente a capacidade de liderança e organização que possibilita a produção e disseminação do conhecimento, a criação de *clusters* tecnológicos e industriais sustentados na inovação, o capital humano e a conectividade.

Desta dialéctica entre os alicerces da base do conhecimento e da base económica, coloca-se a questão de identificar o "*trigger*" para o desenvolvimento da cidade – são as

actividades inovadoras que atraem os talentos ou, na lógica do norte-americano Richard Florida, é a “Classe criativa” que funciona como propulsor, impulsionando o crescimento da base de produção através da atracção de novas empresas que pretendem utilizar os seus serviços?

Glaeser e Saiz (2003) concordam que “durante mais de um século, as cidades com alto nível de educação cresceram mais depressa que outras em situação comparável por terem maior capital humano”. Simplesmente, tal justifica-se por se terem tornado cidades mais produtivas e não necessariamente por serem mais atractivas para viver. Esta diferença de concepção envolve um *trade-off* entre crescimento, impulsionado pela inovação e organização da base económica, e oferta de amenidades enquanto factor de atracção de talentos. Nesta última perspectiva, Florida (2002) enfatiza os efeitos variáveis do pilar “tolerância” na dimensão da cidade criativa edificada com base na convergência da tecnologia e talentos.

Desta articulação entre os elementos determinantes na cidade do conhecimento, a análise de Cortright (2006) é útil por distinguir as várias dimensões do sucesso da cidade enquanto espaço para viver, trabalhar, visitar e desfrutar. Assim, podemos assinalar: a “*Talented city*”, assente nas pessoas; a “*Innovative city*”, impulsionada pelas Ideias; a “*Connected city*”, capitalizando as vantagens da economia de redes; e a “*Distinctive city*”, sustentada pela economia do lazer.

2.3.2. Intelligent Cities – Apresentação do Conceito

Como referimos já, os factores motrizes para o desempenho económico e social bem sucedido das cidades, envolvem a inovação e criatividade, a estrutura industrial, o capital humano e a conectividade, os quais, gerando externalidades, positivas e negativas, inerentes à forte aglutinação de pessoas, obrigam a encontrar soluções que respondam aos desafios da sustentabilidade e da coesão, o que implica uma sólida governança do espaço urbano.

Independentemente da designação, o que parece comum ao conjunto diversificado de análises que procuram caracterizar e classificar as cidades do ponto de vista da sua inserção na economia do conhecimento e na globalização, é a emergência de **comunidades e cidades inteligentes** que visam a criação de ambientes que melhorem as capacidades cognitivas para aprender e inovar, facilitando uma construção colectiva a partir de combinações de competências individuais e de sistemas de informação que operam nos espaços físicos, institucionais e digitais das cidades.

O termo “**cidade inteligente**” tem assim sido utilizado com múltiplos significados (Korninos, 2006):

1. Como **reconstrução virtual das cidades**, ou seja, sinónimo de “cidade digital”, “cidade da informação”, “comunidades electrónicas”, “cidade do conhecimento”, etc., cobrindo um amplo leque de aplicações electrónicas e digitais relacionadas com espaços digitais de comunidades e cidades;

2. Como **relação causa-efeito** das cidades digitais com crescimento inteligente, para um desenvolvimento baseado nas TIC;
3. Como ambientes que aproveitam as TIC para criar espaços interactivos que **"trazem" a computação para o mundo físico** – perspectiva em que as cidades inteligentes se referem a ambientes físicos nos quais as TIC se diluem nos objectos físicos que fazem parte do quotidiano; e,
4. Como territórios que combinam a **criatividade individual, a proactividade das instituições, na aprendizagem e inovação, e a inovação digital** que facilita a gestão do conhecimento.

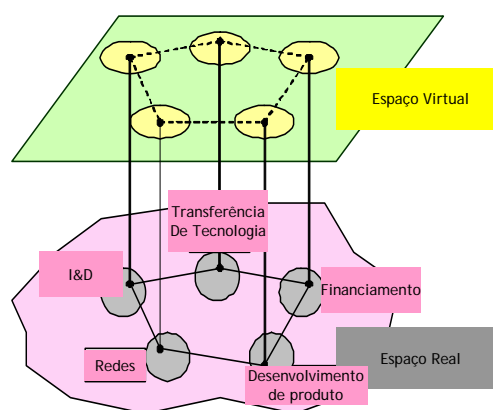
Komminos (2006, pág. 1) define as cidades inteligentes como "territórios com elevada capacidade de aprendizagem e inovação, que é construída pela criatividade da sua população, pelas suas instituições de criação de conhecimento e pela sua infra-estrutura digital de comunicação e de gestão do conhecimento" e entende que as cidades inteligentes surgem quando as ilhas de inovação encontram o mundo digital.

Associado ao conceito de cidade inteligente encontramos assim o de cidade digital, que Komminos (2006, pág.3) define como sendo um "espaço comunitário digital que é usado para facilitar e aumentar as actividades e funções que ocorrem no espaço físico da cidade". Assim, se fizermos uma analogia com o "edifício" das cidades do conhecimento de que tratámos na secção anterior, as cidades inteligentes são a ala da inovação, dos sistemas de conhecimento e do espaço digital.

Figura 2.6. A Cidade Digital

Processos chave:

- ✿ **Desmaterialização** das infraestruturas
- ✿ **Aprendizagem e gestão tecnológica em tempo real**
- ✿ **Tecnologia virtual**
- ✿ **Comunidades virtuais**
- ✿ **Promoção digital da inovação**



Os espaços inteligentes combinam sistemas de inovação sólidos com infraestruturas de tecnologias de informação e serviços de inovação digital

Adaptado de Komminos (2005)

Trata-se, afinal, no contexto de um novo paradigma de renovação urbana propício à compacidade e mobilidade, da capacidade organizacional para fazer incidir os benefícios

da inovação nas bases económica e do conhecimento. A desmaterialização e democracia digital, que caracterizam a “cidade digital”, contribuem não só para reforçar a capacidade de produção e disseminação do conhecimento, como favorecem a criatividade numa lógica de construção colectiva.

Na verdade, o traço distintivo das cidades inteligentes é o desempenho na área da inovação, onde os mecanismos potenciadores das cidades do conhecimento são facilitados pelos espaços digitais e pelas ferramentas online de comunicação e gestão do conhecimento.

Nesta conceptualização da cidade inteligente verifica-se, como referem Kaufmann e Todtling (2000)¹⁸, como que uma “regionalização” da inovação à escala urbana, explicada por cinco factores:

1. A fraca mobilidade do capital simbólico, que confere vantagens a algumas regiões;
2. A localização específica de *clusters* industriais, favorecendo padrões específicos de inovação nas redes e sectores;
3. O carácter colectivo da aprendizagem no seio de um sistema produtivo regional, propício à génese de uma cultura própria e distintiva;
4. A especificidade das relações entre os vários actores do sistema científico, tecnológico e empresarial à escala regional; e,
5. O papel da política regional no suporte à inovação através de instituições adequadas.

Tendo em conta estes factores, Komminos (2006, pág. 5), considera que as cidades inteligentes surgem de um processo de “fusão de *clusters* de inovação e cidades digitais, visando o reforço da base de conhecimento e de inovação”. Essa fusão é desencadeada e alimentada por redes de conhecimento cooperantes e processos reguladores dos sistemas de conhecimento e de inovação.

Deste ponto de vista, a cidade inteligente é um sistema de inovação com múltiplos agentes, combinando actividades intensivas em conhecimento, cooperação institucional e infra-estruturas e ferramentas de comunicação, que maximizam a **capacidade de resolução de problemas sob uma liderança forte**, estruturando-se em três níveis.

O nível básico de uma cidade inteligente são os seus ***clusters* produtivos**, na indústria e serviços. Associa a classe criativa, composta de pessoas talentosas, cientistas, artistas, empresários, determinando como é organizado o mundo do trabalho e como se desenvolve a cidade. A proximidade geográfica facilita a cooperação e troca de conhecimento entre produtores, fornecedores, serviços e trabalhadores do conhecimento.

¹⁸ Referidos em Komminos, 2006.

Um segundo nível é constituído por **mecanismos institucionais que regulam os fluxos de conhecimento e a cooperação na aprendizagem e formação**. Associa as instituições promotoras de inovação, I&D, capital de risco, transferência de tecnologia, propriedade intelectual, formação, incubação e consultoria.

Um terceiro nível, é constituído pelas **infra-estruturas de informação e telecomunicações** que propiciam ferramentas digitais e espaços para aprender e inovar. Estas tecnologias facilitam a inovação baseada em instrumentos multimedia, a transferência de tecnologia, a criação de *spin-off*, e a inovação de produto e de processo.

Com a integração destes três níveis a cidade inteligente (figura 2.7) beneficia de um conjunto de processos e de atributos: a existência de uma inteligência colectiva estratégica, a transferência de tecnologia, a inovação em cooperação, a promoção dos *clusters* e lugares.

As cidades digitais podem promover uma forma particular de **“inteligência colectiva estratégica”**, na qual “a recolha, avaliação e disseminação de informação, assentam na acção combinada de um grupo de pessoas, uma comunidade ou um *cluster* empresarial” (Kominos, 2006, pág. 6). A “inteligência colectiva estratégica” difere substancialmente da “inteligência empresarial”, porque é colaborativa, associando perspectivas individuais e colectivas. Os resultados são mais robustos e fornecem informação mais abrangente em termos de tendências e desafios.

O processo de **transferência de tecnologia** implica passar o conhecimento de um centro de I&D para uma organização receptora, normalmente envolvendo licenciamento, I&D cooperativa e *spin-offs*. Os acordos de licenciamento atendem à transferência de direitos de propriedade intelectual de forma a produzir, utilizar e vender determinado bem ou serviço. Os acordos de I&D visam partilhar recursos humanos, equipamento e propriedade intelectual no quadro de um determinado projecto. A criação de *spin-off* surge como meio de comercializar tecnologias originadas nos laboratórios universitários e centros de I&D.

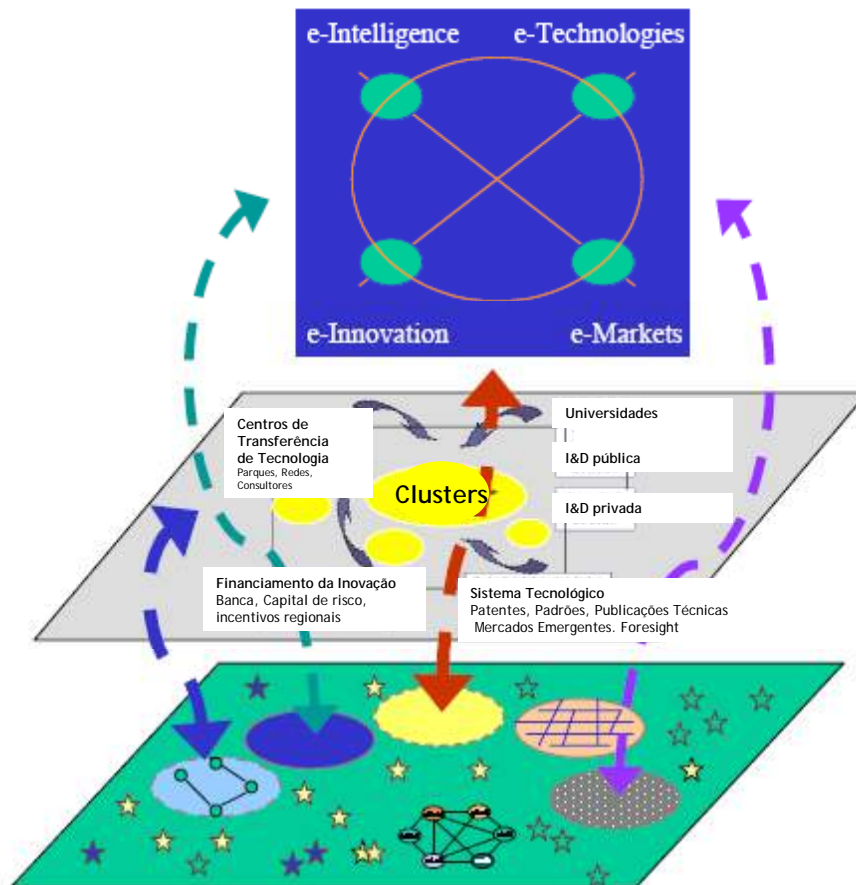
A **inovação em cooperação** reconhece o papel fulcral das redes. As interacções intra-comunidade científica favorecem a aproximação de diferentes campos do conhecimento, complementaridades e competências ao longo da cadeia de inovação, fluxos de informação entre fornecedores, produtores e consumidores que conduzem a novos bens e serviços.

As **comunidades inovadoras assentes em plataformas digitais e ambientes de trabalho cooperativo** favorecem a formação de *clusters* virtuais apetrechados com instrumentos de gestão em tempo real.

Entre as funções principais da cidade **digital**, contam-se a promoção territorial, que visa a disseminação da imagem da cidade (*marketing* territorial), a atracção de pessoas e

investimentos, mas também o governo e o comércio eletrónicos. A cidade digital gera valor acrescentado no acesso às cadeias de comercialização, no sentido em que facilita a inserção das empresas (em especial as pequenas) nessas cadeias, reduz custos, facilita a publicidade e a logística, facilita o acesso à informação sobre políticas, etc..

Figura 2.7. A Arquitectura da Cidade Inteligente



Adaptado de Komninos (2006).

Refira-se que esta definição de **Cidade Inteligente** permite abranger um leque muito mais vasto de cidades do que as que referimos anteriormente como Cidades do Conhecimento. Permite, por exemplo, integrar cidades de tradição industrial em indústrias maduras, que são capazes de redefinir o seu *core* de competências competitivas não ficando prisioneiras do declínio das indústrias tradicionais. Nalguns casos podem reconfigurar-se em torno de indústrias criativas – associadas ou não à produção do capital imaterial das indústrias tradicionais – ou desenvolver conhecimentos e competências em áreas tecnológicas de maior potencial, às quais possam mais facilmente aceder a partir de relações dessas áreas com as indústrias tradicionais (ex., dos têxteis à nanotecnologia).

Em suma, podemos entender a **Cidade Inteligente** como uma cidade do conhecimento apostada na inovação tecnológica e na criatividade dos seus habitantes, com uma forte liderança institucional e capacidade organizacional, na procura de soluções para aumentar a sua competitividade e sustentabilidade.

Um dos instrumentos utilizados nesta concepção de cidade associa o aproveitamento de espaços já existentes para promover a sua especialização em actividades intensivas em conhecimento, num quadro de forte desmaterialização / digitalização / conectividade. Trata-se do ***Innovation Hub***, forma de organização urbana e produtiva que pretende dar respostas às exigências de compacidade e mobilidade na revitalização urbana, contribuindo para o desenvolvimento da cidade no seio da economia do conhecimento. Na secção 4 trataremos deste instrumento de forma mais detalhada.

3. POLÍTICAS DE CIDADES PARA O SÉC. XXI

3.1. Paradigmas e Bases Estratégicas para uma Política de Cidades

Vimos anteriormente um conjunto de elementos chave para o sucesso das cidades na economia do conhecimento, bem como as principais fases do planeamento urbano no pós 2ª guerra mundial. Interessa agora ver, de forma mais detalhada, quais as orientações de política urbana e os tipos de instrumentos que têm sido apontados como adequados para promover o bom desempenho das cidades na atracção e fixação de talentos e de actividades motoras da economia do conhecimento (promoção da competitividade urbana), preservando os equilíbrios ambientais e sociais (promoção da sustentabilidade ambiental e social).

Vimos assim que o sucesso das cidades na economia do conhecimento passava pela sua capacidade de atrair trabalhadores do conhecimento, para criar e aplicar conhecimento no desenvolvimento de *clusters* de actividades inovadoras e competitivas na economia global. Para tal torna-se necessária uma capacidade organizadora e um conjunto de fundamentos, a saber, uma base económica e uma base de conhecimento diversificadas e de excelência, elementos de qualidade urbana, tais como a sua conectividade e acessibilidade, a diversidade do meio físico, social e cultural, a qualidade de vida proporcionada pela cidade e a equidade social. Àqueles fundamentos acrescentava-se ainda a própria escala urbana (dimensão da cidade) no sentido em que influencia os outros fundamentos e as diferenças de dimensão implicam também diferenças nos modos como as cidades se podem integrar na economia do conhecimento, nomeadamente os tipos de redes colaborativas que necessitam de desenvolver.

Vimos também que a problemática das cidades do conhecimento se equaciona no contexto da economia global, em que a concorrência pela disputa de mercados, de investidores e de talentos, se exerce à escala do planeta, e no contexto das alterações climáticas que sublinham a necessidade de sustentabilidade ambiental das cidades. A sustentabilidade ambiental das cidades tem implicações na sua qualidade de vida e nas condições de exercício das respectivas actividades (as externalidades de aglomeração), mas a sua importância transcende-as, pois as cidades gastam 75% da energia consumida no mundo e a esse gasto não são alheias as formas de organização urbana.

A equação das políticas urbanas para o século XXI passa assim pelas opções políticas, pelos instrumentos a utilizar, pelas escalas territoriais a que devem ser implementadas as políticas e pelos actores a envolver e as modalidades desse envolvimento. Em cada caso, **a equação das políticas deverá ser efectuada tendo em conta a dimensão e a posição geográfica da cidade, bem como os seus activos e a sua experiência histórica.**

No que às opções se refere, Friedmann (2007) considera que há **duas perspectivas estratégicas essenciais para a política urbana contemporânea:**

- ◆ A dominante, que aposta na atracção de investimento empresarial externo, através de estruturas fiscais adequadas, infra-estruturas, desenho e arquitectura urbanos atractivos, e realização de grandes eventos de natureza variada, etc.; e,
- ◆ A outra, que preconiza o investimento nos activos tangíveis das cidades mais necessários ao desenvolvimento de longo prazo, retomando a tese do desenvolvimento “a partir de dentro”.

Seria erróneo tentarmos estabelecer uma correspondência unívoca, entre aquelas perspectivas e, por um lado, a promoção da competitividade e, por outro, a promoção da coesão. De facto, ambas contêm em si elementos que apontam para o reforço da competitividade e para o reforço da coesão (ou da sustentabilidade em sentido triplo, a que aludimos já anteriormente), embora a centralidade desses objectivos nas políticas e as graduações temporais dos impactos respectivos, possam ser diferenciados. A segunda tem uma preocupação de sustentabilidade mais explícita, embora na primeira os impactos no reforço das estruturas empresariais das cidades e, conseqüentemente, na sua base económica, possam ser mais rápidos.

A centralidade da sustentabilidade na segunda perspectiva de políticas fica bem expressa nos dois primeiros dos três grandes **imperativos** que Friedmann (2007) coloca para a política urbana do séc. XXI a ser implementada de preferência à escala da cidade-região:

- ◆ A **sustentabilidade ecológica**, expressa na redução da pegada ecológica das cidades, com menor utilização energética e maior recurso a fontes renováveis, melhoria da qualidade da construção do ponto de vista da conservação de energia, maior densidade urbana (maior compacidade das cidades), mobilidade sustentável e consciencialização das populações para essa problemática;
- ◆ A **coesão social** que apela a uma redução das disparidades económicas, com acesso espacial equitativo a amenidades e atenuação das tensões sociais, culturais e / ou étnicas; e,
- ◆ A **governança democrática**, enquanto processo deliberativo fluído, consultivo, participado e participativo, que envolve a sociedade civil, as instituições públicas e os interesses empresariais, enfatizando o diálogo e a negociação em detrimento da hierarquia e da regulamentação.

A orientação das políticas urbanas por aqueles imperativos deve ser vista de forma dinâmica devido à “instabilidade intrínseca” que caracteriza a hierarquia urbana internacional. Criticando o excessivo recurso à atracção de empresas móveis internacionais com o argumento da elevada mobilidade do capital internacional, Friedmann defende que “Construir activos, neles investindo solidamente, fará mais pelo desenvolvimento urbano e regional de longo prazo, do que captar investimentos de

empresas globais para uma base de activos subdesenvolvida sujeita a posterior degradação”¹⁹. Para materialização daqueles imperativos as políticas urbanas devem privilegiar uma abordagem “a partir de dentro”, consubstanciada no fomento de *clusters* de activos, de que enumera sete:

- ◆ Activos humanos, na perspectiva da qualidade de vida;
- ◆ Organização da sociedade civil, isto é, a auto-organização das comunidades locais para a satisfação de necessidades diversas;
- ◆ Herança patrimonial e singularidade e vibrância da vida cultural, como referenciais para avaliar o futuro e elementos de construção do “sentido do lugar”;
- ◆ Potencial intelectual e criativo da cidade, cabendo às políticas públicas fornecer os meios para que aquele potencial se possa exercer e expandir;
- ◆ Activos naturais, essenciais para efeitos produtivos e para proporcionar bem-estar às populações, que devem ser salvaguardados do crescimento urbano predador de espaço;
- ◆ Activos ambientais, tais como a qualidade do ar e da água e a capacidade de carga do território; e,
- ◆ A qualidade das infra-estruturas urbanas.

O argumento aduzido tem pertinência, uma vez que a evidência tem mostrado como o capital móvel tende a retirar-se quando as condições que determinaram a sua localização deixam de ser atractivas²⁰, mas isso sucede particularmente nos investimentos orientados pelos custos e / ou pelo aproveitamento de recursos naturais. Para além disso, em particular no contexto da economia do conhecimento, a oferta dos activos referidos pode constituir em si um factor de atracção de investimentos móveis baseados em factores mais tangíveis e distintivos de cada lugar e, por isso, capazes de gerar maiores enraizamentos locais e maior durabilidade.

Trata-se, no entanto, de activos com efeitos a mais longo prazo, que exigem massas críticas de externalidades para tornarem as cidades suficientemente competitivas do ponto de vista da atracção e fixação de investimento inovador e criativo, sendo que a fixação desses investimentos se torna, em si, um factor de atracção de novos investimentos. Alguns autores (Eger, 2003) defendem que as empresas que buscam ambientes criativos não são sensíveis aos vectores de custo, nomeadamente os fiscais, salariais e imobiliários. Todavia, nas cidades com menor capacidade de competição internacional na oferta dos activos tangíveis, a que alude Friedmann, e em que os níveis

¹⁹ Friedmann, 2007, pág. 12.

²⁰ E, nesse sentido, as ajudas estatais, na medida em que ajudam a reduzir o período de amortização do investimento, acentuam essa mobilidade.

de iniciativa endógena são mais débeis, a captação de investimento externo torna-se mais premente pelo que o recurso a incentivos dirigidos para os custos pode ser necessário. Por isso, a questão deverá radicar mais fortemente na combinação, do que na alternativa dos instrumentos a utilizar, uma vez que os mesmos são interdependentes.

Partindo da distinção entre os instrumentos que visam reforçar a infra-estrutura material da cidade (os instrumentos *hard*), e os instrumentos que visam reforçar a sua capacidade de iniciativa, de criatividade e de organização (os instrumentos *soft*), é possível sistematizar os que têm vindo a ser apontados como mais decisivos para as políticas urbanas na economia do conhecimento.

Hall (2007) equaciona de forma ampla as funções dos instrumentos *hard* de desenvolvimento urbano. Para isso estabelece um conjunto de instrumentos de política cujos impactos reais no desenvolvimento oferecem fortes dúvidas, pelo que devem ser objecto de estudo mais aprofundado. Para a nossa análise seleccionamos dois desses instrumentos: (1) as comunicações / transportes (conectividade) no fomento da aglomeração ou da dispersão, e (2) a qualidade urbana, incluindo as infra-estruturas científicas e tecnológicas e culturais, na atracção dos trabalhadores do conhecimento e de criativos e na revitalização económica das cidades.

No que se reporta à conectividade, referimo-nos à conectividade física (de que, a nível internacional, são decisivos os aeroportos e comboios de alta velocidade articulados com os primeiros, como forma de permitir otimizar os fluxos de transportes a diferentes distâncias), bem como à conectividade electrónica (a infra-estrutura digital). Em ambos os casos as políticas urbanas preocupam-se não apenas com a conectividade internacional, mas também com a conectividade nacional entre grandes cidades e a conectividade dentro da cidade-região, entre os vários núcleos urbanos e rurais que a compõem, e dentro da própria cidade, o que significa que abrangem também outras soluções de transporte para além das acima apontadas.

As infra-estruturas da conectividade física internacional devem ser vistas essencialmente como instrumentos de inserção na economia global (facilitando os fluxos de produtos e de pessoas) e de atractividade global dos países como locais para investir e trabalhar. A conectividade física interna, nomeadamente os comboios de alta velocidade, pode alargar as bacias de emprego das cidades, reforçando assim os benefícios da aglomeração de actividades por elas proporcionados. Nesta perspectiva a conectividade favorece as áreas urbanas mais potentes à partida.

Os impactos das estações dos comboios de alta velocidade na dinamização de actividades produtivas intensivas em conhecimento fora dos centros de negócios actuais (em novos aglomerados urbanos nos limiares das áreas metropolitanas ou em áreas de revitalização urbana) parecem indubitáveis. Todavia, devem ser vistos com cautela, pois a evidência demonstra que essas infra-estruturas têm favorecido particularmente os sectores urbanos previamente dotados de capacidades e dinâmicas próprias relevantes, devido à sua

disponibilidade de recursos apropriados e experiências de desenvolvimento anteriores (por exemplo, universidades e outros tipos de infra-estruturas de I&D com actividade firmada, e aglomerados de empresas dinâmicas)²¹.

No que à qualidade física das cidades diz respeito, para além das infra-estruturas e amenidades urbanas clássicas (saneamento, água, energia, etc.) torna-se cada vez mais premente o desenho urbano e a qualidade e funcionalidade dos edifícios, incluindo os elementos de património com simbolismo histórico, que possam tornar a cidade acolhedora e distintiva, e contribuir para o uso social do espaço público. Para além da promoção da qualidade física das cidades, as políticas urbanas tendem também a apostar crescentemente no fomento de eventos que animem o espaço público, ajudando a criar uma imagem atractiva da cidade e uma vivência social que estimule a criatividade.

Nesta perspectiva, e tendo em conta as necessidades de sustentabilidade ambiental, cabe referir a preocupação crescente das políticas urbanas com a **revitalização de espaços urbanos** degradados e frequentemente abandonados ou muito sub-utilizados. Procura-se, assim, maximizar o uso dos espaços já urbanizados, como forma de contrariar a expansão física horizontal da cidade e aumentar a sua compacidade²². Usando as expressões de Jacquier (2006, pág. 391), trata-se de substituir a filosofia de “fazer a cidade” pela de “fazer o melhor da cidade”, cuja premência leva aquele autor a falar em **mudança de paradigma das políticas urbanas**.

Ainda naquela perspectiva, a compacidade reduz as necessidades de deslocação em automóvel e, portanto, reduz os problemas de congestionamento e as emissões de elementos poluentes (Rogers, 1997). A qualidade ambiental dos edifícios gera ganhos de conservação de energia com a conseqüente redução das emissões geradas pela climatização forçada.

Todavia, as políticas de compacidade urbana visam também promover uma maior proximidade entre pessoas / actividades que facilite o “face-a-face” e os intercâmbios de informação tácita a que aludimos já anteriormente. A multifuncionalidade no espaço urbano, traduzida na sobreposição de actividades, por oposição ao zonamento clássico, constitui assim uma opção de desenho urbano e dos edifícios, que visa reduzir a dispersão das pessoas proporcionando-lhe as funções de trabalho, habitação e lazer / cultura / comércio em condições de grande proximidade (Rogers, 1997).

Para além da compacidade, o fomento da singularidade e da atractividade e o estímulo à utilização do espaço público, pelas políticas urbanas, reflectem-se ainda numa preocupação de estética no desenho do espaço público e dos edifícios e na disseminação

²¹ Hall apresenta vários exemplos na Europa: Part-Dieu em Lyon, Quartier Lu em Nantes, Reading perto de Heathrow e inserida no M4 Corridor e Bristol Parkway.

²² Certamente que outras políticas, que não as políticas urbanas, podem contribuir também para a sustentabilidade das cidades, nomeadamente as políticas de fomento do teletrabalho (tirando partido da infra-estrutura digital) que permitem reduzir as necessidades de comutação e de transportes em geral.

pública da arte, a “arte pública”, de que Arabianranta, em Helsínquia, constitui um bom exemplo, segundo uma filosofia de articulação entre pessoas e lugares sintetizada na expressão “Não vivemos num lugar, vivemos o lugar” (Isohanni, 2002, pág. 96). Ainda a este propósito, Eger (2003, págs. 16 e 15) afirma que “a arte pode criar um sentido de identidade para uma cidade, de proximidade individual e de visão unificada da cidade” e que os programas de arte servem amplamente as comunidades locais “contribuindo para um habitat inovador para a região que melhora a qualidade de vida – tornando a cidade mais atractiva para os muito desejados trabalhadores do conhecimento e permitindo que novas formas de produção, intensivas em conhecimento, nela floresçam”.

A infra-estrutura digital é decisiva também para a inserção da cidade no processo de globalização e para o reforço das interacções entre actores do desenvolvimento da cidade, nomeadamente no plano da participação política e cívica, e envolve não apenas as componentes hard mas também as componentes soft, isto, é toda a gama de serviços que é possível prestar aos cidadãos, às empresas e outras instituições que operam na cidade. Como instrumento de envolvimento cívico, deve realçar-se que não basta a disponibilização da infra-estrutura, torna-se necessário o seu uso como instrumento para o desenvolvimento de “redes sociais comunitárias que levem a benefícios positivos de vizinhança, incluindo a catalização de uma participação mais efectiva no processo de planeamento” (Gabbe, 2006, pág. 59), de que Arabianranta e Maunula em Helsínquia são casos a estudar.

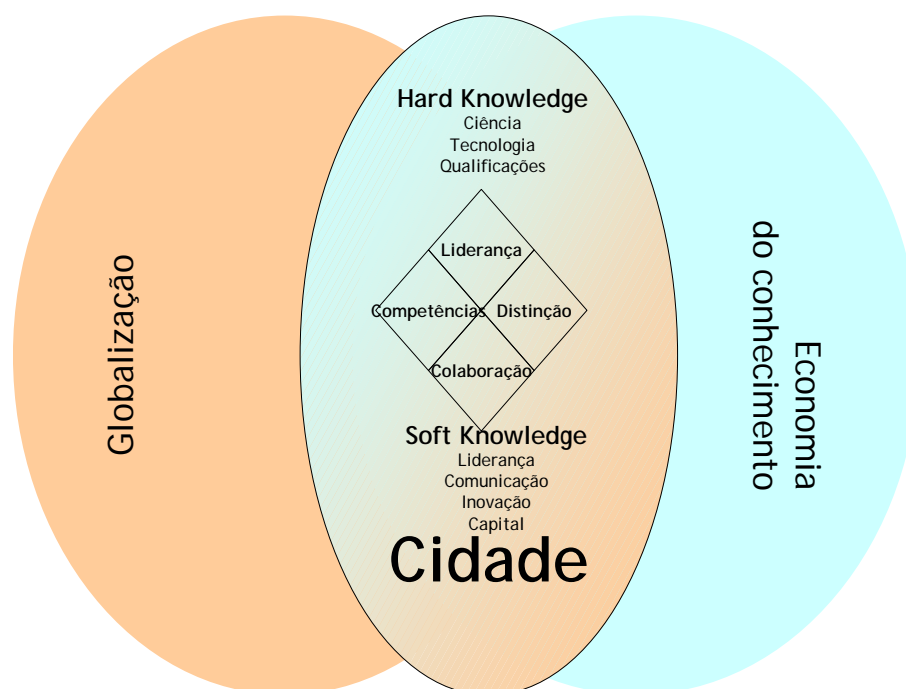
Para fazermos a abordagem aos instrumentos de política orientados para o reforço das capacidades de iniciativa e de organização das cidades, baseamo-nos em Hutton (2007) que, na base da sua experiência no projecto *Ideopolis*, enuncia um conjunto de quatro grandes vectores de instrumentos *soft*:

1. **Competências** – as cidades necessitam de investir em competências adequadas aos seus sectores-chave, podendo beneficiar da inovação associada a qualificações elevadas e de spin-off das instituições do sistema educativo;
2. **Liderança** – a implementação bem sucedida de uma estratégia de mudança para a cidade depende de uma forte liderança no trabalho conjunto com os actores, gerando um sentimento de partilha na prossecução dos objectivos;
3. **Distinção** – a identidade própria favorece a atracção de actividades, trabalhadores qualificados, visitantes e estudantes, o que pode envolver capacidades criativas e culturais, determinantes no êxito económico; e,
4. **Colaboração** – a diferenciação complementar de capacidades das cidades aconselha ao trabalho conjunto, particularmente importante em cidades com base económica em declínio.

Com aqueles instrumentos pretende-se imprimir uma visão e dinâmica empresariais ao desenvolvimento e gestão das cidades, baseada numa estreita e inteligente articulação

entre as dimensões *hard* e *soft* do conhecimento, propiciadora da sua integração na economia globalizada e do conhecimento, em constante mutação, como se ilustra na figura 3.1.

Figura 3.1. Instrumentos *Soft* da Política Urbana na Economia Globalizada e do Conhecimento



No vector das **Competências**, o investimento no ensino e na qualificação, significa para a cidade várias vantagens:

- ◆ Dispor de um mercado de trabalho que responde às necessidades da economia do conhecimento, tornando a cidade mais atractiva para localização e crescimento de actividades bem sucedidas (benefício produção);
- ◆ Dispor de instituições de ensino envolvidas na cidade, contribuintes da inovação necessária a actividades intensivas em conhecimento (benefício de produção) e geradoras de riqueza, através da procura de estudantes (benefício de produção e consumo); e,
- ◆ Reforçar a inclusão social, por via do aumento da empregabilidade dos seus habitantes.

Mas a existência de uma universidade ou um forte sector de ensino na cidade não é, só por si, sinónimo de inovação, competitividade e crescimento. Torna-se necessária a existência de uma efectiva imbricação com a comunidade e economia locais, no sentido

de compreender necessidades e identificar intervenções indispensáveis. Daí que seja importante incluir as universidades no processo de decisão estratégica da cidade.

A ênfase nas competências impõe mudanças profundas na estrutura do mercado de trabalho, que criam um paradoxo em termos de decisão: por um lado, elevado ritmo de crescimento e atractividade de actividades e pessoas; por outro, o aumento das desigualdades e baixos níveis de mobilidade social. Resolver esta dialéctica implica :

- ◆ Um trabalho conjunto com os actores – empresas, trabalhadores, instituições de ensino – para identificar as necessidades de qualificações;
- ◆ Um investimento no sistema de ensino para melhorar a qualidade da oferta;
- ◆ Uma projecção da ambição de trabalhadores e empresas; e,
- ◆ Uma ênfase nas parcerias.

O vector da **Liderança** é chave, porque estabelece uma clara visão da cidade, funcionando como modelo do processo de decisão, ajudando a atrair actividades e trabalhadores da economia do conhecimento, favorecendo benefícios de produção e promovendo a convergência de estratégias dos diferentes actores. A liderança efectiva deve exercer-se à escala espacial apropriada, a qual pode ser muito variável segundo as áreas funcionais, podendo ir desde a escala do bairro à da cidade-região, e ser exercida por pessoas com capacidade para dirigir as intervenções necessárias.

Para além disso a liderança efectiva exige:

- ◆ **Equilíbrio entre os interesses nacionais e locais**, o que leva a que, estando as cidades sujeitas a iniciativas nacionais, devem ter a **autonomia suficiente** para definir objectivos e tomar iniciativas que reflectam as condições locais;
- ◆ **Clarificação das responsabilidades**, na medida em que não havendo um modelo perfeito de decisão, interessa estabelecer claramente quem decide e quem executa, trabalhando com as estruturas adequadas e removendo estruturas inúteis, e garantir a articulação entre políticas transversais;
- ◆ Criação de **capacidades a todos os níveis**, investindo antecipadamente na formação de novos líderes em todos os sectores da cidade, evitando os enviesamentos típicos dos sistemas decisoriais excessivamente centralizados ou descentralizados; e,
- ◆ **Parcerias úteis** (*meaningful partnerships*) abrangendo visões e capacidades para um melhor uso dos recursos e melhor adaptação à mudança de condições económicas e sociais, com maior probabilidade de gerar melhores resultados.

O **carácter distintivo** de uma cidade depende da capacidade de “desenvolver forças únicas, conhecimento original e competências criativas, que sejam difíceis de replicar noutros espaços” (Turok, 2004:23). Na verdade, os activos distintivos da cidade têm sido sempre importantes, sejam a localização geográfica ou o acesso a matérias-primas. Mas na economia do conhecimento e na sociedade globalizada, a “marca” e a “identidade” são elementos que podem fazer com que a cidade acrescente valor aos produtos especificamente por serem produzidos no seu espaço, quer se trate de produtos de nicho, como Champagne, ou de serviços de conhecimento, como as escolas de línguas que em Oxford ou Cambridge beneficiam da proximidade de universidades de prestígio.

Mas a “distinção” não envolve apenas percepções trabalhadas no âmbito do *marketing* territorial. Pode envolver aspectos estruturais como a arquitectura – veja-se Bilbao – ou os eventos – como em Cannes. Uma estratégia de distinção para uma cidade deve ser projectada a partir do que existe, ter em conta a experiência passada²⁴, evitar a sobre-especialização, que gera vulnerabilidade, conhecer o seu posicionamento no sistema urbano, nomeadamente as funções exercidas por cidades próximas, e articular-se com a estratégia de desenvolvimento económico para a cidade, integrando uma imagem de marca realista e o recurso ao *marketing* para projectar essa identidade.

Finalmente, compreender a posição da cidade dentro da rede urbana e da economia nacional (e, eventualmente de regiões transnacionais) é fundamental para o estabelecimento de mecanismos e procedimentos de **colaboração**, especialmente quando as cidades assumem uma filosofia empresarial de actuação. A colaboração ainda não está bem enraizada na cultura política das administrações urbanas e não é favorecida pelo modo como os esquemas de financiamento estão normalmente estruturados. Todavia, a colaboração é um jogo de soma positiva, pelo que é vantajoso para as partes que devem, no entanto, procurar:

- ◆ Ser realistas na base de uma partilha de objectivos clara, de troca de conhecimento e de geração de actividades, não se restringindo a cidades próximas; e,
- ◆ Ter visão a longo prazo e supra-urbana, que lhes permita tomar decisões difíceis do ponto de vista das opções de implantação geográfica das iniciativas, o que impõe estruturas de governança que assegurem a afectação mais reprodutiva de recursos, a transparência das decisões e o reconhecimento das interdependências entre as cidades colaborantes e das vantagens mútuas da colaboração.

²³ Citado em Hutton, 2007, pág. 25.

²⁴ *Path dependency*, que todavia não deve agrilhoar a iniciativa, mas apenas servir de base para a avaliação da exequibilidade dos objectivos pretendidos.

Certamente que a colaboração não se estabelece apenas entre cidades, mas também entre as cidades e as administrações públicas nacionais, e dentro da própria cidade e da cidade região, tendo implicações nas formas de conceber o ordenamento do território. Trata-se de um processo que Friedmann (2007, pág. 17) exprime como de “planeamento pelo diálogo”²⁵ do tipo modelo de geração empírica²⁶, em que o sucesso de ordenamento do território surge mais como processo em tempo real do que como acto de elaboração de planos de zonamento urbano (lógica dos planos directores). Segundo esta concepção, o ordenamento do território deve ser visto como:

- ◆ Um instrumento de coordenação na definição das políticas urbanas e na delimitação e implementação de grandes projectos;
- ◆ Um instrumento de intervenção às escalas do bairro, da cidade e da cidade-região, envolvendo os vários tipos de actores e gerando uma visão comum para as grandes hipóteses de desenvolvimento;
- ◆ Um instrumento flexível, e não como instrumento de fixação de regras rígidas de uso do espaço, concepção particularmente pertinente nas operações de revitalização urbana ou em outros grandes projectos transformadores das cidades; e,
- ◆ Um processo envolvendo a colaboração não hierarquizada de diferentes habilitações técnicas e científicas, com diferentes visões, preocupações e interesses.

Colaboração e “planeamento pelo diálogo” são particularmente pertinentes quando se trata de desencadear acções de revitalização urbana que, referimos já, podem vir a consubstanciar um novo paradigma das políticas urbanas, por oposição ao da expansão horizontal das cidades (Jacquier, 2006), mas que exigem grande vontade política e visão de longo prazo, por se tratar de intervenções sujeitas às fortes restrições resultantes da ocupação actual do espaço, o que exige processos negociais mais complicados e longos, que se tornam mais difíceis numa era de compressão do tempo.

3.2. As Novas Políticas de Cidades na Agenda Europeia

Já desde os anos 70 que se têm vindo a processar operações de reabilitação, renovação e revitalização urbana, embora na base de filosofias de intervenção diferenciadas, mas isso não obstruiu a que na generalidade dos casos a expansão urbana para espaços peri-urbanos e rurais tivesse sido a nota dominante nas políticas urbanas. Tratando-se de formas de urbanização mais simples e menos morosas, facilitadas pelo contínuo acréscimo da mobilidade física possibilitada pelo automóvel, as suas consequências espaciais e ambientais negativas estão, no entanto, à vista, como referimos já nas

²⁵ *Planning by conversation*, no original.

²⁶ *Homespun model*, no original.

secções anteriores, pelo que se assiste hoje a um ressurgimento das políticas de revitalização, que adquire maior importância quando passam ser agendadas por instituições de nível internacional, como a OCDE e a União Europeia.

Desse modo, interessa neste relatório, dar algum espaço à chamada Carta de Leipzig, onde se estabelece um acordo, a nível dos governos da UE, para darem maior importância às políticas de revitalização e de compacidade urbanas, como forma de se obter maior sustentabilidade das cidades, e ao mesmo tempo se procura que os Fundos Comunitários possam vir a ter maior aplicação nesse domínio, dando mesmo lugar a um documento da Comissão Europeia para apoio aos Estados Membros, o chamado "*Guide; The urban dimension in Community policies for the period 2007-2013*". A possibilidade de mobilização de recursos financeiros substanciais para os objectivos de política urbana acordados a nível europeu, é fundamental para se conseguir maior empenho dos governos nacionais na realização desses objectivos.

Nesse contexto, as Linhas de Orientação Estratégica da UE, que estiveram na base da última reforma dos Fundos Estruturais²⁷, já preconizavam, em termos de política urbana:

- ◆ O desenvolvimento urbano como motor do desenvolvimento regional, através da promoção da competitividade dos factores produtivos, com políticas de apoio às PME e de promoção da economia do conhecimento, e da atractividade das cidades, com soluções de mobilidade ambientalmente soft, recuperação do ambiente físico das cidades e sua dinamização cultural;
- ◆ O policentrismo como instrumento de reequilíbrio territorial em bases competitivas; e,
- ◆ A promoção da coesão interna das cidades através da recuperação de bairros em crise, da reabilitação física, da recuperação dos espaços devolutos e da preservação e recuperação do património histórico e cultural, bem como através de medidas de inclusão social, reforço da empregabilidade da população e serviços de apoio às famílias.

A Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis assinada em 24 de Maio de 2007, pelos ministros europeus responsáveis pelo ordenamento do território e urbanismo, no âmbito da presidência alemã da UE, veio definir as bases de uma nova política urbana europeia, focalizada na resolução dos problemas de exclusão social, envelhecimento, alterações climáticas e mobilidade.

Na medida em que as cidades geram 75 a 85% do PIB e consomem $\frac{3}{4}$ da energia da energia mundiais, a promoção da qualidade do ambiente urbano é uma das prioridades da Estratégia de Lisboa Renovada para "tornar a Europa um espaço mais atractivo para viver e trabalhar". Para tal é necessário uma política integrada de desenvolvimento

²⁷ European Commission, 2006.

urbano, que combine todas as políticas relevantes da UE e que envolva os actores a todos os níveis – local, regional, nacional e comunitário.

Com a Carta de Leipzig, os 27 Estados Membros definiram um modelo de políticas urbanas para a Europa do século XXI, cujas propostas chave, na base dos pressupostos de que o futuro da integração europeia passa pelas cidades e de que o futuro das políticas urbanas passa pelos centros das cidades, são:

- ◆ **Renascimento urbano, pelo reforço da compacidade das cidades europeias**, apostando nos centros das cidades, o que leva à redução dos fluxos de tráfego urbano e ao melhor controlo da expansão periférica das cidades;
- ◆ **Garantir a elevada qualidade dos espaços públicos**, uma “*baukultur*” enquanto soma dos aspectos culturais, económicos, sociais, tecnológicos e ecológicos que influenciam o processo de planeamento e construção;
- ◆ **Enfrentar as mudanças climáticas é também uma tarefa urbana** – Modernizar a rede de mobilidade proporcionando acessos pedonais, ciclovias, e transportes urbanos acessíveis, sustentáveis e seguros, bem como reforçar a eficiência energética dos edifícios;
- ◆ **Boa governança urbana** – O planeamento urbano não é tarefa exclusiva do sector público, outros parceiros (sociedade civil e actividades económicas) devem ser envolvidos, do mesmo modo que as cidades devem também fortalecer as parcerias com os bairros e com a cidade-região na base do equilíbrio de interesses; e,
- ◆ **Envolver os cidadãos**, no combate à exclusão social nas cidades, em especial nos bairros mais carentes – erradicando as áreas “proibidas” das cidades europeias, na medida em que ameaçam a atractividade, a competitividade, a coesão social e a segurança nas cidades.

A Carta sugere que as cidades devem estar no núcleo das políticas de financiamento. Mas a Carta de Leipzig recomenda que os governos utilizem mais frequentemente a figura da parceria público-privada para aumentar os investimentos na infra-estrutura urbana. A Comissão Europeia é instada a coordenar legislação e directivas ao nível europeu estabelecendo os caminhos para a aplicação das orientações no terreno, de forma mais efectiva do que no passado, e a dar maior atenção aos problemas urbanos na aplicação dos Fundos Comunitários.

3.3. Práticas Recentes de Revitalização Urbana e Orientações para o Futuro

Face às tendências de evolução das políticas urbanas para responderem às necessidades de crescimento das cidades com uma aposta mais incisiva na recuperação de zonas

degradadas e sub-utilizadas – a revitalização urbana, interessa agora ver um pouco mais detalhadamente quais têm sido as suas orientações dominantes e o que se perspectiva.

As políticas de revitalização urbana conduzidas na Europa e nos EUA têm-se concentrado preferencialmente em bairros críticos (áreas urbanas degradadas ou zonas de habitação social), onde ocorrem igualmente situações gravosas de exclusão social e económica da população residente, antecipando o definhamento da base económica local e o próprio declínio urbano²⁸. Tais intervenções têm incidido sobretudo no desenho urbano, na reabilitação de edifícios, nas amenidades (espaços verdes, desportivos e culturais), na saúde e na tóxico-dependência, no acesso às tecnologias de informação e de comunicação, e no estímulo e apoio ao associativismo e às diversas formas de participação cívica. No plano económico, tais intervenções têm-se centrado sobretudo na empregabilidade e no apoio à criação de micro-empresas largamente motivadas pela criação do próprio emprego.

Algumas experiências europeias têm revelado uma evolução no sentido de privilegiar uma abordagem mais integrada das operações de revitalização urbana das áreas desfavorecidas, procurando compatibilizar as políticas sectoriais territorializadas e focalizar a sua atenção no desenvolvimento equilibrado das cidades. A título ilustrativo, vejamos o caso dos “contratos de cidade” (*Contrats-Ville*) em França, os quais constituem uma iniciativa recente que permite ao Estado, autarquias locais e outros parceiros, implementarem processos de regeneração de zonas desvitalizadas das cidades baseados em três princípios essenciais:

- ◆ Transversalidade e coerência das políticas públicas à escala local;
- ◆ Constituição de parcerias institucionais; e,
- ◆ Participação dos habitantes.

Para além disso, o *contrat-ville* compreende programas temáticos para escalas territoriais previamente definidas, abrangendo:

- ◆ O desenvolvimento económico local;
- ◆ A inserção social; e,
- ◆ A prevenção contra a delinquência.

Aquele instrumento de política visa essencialmente apoiar intervenções nas cidades de acordo com o princípio da discriminação positiva, o que permite atribuir meios suplementares aos territórios que se encontram mais desvitalizados e com menor capacidade de superar autonomamente o seu quadro de dificuldades. Neste sentido, é definida uma tipologia de **zonas prioritárias de intervenção urbana**, em função da

²⁸ ISCTE/CET, 2005.

natureza e incidências das dificuldades observadas, e que por esse motivo beneficiam também de um determinado conjunto de benefícios fiscais:

- ◆ **Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS)**, que são objecto de “tratamento preventivo” com aplicação de isenções fiscais e outros apoios sociais a cargo dos municípios;
- ◆ **Zonas de Redinamização Urbana (ZRU)**, que são as zonas urbanas sensíveis mais problemáticas, beneficiando também de isenções fiscais e sociais, cabendo ao Estado a atribuição de tais isenções às empresas; e,
- ◆ **Zonas Francas Urbanas (ZFU)**, que são seleccionadas entre as ZRU e beneficiam igualmente de um apoio previamente contratualizado com o Estado que suporta financeiramente as isenções concedidas (imposto sobre as empresas, contribuições para a segurança social, etc.).

Existe ainda outro tipo de instrumentos que completam a intervenção em zonas prioritárias, como sejam os **Grands Projects de Ville (GPV)** que assentam igualmente numa parcerias entre as autarquias e o Estado, bem como as **Opérations de Renouvellement Urbain (ORU)** que contemplam operações pesadas de reestruturação de grandes conjuntos de alojamento sociais, tendo em vista a renovação do parque habitacional e a criação de equipamentos colectivos e espaços públicos mais susceptíveis de contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano.

A concepção deste tipo de projectos visa conciliar intervenções que produzam um impacto rápido sobre a vida quotidiana dos habitantes e garantir processos sustentáveis de transformação económica e social dos territórios problemáticos da cidade. Mais recentemente, este mesmo tipo de contratos de cidade deu lugar a um novo instrumento legal, designado por **CUCS – Contratos Urbanos de Coesão Social**, que permitirão dar continuidade ao desenvolvimento de projectos de revitalização dos territórios urbanos em dificuldades. Este conjunto de instrumentos de política têm a sua expressão legal no quadro do PNRU – Programa Nacional de Renovação Urbana²⁹.

A participação cívica das populações continua a registar imensas dificuldades, até porque a margem de manobra dos habitantes continua a ser muito limitada. Existem, contudo, *fundos de participação* destinados às associações cívicas de bairro, para que estas estruturam projectos associativos de modo a estimular o exercício de uma cidadania activa dos habitantes³⁰.

Importa também referir a iniciativa **Neighbourhood Renewal Strategy (NRS)**, lançada em 2001 pelo governo britânico, que corresponde a uma evolução qualitativa na implementação das políticas orientadas para os territórios mais desfavorecidos das cidades. Com efeito, a NRS procurou demarcar-se das intervenções anteriores que tinham, por um lado, uma ênfase excessiva na componente de regeneração física e uma

²⁹ Para obter informação mais detalhada sobre a política de cidades em França, consultar o site www.ville.gouv.fr

³⁰ BACQUÉ et al., 2003.

insuficiente capacidade mobilizadora dos actores locais para dinamizar de forma sustentável a economia local e, por outro lado, baseavam-se em múltiplas intervenções sectoriais pontuais sem que as mesmas correspondessem a uma efectiva dinâmica global assumida pelos territórios visados. Assim, a nova orientação de política urbana considera que o futuro desses territórios deve ser desenhado pelos seus próprios habitantes e, por isso, apoia a formação de **Parcerias Estratégicas Locais**³¹ (**Local Strategic Partnerships**) para o desenvolvimento de estratégias pelas próprias comunidades envolvidas.

Sob esta perspectiva, a política de renovação urbana deveria contribuir para uma melhoria significativa da qualidade de vida nas cidades (sob o lema *places to people*), estimulando um desenho urbano mais atractivo e funcional (por ex., através do programa de demonstração *Millenium Communities*), favorecendo a participação cívica e a criação de parcerias no contexto do planeamento urbano, procurando incentivar a melhoria dos serviços públicos e privados nos espaços urbanos intervencionados (ex. *Business Improvement Districts*), e estimular o próprio desenvolvimento económico daqueles territórios através de programas específicos que visam facilitar a atracção de empresas para os bairros mais problemáticos.

A NRS utiliza um conjunto de programas sectoriais para fomentar a revitalização económica e social dos territórios urbanos alvo e, ao mesmo tempo, dispõe de medidas específicas complementares, das quais registamos as seguintes:

- ◆ **Neighbourhood Renewal Fund** – é um fundo nacional que se encontra à disposição dos municípios para melhorarem os serviços básicos nas referidas zonas prioritárias, bastando para tal que esteja activa uma parceria local (LSP) e a autarquia possua um plano adequado (*Best Value Performance Plan*);
- ◆ **Community Empowerment Fund** – trata-se de um programa destinado a apoiar, nas zonas prioritárias, iniciativas para desenvolver a capacidade de intervenção dos cidadãos e dos grupos comunitários;
- ◆ **Community Chest** – programa que tem como objectivo apoiar financeiramente a mobilização de indivíduos ou comunidades diferentes (ex. grupos étnicos) num bairro em torno de um objectivo comum (p. ex., a criação de um novo organismo comunitário);
- ◆ **Neighbourhood Management Programme / Neighbourhood Wardens** – programas que garantem o apoio à integração local das comunidades, através da gestão das relações de vizinhança e da resolução dos problemas associados à supervisão da vida local; e,
- ◆ **New Deal for Communities** – trata-se de um programa, com um horizonte temporal de dez anos, de apoio a projectos num número limitado de bairros previamente seleccionados.

³¹ A título ilustrativo consulte-se <http://www.bristol.gov.uk>

Em síntese, a NRS visa essencialmente criar as condições para uma mobilização colectiva dos territórios urbanos mais desfavorecidos no sentido de combater a sua exclusão económica e social, permitindo assim atingir níveis superiores de coesão territorial. Deste ponto de vista, a escolha dos meios obedece a uma abordagem pragmática em que a experimentação local constitui, sem dúvida, um elemento de fundamental importância para incentivar a aprendizagem colectiva e contribuir para o sucesso do próprio programa de regeneração urbana³².

A análise das políticas de revitalização urbana evidencia, não só um conjunto alargado e multifacetado **de dificuldades** associadas à implementação dos projectos integrados de intervenção nas cidades, mas também a existência de muitas insuficiências na própria configuração dos projectos e na escolha e articulação simbiótica dos vários instrumentos de política. Para além dos objectivos de aumento bem-estar urbano e de integração social, as políticas de revitalização urbana deveriam apresentar maior orientação para a competitividade e sustentabilidade económica urbanas, reforçando os factores de atracção de empresas, actividades e talentos, para os *espaços intra-urbanos sub-aproveitados*, por forma a proporcionar maior capacidade de criação de riqueza e emprego nessas zonas urbanas e no conjunto da cidade. Isto é, as políticas de revitalização deveriam ser mais geradoras de base económica e de base do conhecimento.

Nessa ordem de ideias, a revitalização dos centros históricos e de outras áreas degradadas e sub-utilizadas das cidades deve constituir um instrumento central para conferir às cidades maior sustentabilidade ambiental e maior competitividade internacional, no pressuposto de que sem a fixação de empresas inovadoras e competitivas e sem criação inovadora de valor acrescentado e de emprego, não há sustentabilidade económica e social da cidade. Por isso, tais operações deverão cada vez mais, na base de visões prospectivas, apoiar-se em parcerias alargadas envolvendo autarquias, serviços da administração central, pólos do conhecimento, empresas, associações culturais, etc., visando a criar a atmosfera propícia à atractividade de talentos e de investimentos, susceptíveis de diversificar e requalificar a base económica das cidades para as tornar mais inovadoras e competitivas. É essa, de resto, a mensagem da Carta de Leipzig a que aludimos no ponto anterior.

Nesse sentido, mais recentemente, algumas das políticas de revitalização urbana têm procurado focalizar-se mais expressivamente na definição de objectivos e na aplicação de instrumentos para o desenvolvimento sustentável das cidades, tendo por base a integração de várias componentes (residencial, ambiente urbano, integração social, comércio, equipamentos colectivos, nomeadamente os culturais, acolhimento de empresas, instituições de ensino e de investigação, etc.) na perspectiva de reconstruir centralidades urbanas baseadas no conceito de *Innovation Hub*. É disso que nos ocuparemos na secção seguinte.

³² BACQUÉ et al., 2003.

4. ORIENTAÇÕES DE POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO URBANA GERADORA DE CIDADES INTELIGENTES

4.1. O *Innovation Hub* enquanto Instrumento para as *Intelligent Cities*

O conceito de *Innovation Hub* – *iHub* (ilustrado na figura 4.1) surge na esteira da terceira das fases de planeamento urbano a que aludimos na Introdução e que desenvolvemos na secção 3.1., na qual as políticas para a cidade têm vindo a incorporar objectivos associados à promoção da inovação, enquanto factor de crescimento sustentável. Surge como instrumento de política urbana que visa favorecer a criação de espaços de inovação e criatividade no interior das cidades, reunindo condições de atractividade dos trabalhadores do conhecimento, e propiciar a instalação dentro da cidade de um *cluster* de actividades geradoras e valorizadoras de conhecimento. Neste sentido, distingue-se das políticas de implantação dos Parques de Ciência e Tecnologia e equipamentos similares nas periferias das cidades.

O *iHub* pode, assim, ser entendido como um conceito que alia soluções de revitalização urbana dinamizadoras de espaços da cidade desvitalizados de fluxos de pessoas e de actividades a iniciativas associadas à promoção da inovação através de diferentes meios (Centros de transferência de tecnologia, fornecimento de serviços de consultoria a *start-ups*, incubadoras de empresas de base tecnológica, etc.). Trata-se de um instrumento que acompanha a fase de passagem da urbanização extensiva para a recuperação de áreas anteriormente urbanizadas e que visa responder à necessidade de renovar a base económica das cidades.

Na medida em que se institui como um projecto colectivo envolvendo múltiplas valências científicas, técnicas, económicas, institucionais e humanas, o *iHub* pode definir-se como uma comunidade dentro da cidade e com ela imbricada, orientada para fins produtivos especializados. Para ilustrar essa ideia de comunidade, veja-se a definição do Digital Hub de Dublin (Gleeson e Conway, 2005, pág. 276): “O Hub Digital é uma comunidade de pessoas – artistas, investigadores, educadores, tecnólogos, empresários e consumidores, trabalhando em conjunto para criar produtos e serviços inovadores e bem sucedidos no domínio dos media”.

Para a implantação dos *iHub* privilegiam-se zonas devolutas ou sub-utilizadas da cidade, correspondentes a antigas zonas industriais ou de logística, por se tratarem de espaços intra-urbanos que estão disponíveis, a mais baixos custos, para novos usos, e que beneficiam da sua proximidade a outras centralidades da cidade e às infra-estruturas que a servem, e cumprem as exigências específicas das actividades que o procuram. Assim, a título de exemplo, a *virtual village* de Helsínquia assenta na recuperação da frente marítima de Arabianranta (berço de Helsínquia em 1550) e antiga zona fabril (cerâmica) situada a 10 minutos do centro da cidade, por transporte público³³; o *Digital Hub* de

³³ www.helsinkivirtualvillage.fi/Resource.php?adc/inenglish/

Dublin (Gleeson e Conway, 2005) localiza-se na antiga zona industrial das Liberties, a 10 minutos a pé do centro de Dublin (Temple Bar) e do Trinity College, nas instalações da Guinness, próximo do Guinness Storehouse (centro interpretativo de artes, importante destino turístico) e do Ireland's National College of Art and Design, e o 22@bcn de Barcelona localiza-se na antiga zona industrial de Poblenou, entre o centro da cidade e parte da sua frente marítima, e próxima das infra-estruturas dos jogos olímpicos (Barceló, 2005).

Deste modo, o *iHub* não é apenas uma operação de revitalização urbana, nem é uma qualquer operação de revitalização urbana. Ao contrário do que frequentemente tem sucedido, enquanto operação de revitalização urbana o *iHub* não se cinge à criação de condições físicas de maior bem-estar dentro da cidade, o que o levaria a centrar-se na habitação de qualidade, na localização de serviços culturais e de lazer e nos serviços pessoais (que corresponderia a uma revitalização de base predominante no consumo, mais característica da segunda das fases de planeamento urbano a que aludimos na Introdução), mas de a isso adicionar a fixação de novas actividades produtivas que possam constituir base económica. Enquanto operação, que pretende atrair para dentro da cidade essas novas actividades produtivas, o *iHub* não visa quaisquer actividades, mas sim actividades inseridas na economia do conhecimento, incluindo as indústrias criativas, compatíveis com as funções de habitação e lazer, e com a alta densidade de ocupação do espaço e respectivos custos imobiliários. Trata-se de uma revitalização de base predominantemente produtiva, que visa restituir à cidade as suas funções de centro de inovação e de produção com projecção externa.

Na medida em que visa estimular a instalação de actividades do conhecimento, o *iHub* pode constituir um instrumento de *up-grading* da economia regional e nacional, tal como o Parque de Ciência e Tecnologia, o Pólo Tecnológico e outras figuras similares, mas não se restringe às actividades específicas desse tipo de aglomerados pois envolve também outras actividades como a habitação e actividades de consumo correlacionadas. Ao contrário daqueles conceitos, que seguem modelos urbanos que contribuem para o crescimento da cidade em extensão, o *iHub* não se dissocia da cidade, dilui-se na própria cidade com ela estabelecendo um conjunto de interações de proximidade e dela aproveitando um conjunto de amenidades.

Pelo carácter avançado e a especificidade das actividades produtivas que pretende congrega, o *iHub* pretende constituir-se como um elemento distintivo da cidade contribuindo para a sua **singularidade no plano internacional**, atributo que é particularmente valorizado na economia do conhecimento. No fundo, cada *iHub* deve procurar especializar-se em algo de novo, não replicando ou, pelo menos, não fazendo do mesmo modo o que outros já fazem. Deste modo, por exemplo, Arabianranta, em Helsínquia, pretende ser o principal centro de *design* do Báltico, o Digital Hub de Dublin pretende ser uma referência mundial no media digital, e o 22@bcn de Barcelona pretende ser um pólo de atracção internacional de talentos nas áreas dos *media*, das tecnologias de informação e comunicação e das biotecnologias.

Neste sentido, o lançamento destes projectos e a escolha do respectivo foco temático deverão ser precedidos de uma identificação de elementos distintivos ou invulgares – mesmo raros – da cidade ou de um determinado espaço intra-urbano, os quais podem basear-se em características tangíveis ou intangíveis, que acrescentem valor à percepção da imagem da cidade. Na perspectiva da diferenciação e do êxito da afirmação dos factores de singularidade, é importante que os elementos distintivos tenham uma natureza genuína, ancorada em elementos pré-existentes que podem ir da tradição industrial ao capital simbólico, passando por activos de natureza institucional ligados ao ensino ou às artes (universidades ou museus, por exemplo). Trata-se, assim, de actuar na preservação e valorização de um conjunto de activos singulares contribuindo, simultaneamente, para “acrescentar valor” a um determinado espaço.

O *iHub* pretende constituir-se como um instrumento gerador de atractividade da cidade para as actividades e trabalhadores do conhecimento, que recupera o espaço onde se insere, mas exerce um efeito também requalificador sobre toda a cidade e a sua região. Segundo Nieh (2005), para serem atractivas dos trabalhadores do conhecimento as cidades devem oferecer um conjunto de condições:

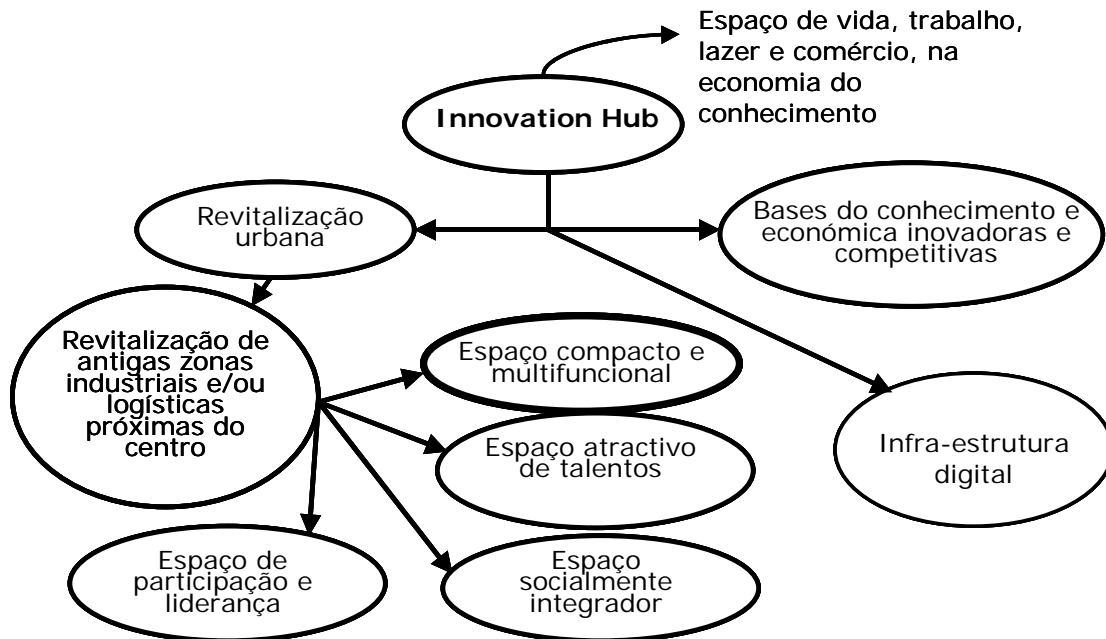
- ◆ Espaços para viver, trabalhar, incluindo estudar, comprar e desfrutar de lazer ;
- ◆ Oferta de condições para a prossecução de diferentes estilos de vida;
- ◆ Espaço cívico estimulador da cooperação informal;
- ◆ Infra-estruturas de conectividade às várias escalas territoriais; e,
- ◆ Zonamento não euclidiano do espaço urbano (cidade compacta dotada de espaços multifuncionais).

Como se pode ver pela figura seguinte, a atractividade de talentos (inserindo-se aqui os trabalhadores do conhecimento e os criativos), a multifuncionalidade do espaço (exercício conjunto de diferentes tipos de actividades, contrário do zonamento euclidiano, que pode envolver também espaços específicos com essa característica) e a sua compacidade, são características determinantes do *iHub*. Mas a essas características deve-se também adicionar o seu carácter socialmente integrador e a existência de uma liderança, por se tratar de um espaço que se pretende activo e dinamizador de transformações económicas e sociais dentro da cidade, mas com projecção para o exterior.

A infra-estrutura digital é essencial como elemento de conectividade externa do *iHub*, mas também como elemento da sua estruturação interna, através da disponibilização de acessos a informação relativa às suas múltiplas actividades e, mesmo, como meio de prestação de serviços (veja-se, por exemplo, o caso de Arabianranta em Helsínquia e da sua *Virtual Village*). Por isso, para além de suporte do acesso às redes internacionais, deve também servir como suporte a redes internas específicas do *iHub*. Inserindo-se na

economia do conhecimento, a cidade em que o *iHub* se insere deve dispor de boas ligações externas em termos de transporte, nomeadamente aéreo e de ferrovia de alta velocidade.

Figura 4.1. Características do *Innovation Hub* (*iHub*)



Na figura 4.2 pormenorizam-se alguns dos elementos definidores das características do *iHub*. Enquanto espaço compacto e multifuncional, visa três tipos de efeitos:

1. Partindo do pressuposto de que, para a transmissão de informação não codificável, o face-a-face quotidiano é ainda muito importante como meio informal dessa transmissão, no sentido em que assenta no diálogo e na construção de relações de confiança e afecto pessoal, o *iHub* pretende inverter a tendência dispersiva exercida pelo crescimento extensivo da cidade, criando massa crítica de conhecimentos em espaços de fácil acesso pedonal ou por meios de transporte de curta distância, preferencialmente públicos;
2. Favorecendo a aglomeração dos tipos de actividades referidas e dos seus actores, visa-se a redução das comutações em termos de intensidade e de distâncias, o que produzirá efeitos em termos de sustentabilidade ambiental (menor uso de transportes poluentes) e de disponibilidade de tempo das pessoas, com reflexos na sua produtividade e no seu bem-estar; e,
3. Na medida em que se localiza dentro da cidade, contribui para conter as tendências de expansão da cidade para as suas periferias urbanas, ajudando assim também a reduzir o consumo de espaço.

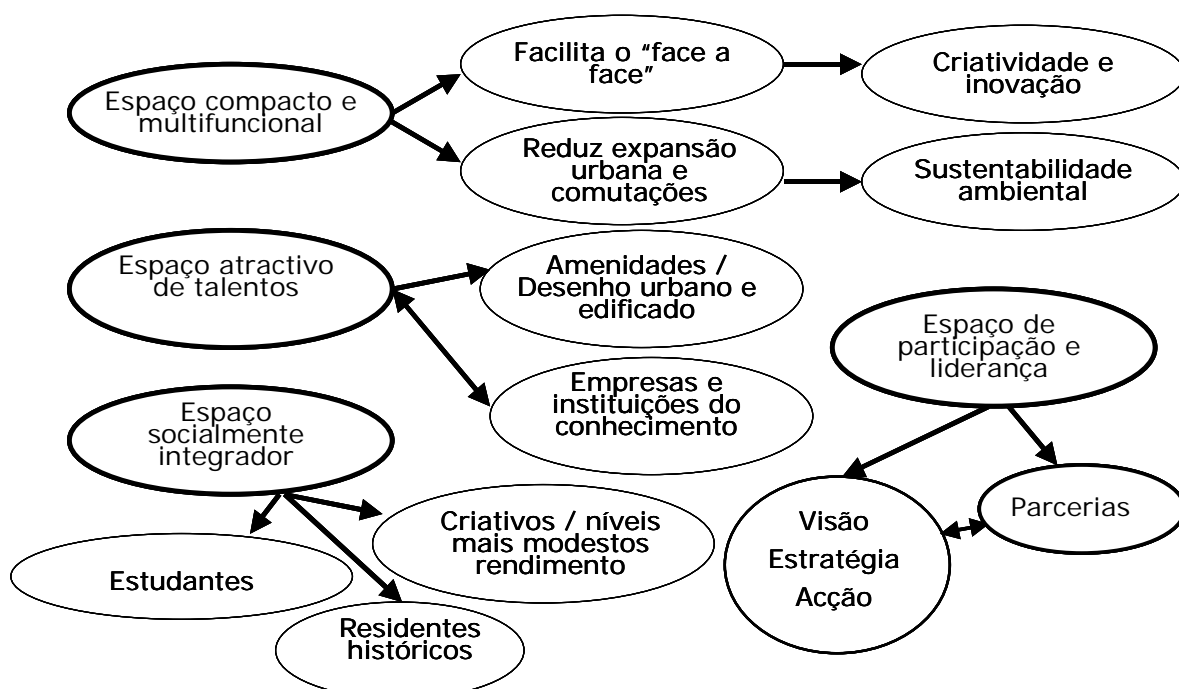
Como espaço atractivo de talentos, é necessário que o *iHub* e a cidade em que se insere, ofereçam amenidades urbanas em diversidade e com qualidade, mas é preciso também

que existam instituições (universidades, empresas e outras instituições da economia do conhecimento) susceptíveis de poderem gerar trabalho para as populações que se pretende atrair.

No seu conjunto, as qualidades físicas do espaço urbano (nomeadamente no plano estético), o dinamismo da população e a vivência do espaço público, contribuem para gerar o que se tem designado por *genius loci*, ou espírito do lugar, que confere ao *iHub* capacidade de atracção e fixação de trabalhadores criativos. Embora alguns autores (Florida, 2002) defendam que são os trabalhadores criativos que atraem as empresas da economia do conhecimento e da criatividade, conferindo assim um papel decisivo ao *genius loci* na geração de cidades criativas e do conhecimento, há nesta matéria uma relação de causalidade circular que importa sublinhar: trabalhadores e empresas interagem no processo de criação do *cluster* produtivo.

Enquanto espaço socialmente integrador, o *iHub* não pretende instalar-se em conflito com os residentes históricos, que podem integrar muitas das actividades que se desenvolverão naquele espaço. Deste modo preconiza-se reserva de espaços de habitação social, que permitam evitar a sua expulsão em resultado da subida das rendas que tende a resultar do aumento da procura de espaços imobiliários. Nesta mesma perspectiva, o *iHub* deve também procurar garantir a capacidade de residência local de grupos populacionais reputados como essenciais para a criação da sua atmosfera de cosmopolitismo e criatividade (o tal *genius loci*), mas que podem não conseguir suportar os elevados níveis de renda imobiliária que se tendem a gerar devido à sua elevada procura por estratos populacionais de elevado nível de rendimento. Trata-se dos estudantes e, pelo menos, de parte dos trabalhadores do conhecimento e criativos.

Figura 4.2. Multifuncionalidade, Atractividade, Coesão Social e Participação no Innovation Hub (iHub)



O *iHub* constitui um projecto a implementar em parceria (*Triple Helix*), envolvendo diversos tipos de actores: instituições de ensino superior e artístico, instituições de interface, empresas, administrações locais, órgãos da Administração Central, e outros, que agem em função de uma “visão”, que define o que se pretende, e segundo uma determinada estratégia. Torna-se necessária uma liderança sólida, que pode assentar em instituições do tipo empresarial (como Arabianranta em Helsínquia e 22@bcn em Barcelona) ou em agências governamentais (como The Digital Hub em Dublin). A existência de uma liderança forte contribui para a construção da “visão” e constitui um factor mobilizador e aglutinador de vontades que é essencial para que o curso do projecto não se afaste da estratégia definida.

Tendo em conta que o projecto se enquadra em, e visa responder a, uma estratégia da política pública para a(s) cidade(s), na fase inicial do projecto é particularmente importante o papel de dinamização pelas instituições públicas locais. Todavia, deste facto não decorre que actores privados ou públicos veiculados a políticas sectoriais não se possam assumir como parceiros essenciais para a sustentabilidade do projecto.

Nas secções seguintes procedemos à apresentação de um conjunto de elementos relativos à concepção dos *iHubs*, incluindo actividades produtivas de suporte, aos instrumentos de política e à implementação organizacional dos processos de revitalização urbana, tendo em conta a natureza dos espaços urbanos de referência e a perifericidade geográfica e económica das cidades / países alvo.

4.2. Actividades Inovadoras Susceptíveis de Integrar Processos de Revitalização Urbana

4.2.1. Uma nova dinâmica da economia que favorece a “reinvenção” do espaço urbano

A alteração do paradigma de produção de riqueza nas economias desenvolvidas, com a preponderância nas cadeias de valor de fases com maior recurso ao conhecimento e à criatividade, potencia o regresso às cidades de actividades económicas que, em estágios de desenvolvimento industrial precedentes, tinham sido confinadas a zonas periféricas configurando uma estruturação do espaço urbano funcionalmente segmentada.

Na fase actual do processo de globalização e de avanço científico e tecnológico (genericamente caracterizada por uma elevada segmentação das cadeias de valor), o potencial de valorização das cidades, enquanto activos para a competitividade, entrou num novo patamar. As alterações tecnológicas estão a provocar, num número crescente de actividades, uma mudança de paradigma na percepção dos ambientes de indústria e de produção como sendo cada vez menos dissociáveis dos ambientes de estudo, residenciais e de lazer. As actividades intensivas em conhecimento constituem o núcleo central dos projectos de revitalização urbana competitiva. Alguns autores³⁴ chamam a

³⁴ Jones et al, 2006a.

atenção para o facto de esta tipologia extravasar as actividades de ciência e tecnologia, abrangendo sectores como a educação, a saúde, as actividades financeiras, a informática e as indústrias criativas.

De entre as actividades económicas susceptíveis de estarem na base dos processos de revitalização urbana, salientam-se as indústrias culturais e as criativas, não só pelo seu papel na geração de valor, mas também pelo papel que têm na criação de novas imagens para as cidades, tornando-as mais atractivas ao investimento e aos recursos humanos dotados de maior mobilidade, isto é, os mais qualificados³⁵. Por outro lado, estas actividades potenciam o turismo, quer interno quer externo, o que amplia os seus impactos económicos. Por seu turno, os próprios fluxos turísticos contribuem para um ambiente mais atractivo que favorece a revitalização, criando-se um “ciclo virtuoso”.

Todavia, para o estabelecimento daquele “ciclo virtuoso” as motivações para aquele turismo são mais diversificadas e também mais “especializadas”, associando-se a novos conceitos de entretenimento, em grande parte ligados à vivência de situações singulares e genuínas. Ora, a resposta a este tipo de motivações requer que a oferta, materializada em produtos ou serviços, combine características tangíveis do local com a respectiva identidade histórica, sendo este um dos campos que se abre às indústrias culturais.

Por outro lado, assiste-se a uma crescente incorporação de inovações tecnológicas nas actividades do entretenimento, tornando-as uma das áreas de maior aplicação de “produtos” interactivos. Muitas das indústrias do entretenimento passaram, assim, a enquadrar-se nas actividades intensivas em conhecimento, de elevado conteúdo tecnológico, mas reunindo simultaneamente características indispensáveis a um ambiente vibrante e estimulante.

A natureza das actividades que se pretende que integram o *iHub* – actividades inseridas na economia do conhecimento e potencialmente geradoras de produtos e serviços transaccionáveis – torna pertinente e necessário que estabelecimentos de ensino superior estejam envolvidas no projecto desde a sua fase de concepção. O funcionamento, na área de intervenção, de escolas superiores, centros de I&D ou de transferência de tecnologia, associados ao foco temático do projecto, propicia melhores condições de articulação com o sector empresarial, favorecendo um melhor conhecimento das respectivas necessidades em termos de competências e, simultaneamente, gera uma procura adicional de serviços por parte de estudantes e profissionais. A instalação destes serviços, por seu turno, influencia a configuração ou reconfiguração do lugar, adensando a respectiva utilização e vivências. Tendo em conta os benefícios mútuos do estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e as entidades locais, torna-se necessário acautelar níveis de articulação entre os decisores políticos ao nível local e os decisores políticos do sistema de ensino a nível nacional³⁶.

³⁵ Ferreira, 2003

³⁶ Hutton (2007)

As actividades que se podem inserir no conceito de *iHub* não se circunscrevem às dos sectores sobre que incide grande parte da literatura sobre empresas inovadoras, os sectores da ciência e tecnologia, como a biociência, as TIC e as indústrias avançadas. Como é destacado, designadamente, por Athey, Nathan e Webber (2007), os processos de inovação que se desenvolvem noutras actividades, como as dos serviços, são muito importantes para as cidades, exemplificando esta situação através da indústria da moda (no *Garment District* em Nova Iorque), em que se cruza uma oferta especializada com uma procura sofisticada e que beneficia e interage em termos de fluxos de ideias com os sectores das artes e dos média.

Caixa 4.1. Globalização e Novas Oportunidades de Atracção de Actividades

A globalização criou condições para que novas oportunidades de crescimento surgissem para as cidades, nomeadamente para as que podem aspirar a atrair e reter actividades orientadas para os mercados globais.

Clarck (2006a) lista um conjunto dessas oportunidades, quer em termos de actividades, quer de tipos de instituições, quer ainda de pessoas, que as cidades podem procurar atrair e reter. Retivemos as seguintes:

- Negócios incluídos no que se pode designar por Economia do Conhecimento - em que novas gerações de TIC´s tornam as empresas mais móveis e mais exigentes na procura de talentos;
- Universidades, business schools, centros de liderança, laboratórios e centros de competência, instituições culturais e artísticas;
- Empreendedores e inovadores, estudantes estrangeiros, trabalhadores imigrantes e trabalhadores móveis;
- Visitantes atraídos por uma oferta turística diversificada.

Clark chama ainda a atenção para a existência de interdependências entre estes “mercados”, dando como exemplos os seguintes:

- Os investimentos directos de dimensão significativa em actividades da “Economia do Conhecimento” raramente acontecem em localizações em que não existam universidades com forte presença de estudantes estrangeiros, que podem por sua vez atrair talentos e qualificações necessárias a essas mesmas actividades;
- A realização de eventos desportivos de primeiro plano a nível mundial não ocorre em cidades em que não estejam presentes empresas globais disponíveis para patrocinar as candidaturas à realização desses eventos e apoiar a concretização dos mesmos;
- O turismo urbano é muito incentivado por cidades que acolham eventos significativos ou disponham de instalações culturais de elevada qualidade;
- Os estudantes internacionalmente móveis querem estudar em locais que lhes ofereçam acesso a empresas globais ou a instalações culturais de qualidade; e,
- A instalação de campus internacionais de universidades ou de business schools dar-se-á em cidades em que seja possível captar, no curto e no longo prazo, uma massa de estudantes suficientemente ampla e em que esses locais possam estar fortemente associados à respectiva *performance* turística.

4.2.2. O *Innovation Hub* como Pólo de Atracção de Actividades

Como já se referiu, os projectos de *Innovation Hub* pretendem ser operações de revitalização urbana através da transformação do uso de um dado espaço em favor de actividades mais intensivas em conhecimento e/ou criatividade, contribuindo para a imagem global da cidade. A modificação do uso do espaço pressupõe:

- ◆ A localização nesse espaço de instituições que sejam reconhecidas como formadoras de talentos e geradoras de inovação - sejam elas escolas, centros de I&D, locais para a realização de espectáculos, galerias ou museus com oferta renovada de realizações;
- ◆ A escolha desse espaço por talentos ou seja, por pessoas que se destacam pela sua criatividade e inovação, tanto quanto mais variadas forem as suas origens culturais, competências e abordagens;
- ◆ A associação desse espaço à realização periódica de eventos que marquem uma "vocação específica" para esse espaço, distinta dos outros; e,
- ◆ A preferência pela frequência desse espaço por quem está interessado em beneficiar do património, da diversidade de eventos, do contacto com os talentos e das actividades que nele têm lugar.

Um *Innovation Hub* não pode ser concebido nem como um gueto onde se "refugiariam" actividades sem influência na vida do conjunto da cidade, nem como um microcosmo que integraria o conjunto de funções que existem na cidade, desde a residência, ao comércio e a diversas outras actividades. Deve ser concebido como um factor de enriquecimento da cidade em que se integra, realizando-se nele as funções que forem mais relevantes para gerar diferença e induzir mudança no espaço urbano em que se insere.

A Figura 4.3 procura ilustrar um conjunto de actividades que poderão constituir focos de atracção de instituições, talentos e visitantes, sendo que cada uma dessas actividades está mais vocacionada para um destes focos, **mas todas devem reforçar a capacidade de atracção das restantes**. Nela destacam-se:

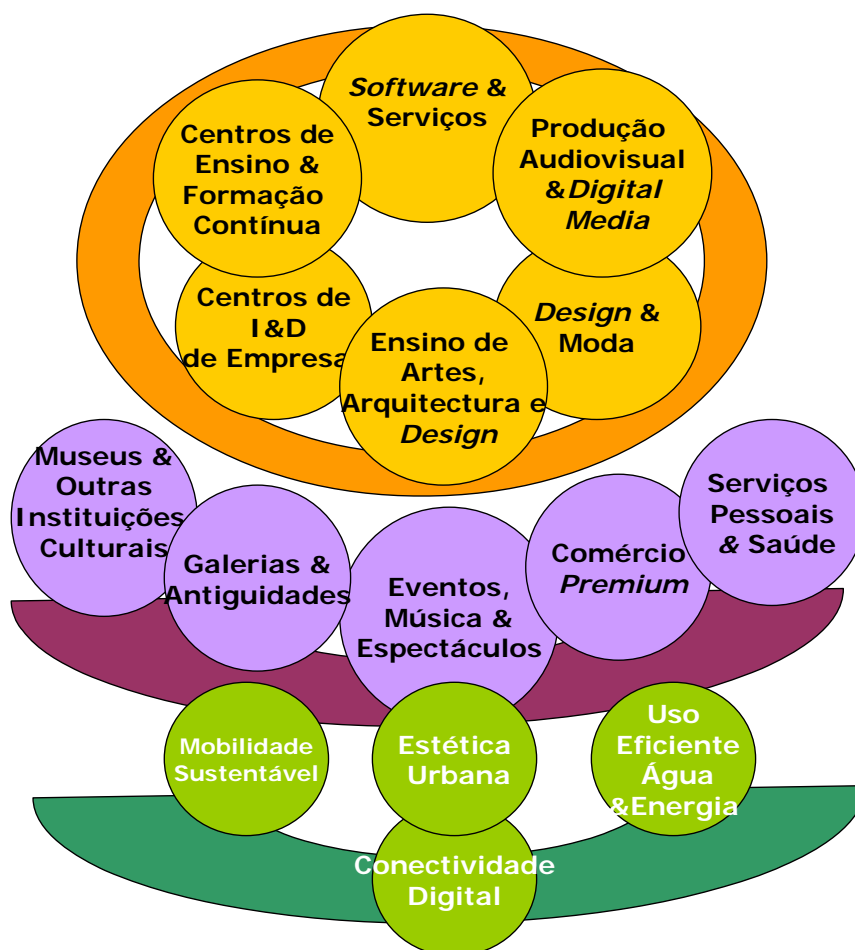
- ◆ As actividades associadas directamente à produção e utilização do conhecimento e criatividade; e,
- ◆ As actividades associadas à cultura, às artes e ao espectáculo.

Para além destas componentes parecem fundamentais para a atractividade dos *Innovation Hubs* os seguintes factores infra-estruturais:

- ◆ A **inovação na estética urbana** é decisiva para atribuir uma identidade ao *Innovation Hub* e permitir que se insira de forma criativa na cidade, atraindo residentes e visitantes;

- ◆ A **conectividade digital** significa que o *Innovation Hub* tem que estar dotado das melhores condições em termos de serviços digitais acessíveis aos seus utilizadores;
- ◆ A **mobilidade sustentável** exige soluções inovadoras de mobilidade sem poluição e com elevada flexibilidade, que são atributos cada vez mais importantes para a atractividade urbana; e,
- ◆ O **uso eficiente da água e da energia** que se pode obter através de soluções avançadas em termos do tratamento e reutilização de efluentes, da climatização, da iluminação, da qualidade da construção dos edifícios, etc..

Figura 4.3. Exemplos de Actividades e Infra-estruturas que podem contribuir para Atractividade dos *Innovation hubs*



As actividades a considerar, a título ilustrativo, em cada caso não-de depender das características específicas da economia e sociedade da respectiva cidade e país, e da avaliação crítica das suas experiências passadas. Uma maior aposta em actividades de maior pendor científico e tecnológico exige massas críticas em termos de universidades e laboratórios e respectivas articulações empresariais porventura mais difíceis de obter em

países de condição económica e tecnológica mais periférica. Uma maior aposta em actividades culturais e artísticas, explorando factores de diferença que a história e / ou o enquadramento geográfico de cada cidade / país podem oferecer, estará porventura mais ao alcance desses países, não impedindo o aproveitamento de nichos na área da ciência e tecnologia, em especial quando é possível estabelecer sinergias com o primeiro tipo de actividades.

4.3. Concretizando o Conceito de *Innovation Hub* em Três Tipos de Territórios de Intervenção

Os *Innovation Hubs* terão naturalmente diferentes configurações conforme os espaços em que irão ser implantados. Tendo em conta algumas das especificidades das zonas necessitadas de revitalização, consideram-se como **áreas prioritárias para concretização do conceito de *Innovation Hub*** as seguintes:

- ◆ Centros históricos;
- ◆ Antigas zonas industriais e/ou logísticas; e,
- ◆ Zonas ribeirinhas, nomeadamente antigas zonas portuárias.

Salienta-se que se trata de áreas-tipo para revitalização, que se distinguem entre si pelas funções anteriormente exercidas e pelas densidades e tipos de ocupações actuais do espaço, mas que não esgotam todas as possibilidades de espaços susceptíveis de albergar *iHubs*. Particularmente nas cidades de menor dimensão e nos casos em que as exigências de espaço do *iHub* são menores, o recurso a espaços livres dispersos (*infills*) pode constituir uma solução, ainda que salvaguardando proximidades mínimas entre actividades, que facilitem a interacção. De qualquer modo, nos quadros seguintes procurou-se exemplificar diferentes vocações para os ***Innovation Hubs*** em cada um daqueles três tipos de espaços.

Quadro 4.1. Espaços de Intervenção, Factores Distintivos, Actividades e Concepção das Operações de Revitalização Urbana Inovadora

ÂMBITO TERRITORIAL	FACTORES DISTINTIVOS A DETERMINAR AS ESCOLHAS	ACTIVIDADES A PRIVILEGIAR	CONCEPÇÃO DAS INTERVENÇÕES URBANAS
CENTROS HISTÓRICOS	<p>Existência de património histórico, cultural e monumental com relevância europeia ou mundial.</p> <p>Possibilidade de utilizar o património para criar ou reforçar conexões com cidades europeias ou de outros continentes.</p>	<p>Novos espaços museológicos e / ou animação de museus actuais, desde que intensivos na utilização de tecnologias digitais e de presença no ciberespaço.</p> <p>Espaços de espectáculo, desde que associados à presença de companhias residentes ou associadas (no caso de serem estrangeiras), nas modalidades de instalação ou co-produção.</p> <p>Renovação de instituições de ensino das artes.</p> <p>Instalação de espaços de produção audiovisual e multimédia.</p> <p>Instalação de empresas de moda, arquitectura, restauro, <i>design</i> e interiores.</p>	<p>Recuperação integrada de espaços suficientemente extensos para conceber urbanizações integradas e multifuncionais, na base da unificação prévia de propriedade e no quadro de parcerias público privadas que ofereçam aos actuais proprietários vantagens na venda não coerciva.</p> <p>Urbanização que, além de reservar espaços em condições muito competitivas para a instalação das actividades referidas, integre uma forte componente de hotelaria e serviços de restauração; espaços para comércio ligado à cultura e à arte; e habitação, nomeadamente <i>premium</i>.</p>
ZONAS INDUSTRIAIS ABANDONADAS	<p>Existência de espaços vastos que anteriormente tiveram vocação industrial e foram abandonados e estejam sob propriedade unificada.</p> <p>Localização numa área urbana suficientemente extensa para a criação de "variedade" com elevada qualidade arquitectónica.</p> <p>Proximidade de uma instituição de ensino superior com forte expressão em áreas tecnológicas.</p>	<p>Actividades que contrastem com a antiga imagem industrial, privilegiando a imagem que se pretende para a cidade.</p> <p>Instituições de ensino superior.</p> <p>Centros de I&D ou de Centros de Competência de empresas multinacionais ou nacionais.</p> <p>Pólos de <i>Software</i> e serviços informáticos.</p> <p>Empresas de serviços partilhados para os mercados europeus.</p> <p>Centros de formação europeia de empresas multinacionais.</p>	<p>Intervenção prévia de descontaminação de solos e segurança ambiental assegurada por fundos públicos.</p> <p>Concretização de soluções de energia, gestão de água e mobilidade que assegurem padrões exigentes de sustentabilidade.</p> <p>Transformação das construções industriais que mais contrastem com a imagem que se pretende para a cidade, reconvertendo-as esteticamente e para funções que articulem o espaço intervencionado com o exterior.</p> <p>Urbanização que, para além de reservar espaços em condições muito competitivas para a instalação das actividades referidas, permita a permanência temporária de não residentes.</p>

ÂMBITO TERRITORIAL	FACTORES DISTINTIVOS A DETERMINAR ESCOLHAS	ACTIVIDADES A PRIVILEGIAR	CONCEPÇÃO DAS INTERVENÇÕES URBANAS
ZONAS RIBEIRINHAS	Excepcional paisagística em grandes extensões	<p>beleza em grandes</p> <p>Actividades de I&D focalizadas num campo específico do conhecimento e competências associadas.</p> <p>Infra-estruturas de diversão de âmbito metropolitano, com forte recurso a soluções inovadoras de “virtualidade”.</p> <p>Actividades de lazer, incluindo centros de prática e formação desportiva, em domínios valorizados pela proximidade de água.</p>	<p>Preocupação de localizar funções e exigir soluções arquitectónicas que melhor “resistam” às consequências previsíveis das alterações climáticas, nomeadamente a subida do nível das águas e, nalguns casos, reflectam as condições de terreno (por ex., falhas tectónicas e susceptibilidade a terremotos e <i>tsunamis</i>).</p> <p>Soluções nas áreas da energia, gestão de água e resíduos que assegurem padrões muito elevados de sustentabilidade.</p>

Alguns dos factores a privilegiar são comuns, quer ao centro histórico, quer às zonas industriais e às ribeirinhas, nomeadamente a inovação na estética urbana – arquitectura, restauro e *design*, embora nestes casos possa haver diferentes graduações na preservação patrimonial, dependendo das circunstâncias específicas, podendo ir desde a preservação de alguns edifícios, ou parte de edifícios, com grande valia arquitectónica e / ou histórica, à preservação de conjuntos mais amplos de edificado incluindo edifícios e espaço público portadores de singularidade. Um espaço público com soluções inovadoras transporta para estas zonas elementos fundamentais de criatividade que favorecem a sua fruição, atraindo habitantes, visitantes e investidores.

Para além de soluções que abrangem a infra-estruturação global, é importante actuar selectivamente em áreas que dinamizem os valores sociais que estimulam relações entre indivíduos e permitem o desenvolvimento de ideias. Deste ponto de vista, a existência de actividades culturais regulares, em locais dedicados, permitirá uma sucessão de acontecimentos susceptíveis de criar públicos que partilham essas experiências. O contacto com criadores nacionais e estrangeiros – que pode ser encorajado através de acções comuns, assume aqui um papel de particular relevo quando, em simultâneo, se desenvolvam acções complementares ou actividades paralelas. Essas acções e actividades permitem a dinamização de públicos (alguns deles mais jovens), ao exhibir formas de apresentação contemporâneas (por exemplo em que a tecnologia tenha um papel determinante, o que exige tipos de equipamento que as salas de espectáculo tradicionais normalmente não possuem) e ao colocar à discussão temas do maior interesse para a compreensão dos espaços urbanos.

O cruzamento das disciplinas artísticas com outras áreas do saber (por exemplo, a saúde e o ambiente), poderá produzir novos conhecimentos. De realçar as actividades que têm a ver com a produção de conteúdos digitais para espaços museológicos, nomeadamente na sua componente mais lúdica, e aquelas que privilegiam a recuperação de antigo património industrial, onde a mistura tradição / novidade é extremamente produtiva.

4.4. Instrumentos para a Concretização dos *Innovation Hubs* como Pólos de Atracção de Actividades e de Revitalização Urbana

Como se referiu na Introdução, com este relatório apresentam-se orientações de política para uma estratégia de revitalização urbana visando a competitividade e atractividade em bases inovadoras, a coesão social e a sustentabilidade ambiental urbanas, através da implementação de *Innovation Hubs (iHubs)*. Tal estratégia de revitalização urbana deve articular-se numa estratégia para a cidade-região, na medida em que o *iHub* não só não deve funcionar como um enclave elitista no seio da cidade, como precisa do resto da cidade-região para conseguir reunir as massas críticas de recursos necessários para o seu próprio desenvolvimento. O *iHub* pode, no entanto, constituir uma demonstração da construção de cidade nas novas condições do século XXI e uma alavanca de dinamização do conjunto da cidade-região, irradiando inovação para o conjunto do tecido urbano e regional.

Não se trata aqui, todavia, de apresentar instrumentos genéricos de política urbana visando os objectivos de desenvolvimento da cidade-região, mas sim de apresentar instrumentos mais especificamente orientados para aquele tipo de revitalização, embora a dissociação de instrumentos segundo aqueles dois níveis de actuação possa ser artificial. Contudo, devemos ter presente que a implementação daquele tipo de projecto de revitalização orientado para a economia do conhecimento e da criatividade, deve pressupor a disponibilidade de um conjunto de infra-estruturas, amenidades e outras actividades de suporte (tais como universidades e laboratórios de C&T, aeroporto internacional, conectividades físicas intra-urbanas e inter-regionais e conectividade digital, entre outras a que aludimos nas secções anteriores deste relatório), que se justificam pela cidade-região (ou mesmo pelo país) e não apenas pelo *iHub*.

Os instrumentos de política, tal como as opções relativas a factores distintivos e actividades a implementar, de que tratámos na secção anterior, para além de dependerem da centralidade / perifricidade da cidade e do país, vão depender muito do tipo de espaços de implantação do *iHub*, nomeadamente das densidades actuais de ocupação activa do espaço, pois isso tem grandes implicações em termos de restrições físicas e sociais às mudanças de uso dos solos e à vinda de novos residentes (população e actividades).

Por isso, **o conjunto de medidas e instrumentos que se apresenta no quadro seguinte deve ser lido com a reserva da necessidade da sua adaptação e das**

modalidades da sua combinação, face às situações específicas que se enfrentarem, dentro dos princípios de que em políticas de revitalização urbana e em políticas de inovação económica não há situações e soluções universais e que, para além da exigência de resultados a diferentes níveis temporais, se trata de projectos cuja realização global se processa no longo prazo, pelo que se pressupõe um **encadeamento temporal de instrumentos**. Na construção do quadro optou-se por sistematizar os instrumentos por domínios de intervenção. Naturalmente que há instrumentos que actuam directamente em mais do que um dos domínios apresentados, pelo que se torna inevitável alguma repetição que procuramos, no entanto, suavizar recorrendo a formas de apresentação do instrumento na perspectiva do domínio.

Quadro 4.2. Instrumentos de Política para a Promoção da Revitalização Urbana de Base Produtiva Inovadora (*Innovation Hubs*)

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	INSTRUMENTOS DE POLÍTICA
<p>Edificado e espaço público</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Património: inventário do património e sua catalogação do ponto de vista das opções de manutenção / demolição; afectação de usos e concursos de ideias para a sua reabilitação / renovação; atribuição de benefícios de uso a instituições que pretendam recuperar elementos do património arquitectónico; incentivos ao mecenato para a recuperação patrimonial. • Estética e arte urbanas: programas de disseminação das artes no espaço público com grande protagonismo de instituições de ensino de arte que se localizem no espaço de intervenção ou noutras partes da cidade. • Espaços de usufruto / animação públicos: lançamento de espaços públicos cobertos e de ar livre, multifuncionais, para simples lazer e para a realização de eventos de animação artística, cultural, científica e tecnológica, destinados aos locais e aos visitantes, que possam funcionar como meios de incentivo ao encontro de pessoas e de culturas. • Espaços imobiliários para actividades produtivas de base: condições especiais, definidas casuisticamente, na atribuição de licenças de construção ou de adaptação de edifícios destinados a acolher as actividades que constituam alavancas da base económica do <i>iHub</i> e da cidade. • Habitação: políticas de promoção da habitação que, nomeadamente através dos mecanismos de licenciamento, combinem a construção de habitação de grande qualidade, com a fixação de quotas para a implementação, na zona de revitalização e / ou noutras localizações de grande proximidade, de outros tipos de habitação, nomeadamente a habitação a custos controlados para diversos escalões de rendimento das famílias e as residências para estudantes, professores e outros trabalhadores do conhecimento que se fixem no <i>iHub</i> por períodos de tempo limitados. • Reserva e valorização de espaços para usufruto público ou para instalação de instituições dedicadas à produção e transmissão de conhecimento, através do recurso aos espaços de propriedade pública e / ou ao estabelecimento, nos mecanismos de licenciamento, de contrapartidas físicas (transferências de solos) ou financeiras das densidades de ocupação dos espaços a edificar ou transformar, por promotores imobiliários. • Incentivos à implementação de soluções optimizadoras do uso da energia e da água na concepção dos edifícios.
<p>Mobilidade intra-urbana, energia, água e resíduos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Planos e infra-estruturas de mobilidade que, de acordo com as especificidades de cada cidade e espaço a revitalizar, procurem maximizar o recurso a meios de deslocação eficientes e amigos do ambiente. • Soluções urbanas para outros tipos de poupança energética, tratamento e reutilização da água e recolha e tratamento de resíduos sólidos.
<p>Base do conhecimento e da criatividade</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Universidades: incentivos à fixação local de departamentos de instituições de ensino superior e / ou de investigação científica e tecnológica que operem em áreas consideradas como nucleares para o desenvolvimento do <i>iHub</i>, que podem passar pela disponibilização, em condições preferenciais, de espaços imobiliários adequados e de apoios à fixação dos seus quadros e à residência de colaboradores visitantes.

	<ul style="list-style-type: none"> • Outros laboratórios de C&T: incentivos à fixação de laboratórios ligados a empresas através da disponibilização de espaços em condições preferenciais e da atribuição de incentivos fiscais e / ou financeiros. • Instituições de formação artística: incentivos à fixação local de instituições ligadas ao ensino das artes, através da disponibilização, em condições preferenciais, de espaços adequados e de apoios à fixação dos seus quadros e à residência de colaboradores visitantes. • Atração de talentos na área da criatividade artística, para fixação de longo ou de médio prazo, nomeadamente através da disponibilização de espaços adequados e incentivos fiscais, visando o desenvolvimento de actividades de produção e de formação artísticas ajudando ao lançamento, de iniciativa endógena, de actividades desse tipo. • Espaços de divulgação cultural, científica e tecnológica, nomeadamente os relacionados com elementos distintivos da cidade, sejam de natureza histórica, sejam relacionados com as suas actividades actuais e / ou as que se projectam para o futuro, constituindo-se como elementos de estímulo à criatividade e à criação de uma consciência colectiva de pertença à cidade.
<p>Base económica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos fiscais, financeiros e fundiários (por ex., índices de construção mais elevados) à fixação de actividades intensivas em conhecimento, que sirvam como âncoras criadoras de marca para a cidade e impulsionadoras da localização de outras actividades. • Estratégia de captação selectiva por negociação de investimentos empresariais âncora. • Fundos de capital de risco: negociação com entidades bancárias para o envolvimento na implementação de investimentos de maior conteúdo inovador mas com maior risco associado. • Incubadoras e outros instrumentos do tipo, orientados para o apoio a <i>start-ups</i> e outras pequenas e médias empresas de base tecnológica ou criativa, artística e cultural. • Empresas de suporte local: incentivos e apoios técnicos e logísticos à constituição de empresas de comércio <i>premium</i> e prestadoras de serviços locais, geradoras de emprego, que visam servir procuras de residentes e de não residentes.
<p>Conectividade digital</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Banda larga e wireless: disponibilização de serviços de telecomunicações que permitam os acessos <i>on line</i> nas condições mais actualizadas de velocidade e segurança. • Serviços on line: portal com serviços orientados para a gestão participada, nomeadamente a captação de ideias dos cidadãos para a cidade, e para a interacção social, bem como com <i>links</i> seleccionados para facilitar a inserção e o estabelecimento de redes sociais e de conhecimento em áreas temáticas do interesse específico do <i>iHub</i>.
<p>Distinção e marketing urbano</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de eventos, preferentemente auto-financiáveis, que mobilizem residentes e não residentes, e captem as atenções para os factores distintivos que a cidade pode oferecer. • Programas de <i>marketing</i> do projecto de revitalização e da sua inserção na cidade-região, que visem a projecção externa de uma imagem de marca da cidade (branding), que mostre as suas potencialidades e os factores que ditam a sua atractividade.
<p>Capital social</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais: para além da infra-estrutura digital, incentivos à participação local em redes de negócios, nomeadamente através de acções de divulgação das redes existentes e de demonstração dos benefícios da actuação empresarial em rede.

	<ul style="list-style-type: none"> • Redes de conhecimento: aproveitamento da infra-estrutura digital para o estabelecimento de acessos a, ou a promoção de, bases de dados relativos a actores (nomeadamente no que se refere a competências), actividades, cidades e experiências de inovação na revitalização urbana e nas actividades que incorporam <i>iHubs</i>. • Espaços de debate e reflexão (promoção de seminários, <i>workshops</i>, clubes de debates, etc.) sobre políticas de revitalização. • Divulgação de boas práticas: desenvolvimento de programas estruturados de identificação e divulgação de boas práticas de revitalização urbana que contribuam para a integração em redes.
<p>Capital humano</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação académica e profissional: implementação de medidas que visem a atracção de estratos populacionais com elevados níveis de qualificação, correspondendo às necessidades de dinamização das bases do conhecimento e económica, e contribuindo para o <i>up-grading</i> do capital humano da cidade-região reforçando a sua imagem de cidade do conhecimento. • Empreendedorismo: negociação com entidades do sistema de formação de programas de formação empresarial destinados ao apoio ao lançamento de pequenas e médias empresas de base local. • Empregabilidade: lançamento de acções de formação profissional em áreas de interesse para as actividades do <i>iHub</i> e de acções de formação visando ajudar a população no acesso às novas tecnologias e aos novos suportes de prestação de serviços (inclusão na sociedade da informação). • Competências profissionais em urbanismo: promover acções de formação e de demonstração em domínios profissionais relacionados com essa temática, nomeadamente a formação de mediadores e gestores de programas de desenvolvimento urbano.
<p>Organização e liderança</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão dos programas de revitalização: Promover a criação de instituições juridicamente independentes (do tipo agência ou similares), dotadas de meios jurídicos, humanos e financeiros, capazes de responder ao elevado nível de exigência técnica e política requerida por operações de revitalização urbana do tipo <i>iHub</i>. • Colaboração: Criar condições, nomeadamente jurídicas e institucionais, que estimulem os procedimentos colaborativos como regra de intervenção no espaço da cidade, nomeadamente facilitando o estabelecimento de formas flexíveis de parceria envolvendo actores públicos e privados, locais e extra-locais. • Funções de mediação: Criar condições institucionais que estimulem e garantam o exercício da mediação na mobilização de actores e no estabelecimento de formas de concertação e de parceria.

Para **financiamento das intervenções públicas**, pode-se preconizar três tipos de elementos fundamentais:

- ◆ **Fundos dedicados à revitalização urbana:** constituídos por entidades bancárias, autarquias, empresas imobiliárias, entidades públicas e outras empresas privadas ou públicas, com composição mista de activos, nomeadamente activos imobiliários passíveis de reabilitação e participações sociais no capital de empresas ou outras entidades, destinado a apoiar as intervenções de natureza física, bem como os sistemas de apoio à localização de instituições de ensino, de I&D e culturais, e empresas;

- ◆ **Fundos comunitários e créditos BEI:** dentro dos limites impostos pelas regras de elegibilidade, para o cofinanciamento de infra-estruturas urbanas (da mobilidade e gerais incluindo as da sustentabilidade no uso de recursos), de arranjos no espaço público urbano, e dos incentivos à localização no espaço do *iHub*; e,
- ◆ **Incentivos aos municípios** para, de forma sistemática e sustentada, investirem em iniciativas experimentais no domínio da criatividade urbana.

4.5. Princípios Orientadores da Elaboração e Implementação de Projectos de Revitalização Urbana

Nesta secção aborda-se um conjunto de linhas gerais de orientação que devem ser acolhidas nos processos de concepção e implementação de projectos de revitalização urbana, tendo em conta que a natureza transversal destas iniciativas torna os aspectos organizacionais e de participação cruciais para a prossecução dos respectivos objectivos. Estrutura-se a apresentação das referidas linhas de orientação em cinco pontos, sendo os dois primeiros de ordem mais geral (uma abordagem na perspectiva da governança e princípios gerais sobre as estruturas organizacionais e de participação), e os três últimos de maior nível de concretização de alguns dos princípios gerais (o mandato da entidade responsável; modelos de parceria e de participação e aspectos a reter no processo de planeamento).

a) Uma abordagem na perspectiva da Governança

As formas de governança e o respectivo grau de eficiência são considerados factores críticos para a prossecução dos objectivos das políticas públicas. Ao conceito de governança estão subjacentes processos fluidos, consultivos e participativos envolvendo organizações da sociedade civil, interesses das corporações e instituições públicas, sendo que o princípio de base para que remete é o da concertação³⁷. O conceito de governança associa-se, portanto, aos conceitos de planeamento, em termos de processo, participado e colaborativo.

Subjacente a esta abordagem está o princípio de que a diversidade de perspectivas é enriquecedora para os fins do projecto e que pode funcionar como força motriz em todo o processo ou pelo menos em partes significativas do mesmo. Enquadrar enfoques diferenciados assume ainda maior importância, quando estão em causa iniciativas que incidem sobre um território e que pela sua natureza são transversais.

O envolvimento de níveis intermédios e locais de governo na definição de estratégias e programas de política urbana vem assumindo uma importância crescente, não só numa perspectiva de legitimidade como também de eficácia. Por seu turno, o estabelecimento

³⁷ Friedmann, 2007.

de relações de cooperação ao nível local é considerado mais adequado para a regulação do complexo sistema de contradições com que as sociedades hoje se confrontam na perspectiva dos objectivos do desenvolvimento sustentável. Neste entendimento, conclui-se que as políticas centrais devem orientar-se para promover a criação de sinergias entre potenciais parceiros e incentivar as dinâmicas locais, enquadrando-se numa lógica de actuação em que se dá particular atenção aos processos, se privilegiam os modelos de contratualização *bottom-up* e a cooperação entre parceiros públicos e privados (Jacquier, 2006).

É nesta dupla perspectiva que se têm de entender os princípios que se considera deverem estar subjacentes ao quadro de governança de projectos criativos de revitalização urbana para a competitividade e que seguem em grandes linhas os que são hoje identificados para um desenvolvimento urbano sustentável³⁸. Conforme refere Jacquier (2006, pág. 388), o aspecto essencial a ter em conta “consiste na interacção entre o lugar e o projecto, o lugar sugerindo novas combinações potenciais dos recursos disponíveis, enquanto o projecto procura um lugar para a sua implementação”.

b) Princípios gerais sobre as estruturas organizacionais e de participação

Figura 4.4. Princípios Organizacionais e de Participação



Não há modelos universais de governança. Embora devam obedecer a um conjunto de princípios comuns que as melhores práticas aconselham, as soluções específicas carecem sempre de ser desenhadas caso-a-caso, atendendo às características da realidade em causa, designadamente, o nível económico e social, o quadro financeiro

³⁸ Veja-se a sistematização apresentada por Jacquier (2006).

nacional e local, o tecido institucional e associativo e as modalidades de relacionamento e de cooperação entre os actores. Os modelos de governança e as formas de organização da sociedade civil assumem características diferenciadas em função, quer da escala urbana a que respeitam, quer da cultura específica do lugar ou da cidade. Todavia, os processos a adoptar são também função do “produto”, da solução, que se pretende implementar e dos objectivos a alcançar e, como tal, assumem necessariamente contornos diferenciados.

A comunicação interna e externa é um factor crítico. Os modelos de governança a implementar devem ser desenhados no sentido do prosseguimento final dos objectivos mas, para garantirem a sustentabilidade dos próprios projectos, têm necessariamente que contemplar canais de comunicação e estruturas de participação alargadas.

A comunicação interna, entendida no sentido do local, é essencial pois é na escala intra-urbana – caracterizada, como foi já referido³⁹, por ser um espaço de proximidade em que as deslocações a pé são possíveis e por ter como funções principais o residencial e os serviços de apoio complementares – que estão mais presentes as organizações independentes da sociedade civil, em que ocorre a criação de comunidades de base local e em que existe o sentido do lugar. É, também, nestes espaços que a heterogeneidade dá lugar a visões diferentes sobre o futuro e em relação às acções a empreender.

A comunicação externa é necessária pois o projecto de revitalização exige a intervenção de políticas sectoriais e / ou de investidores e financiadores externos à cidade, pelo que precisa de ser mobilizador dos actores que detêm os instrumentos e os meios adequados à sua implementação.

A responsabilidade do projecto deve competir a uma **entidade autónoma**, com um mandato preestabelecido, mas sujeito a acompanhamento pela autoridade municipal. Não é suficiente a partilha de uma visão comum para a área a revitalizar, é necessária a criação de uma entidade que assuma a liderança e coordenação do projecto, devendo para tal dispor dos instrumentos jurídicos e financeiros adequados. Tratando-se de projectos que, incidindo num território específico, têm uma natureza transversal, exigindo o envolvimento de um grande número de departamentos sectoriais da Administração, da economia, à cultura, passando pelos transportes, a função de coordenação é decisiva para a concretização do projecto.

A implementação destas intervenções exige **competências** de gestão animação, comunicação, mediação e negociação. A dinamização do projecto envolve a identificação e mobilização dos actores certos para concretizarem ideias e funções definidas ao nível da concepção.

No quadro orçamental, tendencialmente restritivo, com que o funcionamento das economias se confronta, a **sustentabilidade financeira** é uma condição necessária.

³⁹ Friedmann, 2007.

Está, normalmente, em causa a capacidade de gerar mais-valias que, conjuntamente com a mobilização de alguns apoios públicos, designadamente, no domínio da infra-estruturação ou da promoção de *start-ups*, contribuam para a criação de condições de atractividade de novas actividades que gerem receita para a cidade. Tendencialmente, é nas fases iniciais do projecto que o financiamento público é mais importante. Ao financiamento público poderá associar-se o patrocínio de empresas relevantes e relacionadas com o espaço a revitalizar ou com o(s) *cluster(s)* que se pretende promover naquele território. Nas fases subseqüentes tender-se-á para a auto-suficiência.

c) O mandato da entidade responsável pelo projecto

A natureza da entidade responsável pelo projecto e a amplitude das suas funções dependerão muito da dimensão da cidade e do projecto de revitalização, bem como dos graus de participação civil. Nas cidades com dimensão apreciável, à entidade responsável pelo desenvolvimento do projecto compete, como objectivo último, criar um espaço que corresponda física e funcionalmente aos objectivos traçados. Naquele sentido o conjunto de competências que pode reunir pode ser bastante vasto, exactamente no sentido de prosseguir níveis elevados de interacção entre os parceiros. De entre as competências que podem ser atribuídas à entidade responsável pelo projecto, destacam-se:

- ◆ Preparar estratégias e programas para as diferentes componentes do projecto;
- ◆ Formular estratégias para promover a localização de empresas;
- ◆ Promover mecanismos de colaboração entre as diferentes entidades localizadas na área, bem como acções de divulgação conjuntas;
- ◆ Promover o acesso, em condições mais favoráveis, aos serviços disponibilizados por parte de empresas não localizadas na área de intervenção;
- ◆ Desenvolver estratégias para a educação em novas áreas, quer no que se refere à articulação entre diferentes níveis de ensino, quer no que se refere à articulação com instituições de ensino superior no sentido de uma maior aproximação entre oferta e procura de competências; e,
- ◆ Desenvolver as infra-estruturas tecnológicas necessárias.

O mandato da entidade responsável não se deverá esgotar com a conclusão física do projecto, mas sim assumir novas configurações que contemplem funções de acompanhamento e avaliação e, também, de prestação de serviços às entidades instaladas na zona de intervenção. A gama de serviços a oferecer pode circunscrever-se aos mais operacionais – como a gestão do estacionamento ou dos arranjos do espaço público – ou traduzir uma intervenção deliberadamente mais pró-activa, estendendo os serviços prestados aos serviços de *marketing* e de promoção externa, por exemplo.

d) Modelos de parceria e de participação

No que se refere aos actores envolvidos no projecto importa distinguir os respectivos papéis, identificando-se três grandes grupos: os que integram a direcção do projecto ou que participam na parceria, os agentes económicos que mais directamente vão participar na implementação do projecto e a sociedade civil.

A intervenção da parceria pode revestir diferentes configurações:

- ◆ Pode ser contemplada através do estabelecimento de uma estrutura não executiva (do tipo “conselho superior”), com intervenção em todas as fases relevantes do processo de concepção, implementação e desenvolvimento do projecto; ou,
- ◆ Noutros modelos, os próprios órgãos de gestão envolvem diferentes parceiros, tais como, a Administração Central – em particular os departamentos sectoriais relevantes, como sejam a educação/ciência, a cultura e a economia – o município, as instituições de ensino e I&D, que assim se tornam parte activa no processo corrente de decisão.

Quando a parceria não está directamente representada nos órgãos de gestão, a estrutura não executiva integra necessariamente os intervenientes-chave no projecto. Numa tipologia de projecto próxima das boas práticas para a revitalização competitiva, estão nestas condições o município, a agência nacional para a atracção do IDE, a agência responsável pela gestão dos incentivos às empresas, o(s) estabelecimento(s) de ensino superior ou centros de investigação com maior grau de articulação com o foco do projecto, e representantes do sector empresarial (empresa(s) mais empenhada(s) no projecto e envolvida(s) no patrocínio; representantes de outras empresas locais). Podem, igualmente, integrar a parceria operadores culturais relevantes na zona de intervenção, uma vez que deles depende uma das funções – o lazer – que se pretende esteja presente no espaço a revitalizar. Nas situações em que o foco temático está mais associado a áreas culturais, a preponderância destes operadores na parceria será reforçada.

Numa estrutura não executiva a participação será tanto mais qualificada quanto mais efectiva for a disponibilidade de serviços de consultoria independentes nas áreas de planeamento e arquitectura, que possam contribuir para fundamentar tecnicamente as posições dos diferentes parceiros.

Em termos de interlocução, um papel importante deve ser atribuído à participação dos agentes económicos mais directamente associados ao foco temático do projecto. Por outro lado, o envolvimento dos proprietários fundiários merece necessariamente uma atenção particular, uma vez que do seu grau de adesão ao projecto podem decorrer diferentes alternativas, por exemplo, para a delimitação do território ou para a identificação de novos usos.

No que ao horizonte temporal da parceria respeita, é importante garantir, em termos organizativos, que a mesma não termina com a conclusão do projecto. A parceria deverá subsistir após a concretização física do projecto, sendo relevante que o capital relacional criado se consolide e desenvolva, acompanhando os resultados, proporcionando ajustamentos e novas iniciativas.

No que se refere à participação da sociedade civil, é importante definir os objectivos subjacentes e as categorias de actores a contemplar. É importante que correspondam a diferentes segmentos da sociedade civil, designadamente: os residentes – devendo os que têm competências específicas e conhecimento do contexto local constituir grupos-alvo⁴⁰ – os trabalhadores e outros utilizadores actuais e potenciais da zona a intervir; os agentes económicos em condições de explorar o espaço (designadamente, comerciantes, gestores de serviços ou de equipamentos); e os visitantes interessados nas opções urbanas.

A participação da sociedade civil pode seguir diferentes procedimentos durante a elaboração do projecto desde, acções de concertação directa, através de reuniões públicas, instâncias de concertação específicas sobre determinada problemática ou estruturas permanentes de acompanhamento, à recolha de contributos ou à audição de utilizadores e residentes. Todavia, as diferentes tipologias de actores não têm o mesmo grau de envolvimento em todas as fases do projecto, sendo que alguns grupos de actores participam mais na fase de concepção, enquanto outros estendem a sua participação às fases de organização e de gestão.

Por último, o processo de participação não se pode considerar concluído se não incorporar o *feed-back* das várias diligências de auscultação e concertação junto da população e diferentes actores intervenientes, apresentando os diferentes pontos de vista em cada fase do projecto e em que aspectos o projecto tomou em consideração os pontos de vista expressos.

e) Aspectos a reter no processo de planeamento

Enquanto princípios de enquadramento do processo de planeamento do projecto urbano destacam-se dois elementos de caracterização relevantes:

- ◆ É entendido como processo de produção, no sentido em que integra os mecanismos de formação de valores urbanos (produtos imobiliários e actividades onde a noção do lugar é determinante); e,
- ◆ Tem uma natureza holística, envolvendo uma ampla variedade de actividades relacionadas, exigindo que o planeamento da intervenção seja enquadrado e articulado com outros processos de planeamento, quer sectoriais, quer territoriais de nível superior.

⁴⁰ URBACT.

Condições para o lançamento do projecto

O lançamento do projecto depende sempre das condições objectivas de partida, quer em termos físicos quer em termos dos actores potencialmente interessados. O projecto tenderá a apoiar-se sobre um ou vários elementos de alavancagem (eventos particulares, estratégias de actores económicos-chave, etc.). De entre os elementos de alavancagem, há que privilegiar os que amplificam as condições objectivas ou as revelem e que mobilizam os actores em presença, bem como os que suscitam a constituição ou o surgimento de actores novos. Em situações em que os elementos de alavancagem são frágeis, a abordagem a seguir será no sentido da adopção de medidas que estimulem o surgimento desses factores.

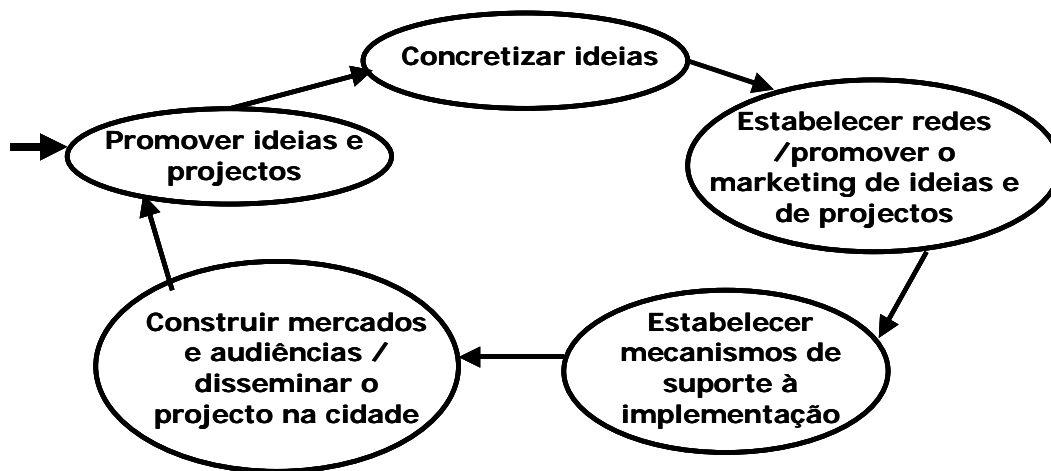
O projecto deve enquadrar-se numa estratégia mais global definida para a cidade ou mesmo para a região. Será da implementação de uma estratégia de conjunto que se pode potenciar um máximo de decisões concordantes e complementares, já que uma estratégia assumida apenas a uma escala territorial intra-urbana poderá confrontar-se com incoerências e redundâncias (geradoras de ineficiências) em relação a opções tomadas em processos de planeamento conduzidos em planos mais abrangentes ou com problemas de insuficiência de escala, potencialmente superáveis através da participação em redes.

O processo de planeamento enquanto instrumento de criatividade

O processo de planeamento deve ser entendido como um instrumento virtuoso, com enorme potencial para ser portador de elementos de criatividade, desenvolvendo-se continuamente, em ciclos sucessivos. Adota-se, aqui, o conceito de Landry (2000) de **“ciclo da criatividade urbana”** que se traduz-se na criação de uma energia que se renova com a conclusão de cada ciclo de planeamento. O “ciclo da criatividade urbana” desenrola-se em cinco etapas:

- 1^a - Promoção de novas ideias e projectos;
- 2^a - Transformação das ideias em realidade;
- 3^a - Estabelecimento de redes, circulação e *marketing* de ideias e de projectos;
- 4^a - Disponibilização de mecanismos de suporte à implementação (espaço a baixo custo, incubadoras e oportunidades de divulgação); e,
- 5^a - Divulgação dos resultados, constituição de mercados e públicos, discutindo-os por forma a gerar novas ideias.

Figura 4.5. O Ciclo da Criatividade Urbana



Para a **promoção de ideias e projectos** podem ser utilizados diferentes instrumentos, de que se destacam os concursos de ideias, acções de formação orientadas para a criatividade, os exercícios de *urban visioning* e ainda estruturas de tipo fórum que permitam o encontro entre pessoas com potencial criativo e os que têm recursos para transformar ideias em realidade.

Numa segunda etapa, **transformação das ideias em realidade**, opera-se um teste às condições objectivas – competências, recursos financeiros e empreendedorismo – para transformar as ideias em produtos ou serviços. Nesta fase podem identificar-se as fragilidades existentes e os instrumentos que devem ser desenvolvidos para as ultrapassar (promoção de competências; mecanismos financeiros que suportem o lançamento de projectos inovadores; prestação de serviços de consultoria).

Na terceira etapa, **estabelecimento de redes, circulação e marketing de ideias e de projectos**, assume particular importância a estratégia de comunicação e *marketing*. Neste âmbito refira-se, a título de exemplo, a criação de espaços que se constituam como que a face pública da iniciativa (para eventos, seminários e exposições) e que contribuam para o encontro e a atracção de criativos na cidade. O desafio desta fase é dar um sentido de missão a um conjunto de organizações, contribuindo para gerar capital social, que beneficiará a cidade no seu conjunto.

Numa quarta etapa, **disponibilização de mecanismos de suporte à implementação**, devem ser equacionadas soluções que garantam a disponibilidade de espaços em condições vantajosas para testar ideias, produtos inovadores e expor ou comercializar produtos.

A quinta etapa de **divulgação dos resultados**, de reflexão e avaliação, pode incluir diferentes acções como, conferências internacionais para avaliar, debater e disseminar os resultados, um *website* para disseminar as melhores práticas e edição de publicações. A

discussão dos resultados é essencial para enraizar o projecto na cidade e criar um potencial de geração de novas ideias que estimulam o início de um novo ciclo.

A concepção do projecto

Conforme foi já referido, deve existir uma articulação entre o projecto de regeneração urbana e a estratégia urbana no seu conjunto, para a cidade, no sentido de uma convergência de interesses. Para Avitabile (2005) o sucesso do projecto depende em grande parte da articulação entre o processo decisional, que se inscreve numa lógica política, envolvendo a gestão dos interfaces com a sociedade civil, e o processo técnico, que se inscreve numa lógica conceptual, bem como da respectiva gestão ao longo da elaboração do projecto.

Em termos gerais, o processo deve iniciar-se preferencialmente com consultas entre os vários stakeholders relevantes, privados e públicos, bem como com representantes da comunidade local. A partir deste processo estão criadas as condições para a definição de um conjunto de princípios a prosseguir com o projecto de revitalização.

A concepção envolve um trabalho de definição dos conceitos-chave do projecto que visam definir o produto e as dinâmicas urbanas esperadas, incluindo o posicionamento no plano económico, a abordagem em termos de usos do espaço e a abordagem identitária, bem como a tradução dos conceitos-chave em objectos imateriais (elementos portadores de identidade) e um trabalho sobre a exequibilidade que visa identificar as lógicas dos actores potencialmente motores do projecto.

Conforme foi já referido anteriormente, do carácter singular e inovador do projecto de revitalização depende em grande medida o seu êxito, sendo nesta perspectiva relevante na fase de concepção identificar a capacidade criativa existente. Trata-se de uma abordagem que se pode aproximar do conceito de “creativity audits” referido por Mulgan (1999), relativo a sistemas de auditoria que visam avaliar o potencial de criatividade – considerando pessoas, equipamentos e arquitectura - e os produtos que entraram no mercado nos últimos cinco anos.

Numa fase inicial o objectivo é o surgimento de ideias de forma livre. A capacidade criativa ocupa aqui um papel central, sendo desejável que as metodologias a adoptar estimulem o surgimento de novas soluções. O desenvolvimento de um trabalho de animação, através de seminários, estimula o imaginário contribuindo para fazer emergir diferentes objectivos para o projecto. Este processo, para além de contribuir para construir uma visão que responda melhor aos desafios iniciais, cria condições para se chegar a um consenso sobre a visão urbana, envolvendo os impulsionadores do projecto e os vários interesses convergentes. Lançam-se, desta forma as bases para a sustentabilidade do projecto, para o que é determinante os apoios que o mesmo reúne junto da sociedade.

Na fase de reflexão pode adoptar-se a simulação ou construção de cenários contrastados, identificando hipóteses diferenciadas de usos dos lugares, tendo como pano de fundo o conhecimento sobre os traços identitários. Este aspecto é tanto mais relevante quanto um dos factores de competitividade dos projectos de revitalização reside na sua singularidade.

Para Avitabile (2005) a identificação de diferentes posicionamentos possíveis em relação aos factores locais e globais, potencia soluções originais e inovadoras face aos modelos culturais veiculados à escala mundial que surgem desligados do território. Previamente à configuração do projecto, os cenários carecem ser testados no que se refere à respectiva exequibilidade nas suas diferentes dimensões:

- ◆ Económica ou comercial, avaliada através da transformação do produto urbano em produtos imobiliários que se vão enquadrar no mercado (neste âmbito é essencial considerar as lógicas dos agentes e a participação de actores reais que contribuam para a concretização dos objectivos definidos);
- ◆ Social, no sentido da aceitabilidade do projecto, considerando a fundamentação em termos de utilizações e, mais genericamente, do interesse colectivo; e,
- ◆ Operacional, no sentido das condições de concretização material (aspectos técnicos, jurídicos, regulamentares, ...).

Atendendo à duração deste tipo de projectos, as condicionantes, designadamente de mercado, podem sofrer alterações que não podem deixar de ser acolhidas no desenvolvimento do projecto, pelo que a introdução de elementos de flexibilidade deve ser considerada, quer ao nível da visão, quer do “desenho”, bem como nas diferentes fases de implementação.

Considerando a natureza dos enfoques presentes na concepção do projecto, compreende-se que o mesmo exija, desde o início, uma articulação de “visões” e competências disciplinares complementares. Trata-se de articular, principalmente, a abordagem:

- ◆ Do posicionamento do produto urbano, que se inscreve numa lógica de comercialização futura dos produtos imobiliários, que envolve, designadamente, economistas urbanos, técnicos de planeamento, especialistas na montagem de operações e consultores em imobiliário;
- ◆ Das funcionalidades, que faz apelo a competências de economistas (tendo em conta que a revitalização urbana visa responder aos desafios da competitividade nos mercados de bens e serviços transaccionáveis), sociólogos, antropólogos urbanos, psicossociólogos e outros profissionais das ciências humanas e sociais; e,
- ◆ Identitária, que envolve a participação de semiólogos, sociólogos, consultores de comunicação, historiadores, artistas, escritores e especialistas de património.

O programa, em termos de formalização do conteúdo, integra duas peças principais:

- ◆ A definição de **objectivos**, que traduz o consenso atingido no que se refere à ambição geral para o projecto e integra a articulação com as estratégias urbanas ou regionais, as dinâmicas esperadas e os conceitos-chave do projecto; e,
- ◆ O **programa previsional**, elaborado a partir dos objectivos e de cenários de evolução, objecto de negociação com os parceiros do projecto para o desenvolvimento do programa operacional, o qual envolve já o comprometimento dos actores.

Caixa 4.2. Metodologia para uma Estratégia de Cidade Criativa

A concepção e implementação de uma estratégia para promover o conceito de cidade criativa, no seu sentido mais abrangente e transversal ou incidindo sobre um conjunto de projectos, pressupõe que também as metodologias acolham abordagens que reforçam aspectos mais desvalorizados nos processos de planeamento clássicos.

É neste sentido que Landry (2000) propõe uma metodologia de planeamento e implementação da ideia de Cidade Criativa que inclui quatro níveis: um processo de planeamento estratégico global; a aplicação de um conjunto de ferramentas analíticas em que a principal é o conceito de “ciclo de criatividade urbana”; um conjunto de indicadores para medir o grau de criatividade da cidade ou do projecto e um conjunto de técnicas que apoiem o pensamento e o planeamento criativos.

Estão subjacentes a esta metodologia dois princípios essenciais: a importância de internalizar diferentes formas de olhar para um problema; e um entendimento lato dos recursos tangíveis (vantagens locais, instituições de investigação, empresas e competências existentes) e intangíveis (confiança dos cidadãos, a percepção do lugar e o potencial das características identitárias) a mobilizar.

No processo de **planeamento estratégico global** Landry (2000) considera cinco fases: preparação e planeamento; avaliação das potencialidades e estrangulamentos; definição dos indicadores de sucesso e de fracasso; plano de execução; e, comunicação, difusão e comparação de resultados com os objectivos estabelecidos.

Na 1ª fase, de preparação e planeamento, processa-se a identificação do problema, dos *stakeholders* e parceiros e envolve o convencimento dos decisores quanto à valia da estratégia, o que implica o desenvolvimento de uma estratégia de influência. Nesta fase identificam-se os pontos de alavancagem e acções que contribuam para a exequibilidade da estratégia, o que passa pela interacção directa com universidades, empresas inovadoras e a organização de seminários.

A 2ª fase, de avaliação das potencialidades e estrangulamentos, compreende um levantamento dos recursos numa perspectiva das potencialidades de desenvolvimento, contemplando o mapeamento de competências, talentos, percepções e expectativas das pessoas, para além dos activos tradicionais, incluindo também recursos externos susceptíveis de serem mobilizáveis. A análise dos casos de sucesso e insucesso de projectos semelhantes deve também ser considerada. Por outro lado, a estratégia tem que clarificar opções quanto à localização, quanto à orientação no sentido das actividades e das intervenções físicas e quanto aos objectivos macroeconómicos de aumentar a produtividade e / ou incentivar o consumo.

A 3ª fase do processo centra-se na definição de indicadores para aferição do sucesso do projecto. Tratando-se de uma estratégia para uma cidade criativa, os indicadores deverão permitir posicionar a cidade quanto ao respectivo grau de criatividade.

Na 4ª fase, que se reporta à execução, releva-se a definição da estrutura organizacional adequada à condução do projecto, cujas características devem ser associadas à maior ou menor abrangência da iniciativa. Tratando-se de uma estratégia para a cidade, e não já ao nível dos projectos, que se vai repercutir transversalmente em diversas iniciativas, justifica-se uma estrutura organizacional mais ambiciosa, assumindo também relevância o lançamento de projectos-piloto, assumidos como portadores de inovação.

A 5ª fase, de comunicação, disseminação e reflexão, contempla a divulgação dos resultados, a identificação dos problemas e a compreensão dos insucessos. Em função dos públicos-alvo, as formas de comunicação podem ser diversas – estudos, conferências ou exposições – integrando necessariamente a reflexão sobre o futuro da cidade. Espera-se que, desta fase, novas ideias surjam o que significa que o ciclo de pensamento criativo, planeamento e acção, prossegue.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

22@Barcelona, (2005), *Plans for the urban refurbishment of the 22@Barcelona District*, February 2005, www.22@Barcelona.com

22@Barcelona, (2005), *The 22@Barcelona Project*, September 2005, www.22@Barcelona.com

Athey G., Nathan M e Webber C. (2007): *What Role do Cities Play in Innovation, and to What Extent do We Need City-Based Innovation Policies and Approaches*, NESTA Working Paper 01/June 2007.

Avitabile, A. (2005), *La Mise en Scène du Project Urbain*, Paris, Budapeste, Torino, L' Harmattan.

Bacqué et al. (2003), *Surviv de quelques politiques de revitalisation urbaine*, in http://www.inrs-uqbec.ca/pdf/rap2003_06.pdf

Barceló, M. (2005), "Barcelona; 22@Barcelona: A New District for the Creative Economy", in *Making Spaces for the Creative Economy*, ISOCARP Review, Madrid, ISOCARP, October 2005.

Cavaco, C., Moreno, L. (2006), "Não tem sentido separar o mundo rural do urbano", entrevista a *Pessoas e Lugares*, nº 41, 2006.

Clark, G. (2006a), *Cities, Openness and the Competitive Advantage of Diversity*, www.citiesandregions.com

Clark, G. (2006b), *City Competitiveness: Investment, Diversity, Catalysts, Strategy*, Belfast, INTA 2006.

Cortright, G. (2006), *City Vitals: New Measures of Success for Cities*, Impresa Consulting.

Dahlman, Anderson (2007), "European Cities in the Knowledge Economy: Towards a Typology", *Urban Studies*, Volume 44, Issue 3, March 2007, pages 525-549.

Eger, J. (2003), *The creative community; Forging the links between art culture commerce & community*, San Diego, California, The California Institute for Smart Communities.

European Commission, (2006), *Cohesion Policy and cities: the urban contribution to growth and jobs in the regions*, Communication from the Commission to the Council and the Parliament, COM (2006) 385 final, Brussels 13.7.2006.

European Commission, *The urban dimension in Community policies for the period 2007-2013*, Guide.

EU2007.DE, *Renaissance der Städte*, Informelles Ministertreffen Leipzig am 24 und 25 Mai 2007.

Ferreira, A., (2003), *O Turismo como propiciador da regeneração urbana. O caso de Faro*, Tese de Doutoramento, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Florida, R. (2002), *The Rise of the Creative Class, and How It's Transforming Work, Leisure and Everyday Life*, New York, Basic Books.

Friedmann, J. (2007), "A Spatial Framework for Urban Policy: New Directions, New Challenges", *OECD International Conference: What policies for globalising cities? Rethinking the urban policy agenda*, Madrid, 29-30 March 2007. (Mimeo).

Gabble, C. (2006), *Bridging the Digital Divide in Public Participation: The Roles of Infrastructure, Hardware, Software and Social Networks in Helsinki's Arabianranta and Maunula*, A thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Urban Planning, University of Washington, mimeo.

Geddes, P. (1915), *Cities in Evolution*, London, Williams and Norgate.

Glaeser, E., Saiz, A. (2003), *The Rise of Skilled City*, Discussion Paper 2025, Harvard Institute of Economic Research.

Gleeson, D., Conway, M. (2005), "Dublin Strategies for the Knowledge Economy", in *Making Spaces for the Creative Economy*, ISOCARP Review, Madrid, ISOCARP, October 2005.

Hall, P. (2007), "'Hard' Policy Instruments and Urban Development", *OECD International Conference: What policies for globalising cities? Rethinking the urban policy agenda*, Madrid, 29-30 March 2007. (Mimeo).

Hall, P. (1999), "The Creative City in the Third Millennium", in Verwijnen, J. and Lehtovuori, P., (Ed), *Creative Cities; Cultural Industries, Urban Development and the Information Society*, Helsinki, University of Art and Design Helsinki.

Hutton, W. (2007), "Building Successful Cities in the Knowledge Economy: The Role of 'Soft Policy' Instruments", *OECD International Conference: What policies for globalising cities? Rethinking the urban policy agenda*, Madrid, 29-30 March 2007. (Mimeo).

ISCTE/CET, (2005), *Políticas Públicas de Revitalização Urbana – reflexão para a formulação estratégica operacional das actuações a concretizar no QREN*, Relatório elaborado para o Observatório do QCAIII, Outubro de 2005.

Isohanni, T. (2002), "Helsinki Arabianranta; Through layers and data into a place of the arts", in, Ylimaula, A.-M., Lehtovuori, P., Isohanni, T., Vikberg, J., *Urban Adventures*, Helsinki, University of Art and Design Helsinki.

Jacquier, C. (2006), "Can Distressed Urban Areas Become Growth Poles?", in *OECD Territorial Reviews, Competitive Cities in the Global Economy*, OECD, 2006.

Jones, A. et al (2006a), *Ideopolis: Knowledge City-Regions*, the work foundation, http://www.theworkfoundation.com/Assets/PDFs/Ideopolis_Complete.pdf

Jones, A. et al (2006b), *Enabling Cities in the Knowledge Economy*, The Work Foundation, An independent report prepared for the Department for Communities and Local Government, October 2006.

Karvinen, M. (2005), "Helsinki; Innovation and Creative Strategies – Reinventing Regional Governance", in *Making Spaces for the Creative Economy*, ISOCARP Review, Madrid, ISOCARP, October 2005.

Kaufmann, A., Todtling, F. (2000), *Regional Studies*, 34.1, 29-40.

Komninos, N. (2006), *The architecture of intelligent cities; Integrating human, collective, and artificial intelligence to enhance knowledge and innovation*; 2nd International Conference on Intelligent Environments, Institution of Engineering and Technology, Athens, 5-6 July 2006, pp. 13-20

Komninos, N. (2005), *REGIONAL INNOVATION IN EUROPE; Evolution of Theory and Policy since 1980*, 2nd International Conference on the Processes of Innovation and Learning in Dynamic City-Regions, Bangalore, 13-15 July 2005

Landry, C. (2000), *The Creative Cities*, London, Sterling, VA, Comedia, Earthscan, 2005.

Modder, J., Saris, J. (2005), "The Netherlands; Creative Environments in Dutch City-Regions", in *Making Spaces for the Creative Economy*, ISOCARP Review, Madrid, ISOCARP, October 2005.

Mulgan, G. (1999), "Programming Creativity: Public Policy in an Information Age#", in Verwijnen, J. and Lehtovuori, P.,(Ed), *Creative Cities; Cultural Industries, Urban Development and the Information Society*, Helsinki, University of Art and Design Helsinki.

Nieh, D (2005), "Silicon Valley and Beyond; Towards an Architecture of Creative Communities", in *Making Spaces for the Creative Economy*, ISOCARP Review, Madrid, ISOCARP, October 2005.

O'Connor, J. (1999), "Popular Culture, Reflexivity and Urban Change", in Verwijnen, J. and Lehtovuori, P.,(Ed), *Creative Cities; Cultural Industries, Urban Development and the Information Society*, Helsinki, University of Art and Design Helsinki.

OECD (2007), *Competitive Cities: A New Entrepreneurial Paradigm in Spatial Development*, OECD Territorial Reviews.

Parr, J. (2005), *Economic definitions of the city: Four perspectives*, mimeo.

Ratcliffe, J., *Competitive Cities: five keys to success*, www.chforum.org/library/compet_cities.html

Rogers, R. (1997), *Cidades para um pequeno planeta*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, AS, 2001.

Romer, P. (1990), "Endogenous Technological Change", [Journal of Political Economy](#), October 1990.

Romer, P. (1996), "Science, Economic Growth and Public Policy", in B. Smith and C. Barfield, eds., *Technology, R&D, and the Economy*, [Brookings Institution](#) and [American Enterprise Institute](#)

Sassen, S. (2007), "The Repositioning of Cities and Urban Regions in a Global Economy: Pushing Policy and Governance Options", *OECD International Conference: What policies for globalising cities? Rethinking the urban policy agenda*, Madrid, 29-30 March 2007. (Mimeo).

Scott, A. (2007), "The resurgent city: Economy, society, and urbanization in an interconnected world", *OECD International Conference: What policies for globalising cities? Rethinking the urban policy agenda*, Madrid, 29-30 March 2007. (Mimeo).

The Digital Hub, *Development plan*, www.thedigitalhub.com

URBACT (2007), *Strengthening the Local Economy and the Local Labour Market in Deprived Urban Areas – Good Practices in Europe*, Study completed for the German Federal Ministry of Transport, Building and Urban Affairs in view of the preparation of the German Presidency of the UE, March 2007.

Verwijnen, J. (1999), "The Creative City's New Field Condition, Can Urban Innovation and Creativity Overcome Bureaucracy and Technocracy?", in Verwijnen, J. and Lehtovuori, P., (Ed), *Creative Cities; Cultural Industries, Urban Development and the Information Society*, Helsinki, University of Art and Design Helsinki.

Windem, W. van (2005), *Small and medium-sized cities in the knowledge-based economy: Challenges and policy options*, Lecture delivered in Magdeburg, 18 October, at Congress IBA Stadtumbau Sachsen-Anhalt, 17-19 Oct. 2005, Magdeburg.

Windem, W. van, Berg, L. van den (2004), *Cities in the knowledge economy: New governance challenges*, Discussion paper, EURICUR, Project STRIKE.

Wu, W. (2004), *Dynamic Cities and Creative Clusters*, Study prepared for the East Asia Prospect Study, DECRG, World Bank. (Mimeo).

SIGLAS

BEI – Banco Europeu de Investimento

C&T – Ciência e Tecnologia

CUCS – Contratos Urbanos de Coesão Social

EUA – Estados Unidos da América

GAWC – Globalization and World Cities

GPV – Grands Projects DE Ville

I&D – Investigação e Desenvolvimento

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

iHUB – Innovation Hub

LSP – Local Strategic Partnership

NRS – Neighbourhood Renewal Strategy

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ORU – Operations de Renouvellement Urbain

PME – Pequenas e Médias Empresas

PNRU – Programa Nacional de Renovação Urbana

TIC – Tecnologias da Informação e da Comunicação

TV – Televisão

UE – União Europeia

ZFU – Zonas Francas Urbanas

ZRU – Zonas de Redinamização Urbana

ZUS – Zonas Urbanas Sensíveis